

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITETURA

Grelha e Aparato:
Espinho e a mediação da urbanidade
Martim Neiva de Almeida

M
2026



Grelha e Aparato:
Espinho e a mediação da urbanidade
Martim Neiva de Almeida



GRELHA E APARATO: ESPINHO E A MEDIAÇÃO DA URBANIDADE

MARTIM NEIVA DE ALMEIDA
UP201904745@UP.PT
MARTIMNEIVA.ARQ@GMAIL.COM

Í N D I C E

PRÓLOGO_____	03
INTRODUÇÃO_____	05
1.1_ESPINHO-ESPINHO_____	08
1.2_ESPINHO PRAIA_____	11
1.3_SAZONAL-PERMANENTE_____	13
1.4_AUTONOMIA RELIGIOSA_____	14
2.1_BURGUESIA BALNEAR_____	21
2.2_PROPRIEDADE_____	25
2.3_REDE E CAPILARIDADE_____	27
2.4_TEMPO E ESPAÇO_____	28
2.5_PRODUÇÃO E REPRESENTAÇÃO_____	34
3.1_PLANTA E PROJETO_____	39
3.2_PLANO E PROJETO_____	46
3.3_PLANO E MELHORAMENTOS_____	53
4.1_LIMITE E IDENTIDADE_____	61
4.2_SEGREGAÇÃO_____	63
4.3_REGIME INTENSIVO_____	67
4.4_SOBERANIA ADMINISTRATIVA_____	76
5.1_DESEJO E RISCO_____	83
5.2_VÍCIO E CAPITAL_____	87
6.1_MAR, FERROCIA, JOGO; GRELHA_____	90
6.2_LABORATÓRIO URBANO_____	93
6.3_CONSCIÊNCIA E ESTRATÉGIA_____	96
BIBLIOGRAFIA_____	99

P R Ó L O G O

A presente dissertação surge da necessidade, a nível pessoal, do estudo da cidade onde nasci e vivi, do dever de um posicionamento crítico sobre a mesma, numa tentativa de compreender aprofundadamente as suas dinâmicas e consequências.

Espinho tem vindo a ser palco de um desinvestimento e decadência generalizados, processo confirmado pela opinião pública. O aumento de estruturas abandonadas, a fraca dinamização interna e a contínua destruição de património material reforçam essas transformações urbanas. Um conjunto de fatores que evidenciam a pouca atratividade que outrora a cidade alcançara. A nostalgia sentida pelas camadas sociais mais envelhecidas revela que este estado latente se acelerou desde há curtos anos. O estudo desse passado, que se estendeu até a um tempo recente, resulta de uma devoção pessoal à cidade de Espinho, não sob uma alçada contemplativa e melancólica, mas com uma vontade de atuar no presente.

Paradoxalmente, é também geral um orgulho bairrista dos habitantes e frequentadores da cidade, uma infraestrutura em contínua atividade que atrai incessantemente o turismo. Contrária à nostalgia, sente-se, inversamente, um ininterrupto frenesim: casinos, praias, lojas, cafés, movimento... . O desmantelamento desta contradição revela-se um dos motivos centrais à escrita desta dissertação.

A crítica sobre a cidade é tão generalizada quanto a falta de vontade de ação dos Espinhenses. Uma posição depressiva constantemente contrariada por uma euforia extática reflete-se numa das mais marcantes características da cidade. Uma esquizofrenia contínua que contrapõe a falta de estímulo com a constante necessidade do mesmo. O bem-estar generalizado, comentado constantemente nas ruas pelos habitantes, contrapõe-se a todas as restantes posições sobre o estado atual de Espinho.

As leituras são tão diversas como contraditórias e incongruentes. Contudo, simultâneas. Uma tentativa de filtragem e de ordenamento destas opiniões, tão regrada como a grelha que dá palco a todas estas atividades, revela-se, numa fase inicial, impraticável. Será através da desconstrução do palimpsesto que teve lugar na malha Espinhense que procuro encontrar a regra que estrutura o caos.

Os estudos existentes, do séc. XIX, sobre a cidade de Espinho, apresentam-se maioritariamente num formato fragmentado, em discurso direto^{1,2}. É apenas no virar do século que este formato se transforma em elementos escritos “contínuos”, com uma estrutura narrativa na segunda pessoa^{3,4}. Esta característica é importante na perceção da própria história da cidade. É o Espinhense que escreve sobre Espinho e sobre as suas experiências pessoais, vivências e histórias da cidade: num primeiro momento, factualizando-a; num segundo momento, interpretando-a.

¹Brandão, F. A. (1991). Anais da história de Espinho (1985-1926). Porto: Gráfica Firmeza.

²Pereira, Álvaro. (1970). Espinho, Monografia.

³Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras.

⁴Bouçon, Armando. (2015). Sociabilidades e Marginalidades em Espinho. Chiado Editora.

A história, a partir desta perspectiva, é vista não como um elemento estanque ou extinto, mas como uma contínua construção do passado, através das dinâmicas do presente⁵. Assim, para a compreensão do paradigma contemporâneo, torna-se necessário um estudo histórico aprofundado. Esta investigação parte de bases arquitetônicas, resultantes de 5 anos de estudo de arquitetura, que, inevitavelmente, moldam a interpretação destes acontecimentos. Esta condição não é entendida como um limite teórico, mas como uma posição específica e própria da disciplina sobre a cidade e o seu percurso. Desta forma, a escrita deste documento ambiciona criar uma narrativa sobre Espinho que complemente, dialogue e interaja ativamente com os estudos e documentação existente.

⁵Benjamin, W. (2010). O anjo da história (J. Barrento, Trad.). Assírio & Alvim. (Obra original publicada em [1940])

Numa primeira fase, apresentará os fragmentos factuais que permitirão, numa segunda fase, uma interpretação pessoal e a des-hierarquização dos momentos históricos. Este posicionamento propõe cruzar “grandes e pequenos” acontecimentos, igualando a sua importância na génese da cidade⁶: as dinâmicas que antecederam a paragem do comboio em Espinho são tão significativas como a própria inauguração desta infraestrutura, os seus desdobramentos e consequências. Através da desconstrução de acontecimentos concretos, evidenciam-se dinâmicas sociais que estruturam e constroem ativamente o complexo urbano, material e imaterial. A identificação das relações, segregações, identidades e privilégios que emergem deste e doutros elementos, constituem um dos principais objetivos deste estudo. Estas dinâmicas constituem-se em condições que reforçam e projetam materializações urbanas que se perpetuam na história. É neste sistema de causa-efeito, entre agentes e redes, que se revela o tecido imaterial que compromete e promove o desenvolvimento da cidade.

⁶Ibid.

O objetivo desta dissertação é, desta forma, operacionalizar projetualmente o estudo teórico de Espinho, através da investigação detalhada da sua estruturação urbana. Não se trata de um estudo monográfico sobre a cidade, mas da formulação de um posicionamento crítico sobre a atualidade, ancorado num conhecimento histórico aprofundado.

I N T R O D U Ç Ã O

Espinho oferece-se, numa primeira observação, como uma cidade de leitura imediata. A regularidade da malha ortogonal, a nitidez geométrica da planta e a aparente transparência da organização urbana afirmam uma imagem de ordem, estabilidade e inteligibilidade territorial. O traçado urbano apresenta-se como estrutura rigorosa, capaz de inscrever no território uma lógica gráfica de elevada clareza.

Esta legibilidade inicial articula-se, contudo, com uma realidade urbana marcada por variações, tensões e transformações sucessivas. A estabilidade formal convive com múltiplas e distintas dinâmicas espaciais, temporalidades sobrepostas e processos contínuos de reajustamento. A cidade emerge, assim, como campo onde ordem e mutação se entrelaçam numa condição simultaneamente estruturada e instável.

A presente dissertação desenvolve-se a partir desta articulação. O trabalho centra-se na análise dos processos que participam na formação e na consolidação da estrutura urbana de Espinho, procurando compreender as operações históricas, territoriais e espaciais que moldam a cidade.

A investigação propõe uma leitura urbana enquanto construção histórica. O território revela-se como resultado de acumulações, decisões sucessivas e racionalidades diversas que se inscrevem materialmente no espaço. A cidade afirma-se, deste modo, como realidade produzida por relações, práticas e mecanismos que ultrapassam a sua expressão morfológica imediata.

A hipótese que orienta este trabalho identifica, na estrutura urbana de Espinho, uma articulação complexa entre determinação formal e dinâmicas urbanas. A consistência do traçado convive com processos de adaptação, transformação e reinterpretação espacial, revelando a cidade enquanto sistema em contínua reconfiguração.

Espinho surge, neste contexto, como um laboratório urbano. A cidade constitui-se como campo privilegiado de observação, onde processos históricos, decisões territoriais, instrumentos técnicos e práticas espaciais se tornam legíveis através da própria materialidade urbana. A sua escala, a clareza aparente da estrutura formal e a densidade das transformações acumuladas oferecem condições particularmente férteis para a investigação.

Metodologicamente, a dissertação articula análise histórica, leitura morfológica e interpretação crítica. Documentação cartográfica, fontes históricas e observação urbana constituem o conjunto de materiais mobilizados para examinar os processos que estruturam o território.

A análise desenvolve-se, ao longo do trabalho, através de um percurso progressivo. A investigação inicia-se com a reconstrução das condições territoriais e sociais que participam na formação da cidade. Examina, posteriormente, os mecanismos associados à consolidação da estrutura urbana

e avança para a interpretação dos dispositivos técnicos e espaciais que organizam o território. Este percurso converge numa reflexão sobre a condição urbana contemporânea, onde as dinâmicas atuais revelam continuidades, rearticulações e novas tensões inscritas na estrutura formal.

A dissertação constrói, deste modo, um enquadramento interpretativo que permite compreender Espinho enquanto realidade urbana em transformação, onde forma, território e prática social se entrelaçam numa relação dinâmica.

1470	1510	"Carta de D. Manuel", que refere a pescaria na "foz despinho"
1480		
1490	1737	Participação de pescadores da costa de Espinho na revolta contra o administrador do pinhal da Estrumada em Ovar
1500	176?	Passagem da costa de Espinho da freguesia de S. Félix da Marinha para a freguesia de Anta.
1510		
1520	1771	Assento, no livro de registos da paróquia de Anta, do batismo de um indivíduo nascido na costa de Espinho
1530	1774	Assento, no livro de registos da paróquia de Anta, do óbito de Maria de Oliveira, natural de Ribas d'Ovar
1540		
1550	1776	Chegada ao Furadouro de Jean Pierre Mijaule, que funda o primeiro armazém de salga da sardinha
1560	1807 – 1809	Construção da Capela dos Galegos (Nossa Senhora da Guia)
1570		
1580	1843	Construção das primeiras casas de pedra e cal – Família Sá Couto
1590	1863	Circulação de comboios entre Ovar e Gaia
1600		
1610	1864	Sede própria da Assembleia Recreativa
1620		Abertura de Estabelecimento de louças na Rua do Progresso
1630	1866	Compra da Capela dos Galegos
1640		"Planta de Espinho e Projeto d'Arruamentos para edificações"
1650		
1660		
1670		
1680	1869	Festas a S. Rita.
1690	1870	Abertura do apeadeiro em Espinho, paragem do comboio
1700		Planta – "Plano dos Melhoramentos de Espinho" elaborado pelo Engenheiro Bandeira e Mello
1710		
1720		
1730	1874	Reestruturação do Apeadeiro de Espinho em Estação
1740	1876	Aprovação e adoção, pela Câmara da Feira, do "Plano dos Melhoramentos, de Espinho" elaborado pelo Engenheiro Bandeira e Mello
1750		
1760	1877	Construção da Capela de Santa Maria Maior
1770	1879	Estação Telegráfica dos Correios de Espinho
1780		
1790	1883	Construção da Capela da Nossa Senhora da Ajuda
1800	1889 – 1890	Autonomia Paroquial e Civil-Administrativa
1810		
1820	1890	Invasões Marítimas
1830		Teatro Aliança
1840		Oporto Gold Club
1850		
1860		
1870	1891 – 1894	Construção do Bairro da Rainha
1880	1892	D. Maria Pia visita Espinho
1890	1893	Reestruturação da Estação Ferroviária – Barreiras + Passerele
1900		
1910		
1920	1894	Criação da Fábrica Brandão Gomes
1930	1896	Invasão do Mar
1940		
1950	1899	Criação do Concelho de Espinho
1960	1900	"Planta de Espinho (1900)" elaborada pelo Engenheiro Bandeira Neiva
1970		
1980	1910	Invasão do Mar
1990		Destruição da Capela de Nossa Senhora da Ajuda
2000		
2010	1928	Legalização do jogo em Portugal
2020		
2030	2026	Escrita da Dissertação

GRÁFICO_1

Os primeiros testemunhos documentais da existência de Espinho remontam a 1055, quando é mencionada uma “Uilla de Espinu”¹. A designação, segundo as fontes locais, estaria associada à paisagem do local onde “eram abundantes, é certo, no seu areal, pequeninos arbustos de cor acinzentada e ericados de espinhos, bem como espinhosos cardos”². O padre António de Lima identifica esta Villa Spinu como uma antiga domus romana implantada no local onde atualmente se situa a Capela de S. Tomé, em São Felix da Marinha³. A localização atual da capela demonstra que Espinho primitivo, estruturado a partir da Villa Spinu, se inscrevia em São Félix da Marinha, pertencendo ao concelho de Vila Nova de Gaia, e não na faixa costeira onde hoje se situa a cidade de Espinho.

Até ao século XVIII, as referências a Espinho ou Villa Spinu dizem respeito exclusivamente a este núcleo interior, agrícola e afastado do mar. A formação de Espinho litoral só ocorre com a migração de comunidades piscatórias provenientes de Ovar e do Furadouro que, por volta desse período, se fixam sazonalmente na zona costeira adjacente. É a coexistência destes dois focos populacionais, um interior, agrícola, e um litoral, piscatório, que passa a compor o “Lugar de Espinho”, então ainda inteiramente integrado na freguesia de São Félix da Marinha, funcionando como território de mediação entre os concelhos de Vila Nova de Gaia e de Vila da Feira⁴.

O carácter distinto das duas centralidades deu origem a uma diferenciação da toponímia dos aglomerados. A dualidade identitária estruturava-se a partir da distinção entre os respetivos meios de produção e a sua subsequente localização. O Lugar de Espinho era constituído por duas comunidades claramente diferenciadas: a dedicada à pesca, estabelecida na zona costeira e proveniente de Ovar, posteriormente designada Espinho-Mar, Espinho-Praia ou Praia de Espinho; e a associada à agricultura, localizada em torno da antiga Villa Spinu, afastada da linha de costa, identificada como Espinho-Terra⁵.

Do ponto de vista administrativo, o Lugar de Espinho confinava: a norte, com as terras de Brito (Vila Nova de Gaia); a sul, com Anta (Vila da Feira); a nascente, com Guetim (Vila Nova de Gaia); e a poente, com o Atlântico⁶.

A instalação de um corpo estranho numa zona limítrofe entre os concelhos de Vila Nova de Gaia e de Vila da Feira deu origem a uma disputa entre ambas as jurisdições, após a descoberta de um cadáver, numa lagoa situada a norte de Espinho-Praia, por volta de 1760. Ambas as margens da lagoa, possivelmente correspondentes ao atual Rio Largo, pertenciam ao Lugar de Espinho e, conseqüentemente, a São Félix da Marinha: Espinho-Terra localizava-se a norte, enquanto as Praias de Espinho se estendiam a sul. A decisão subsequente fixou a lagoa como elemento materializador da fronteira concelhia, ficando a margem norte sob o domínio de São Félix, Gaia, e a margem sul sob o domínio de Anta, Vila da Feira⁷.

¹Brandão, F. A. (1991). Anais da história de Espinho (985–1926). Porto: Gráfica Firmeza. P.14

²Pereira, Álvaro. (1970). Espinho, Monografia. P. 13

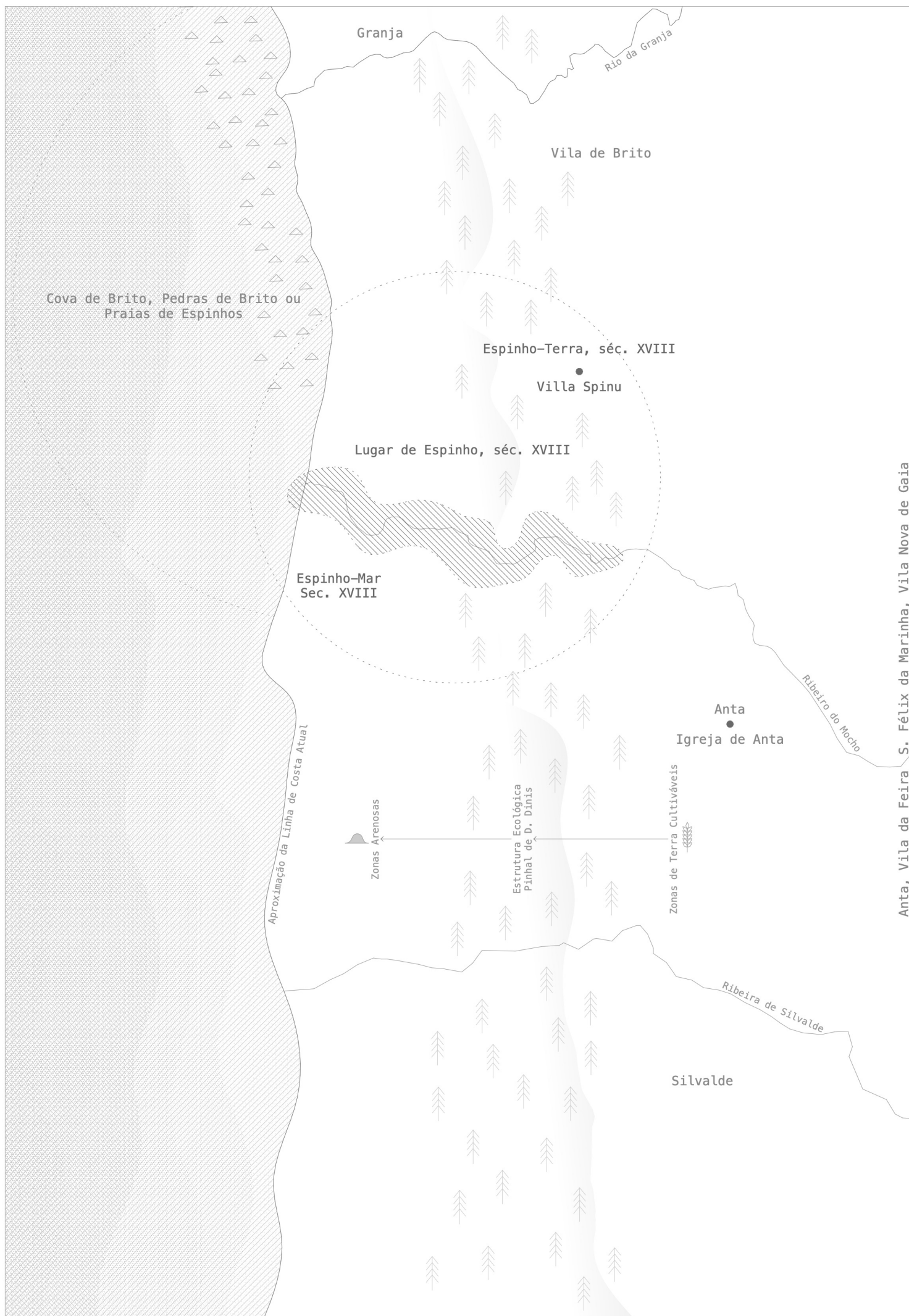
³Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº2, CME. P. 23

⁴Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P.60

⁵Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P. 15

⁶Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº2, CME. P. 21

⁷Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P.19



Anta, Vila da Feira S. Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia

GRÁFICO 1, "O LUGAR DE ESPINHO - CONDIÇÃO MORFOLÓGICA DO TERRITÓRIO" ESCALA 1:20000

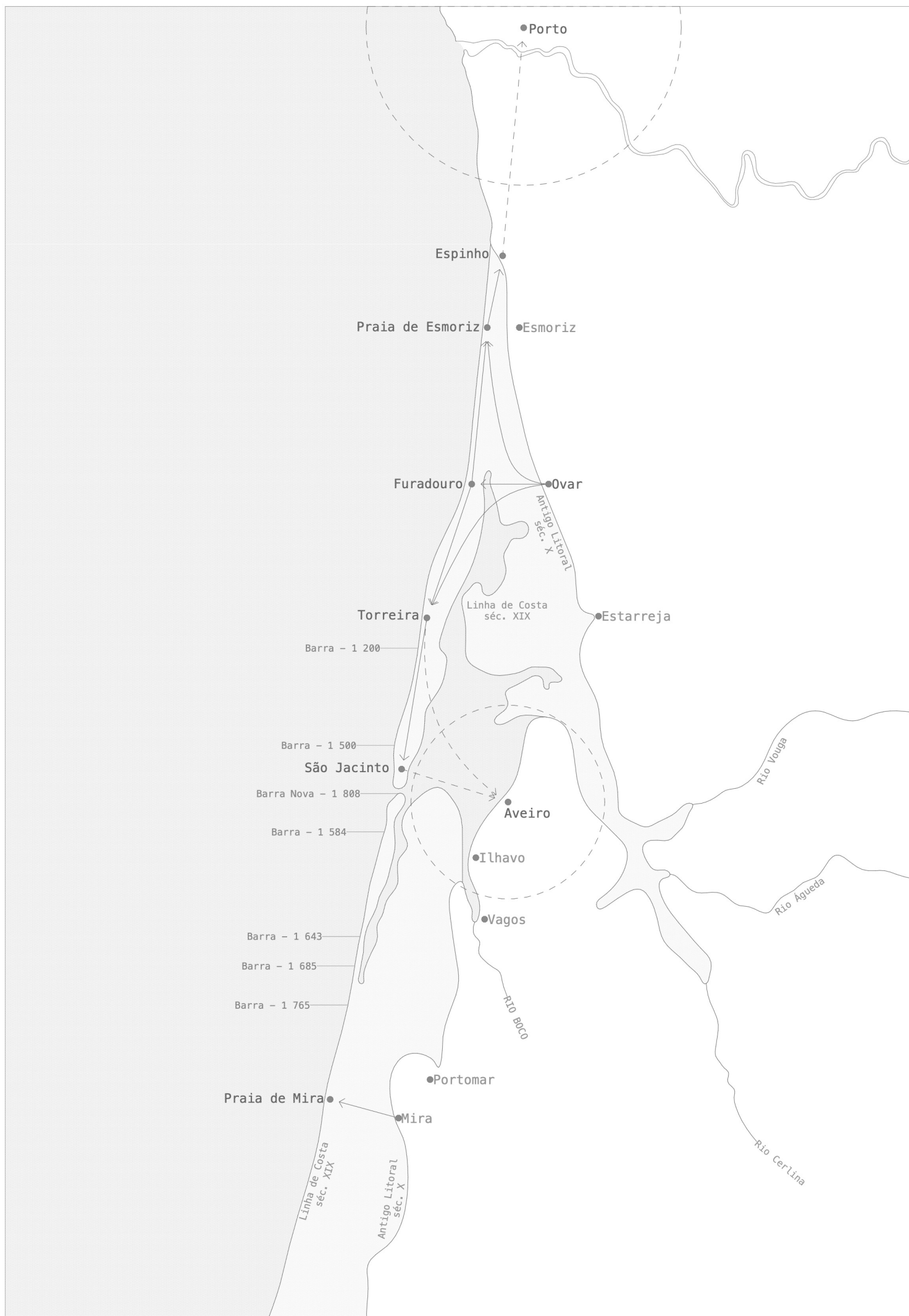


GRÁFICO 2, “RECUOS MARÍTIMOS, FLUXOS DE SEDIMENTOS E MIGRAÇÕES PISCATÓRIAS – RIA DE AVEIRO” ESCALA 1:350000

O núcleo costeiro, Espinho-Praia, ou Espinho-Mar, integrou o domínio administrativo da Feira, condição que moldou decisivamente a evolução institucional e urbana do território onde atualmente se implanta a cidade.

Importa sublinhar que a comunidade estabelecida neste território não resultou de dinâmicas internas de Espinho-Terra ou das freguesias envolventes. A génese de Espinho-Praia assumia um carácter exógeno: os habitantes iniciais provinham da vila de Ovar e do Furadouro⁸. Esta origem introduziu, desde cedo, uma autonomia cultural e funcional, produzindo uma condição de relativa singularidade face às estruturas territoriais envolventes. Integrada, administrativamente, na paróquia de Anta após a redefinição de fronteiras no século XVIII, Espinho-Praia manteve a sua toponímia própria e uma identidade distinta. A sobreposição de histórias territoriais e regimes administrativos explica, ainda hoje, a coexistência de dois “Espinhos”, próximos na geografia e diferenciados no carácter e na pertença concelhia⁹.

⁸Ibid., p.17

⁹Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P.66

1.2

ESPINHO

PRAIA

GRÁFICO_2

A escolha das Praias de Espinho como local de fixação piscatória inscreve-se num amplo conjunto de transformações que marcaram a evolução do litoral centro-norte português. A partir do século X, verifica-se um processo continuado de acumulação de areias que desencadeou o recuo da linha de costa para poente, alterando profundamente zonas como Espinho, Ovar, Mira, Serra da Boa Viagem... e originando fenómenos como a atual Ria de Aveiro¹⁰.

¹⁰Teixeira, Abel. (1980). As Invasões do Mar em Espinho, através dos tempos. Espinho, Boletim Cultural nº7, CME. Pp. 209-212

No quadro geográfico do século X, localidades como Ovar, Estarreja, Aveiro, Ílhavo ou Mira localizavam-se na faixa litoral, assumindo funções portuárias e constituindo importantes zonas de produção de sal. A proximidade ao mar estruturava as práticas económicas e os modos de subsistência, expondo estes territórios às oscilações e aos recuos sucessivos da linha de costa. Estas dinâmicas impunham reajustamentos contínuos, conduzindo ao deslocamento gradual das atividades e, em determinados casos, à própria realocação dos assentamentos populacionais.

Embora a amplitude desta movimentação seja menos marcada no território de Espinho, as evidências geomorfológicas sugerem um recuo do mar suficientemente expressivo para alterar a configuração do litoral. Abel Teixeira refere que, em épocas recuadas, a linha de água se situaria próxima do local hoje ocupado pela estação de Espinho-Vouga¹¹. Testemunhos recolhidos por António de Lima, segundo os quais camponeses de Anta e Espinho-Terra iam “lavar as mãos ao mar”, reforçam a ideia de que a proximidade marítima do interior era maior do que a atual¹².

¹¹Ibid., p.212

¹²Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P.29

A duplicação toponímica que caracteriza esta faixa (Espinho/Praia de Espinho, Esmoriz/Praia de Esmoriz, Cortegaça/Praia de Cortegaça, Mira/Praia de Mira, entre outros casos) deve

ser entendida neste contexto de transformação costeira. A estabilização de novos areais motivou, em vários pontos do litoral, a formação de núcleos piscatórios mais recentes, distintos dos aglomerados históricos situados a nascente.

Este quadro geográfico e morfológico antecede e enquadra as migrações piscatórias de finais do século XVIII e início do XIX. Até então, o peixe era vendido diretamente na praia, no momento da tiragem das redes, num regime limitado pela ausência de técnicas eficazes de conservação. A reduzida capacidade de absorção dos mercados locais, Ovar e Furadouro incluídos, fazia com que parte significativa do pescado fosse vendida a preços muito baixos para adubo agrícola¹³.

¹³Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. Pp. 60, 61

A instabilidade económica resultante deste modelo levou vários grupos vareiros a procurar zonas de pesca próximas de centros urbanos com maior procura. É neste contexto que se consolidam povoamentos em São Jacinto e na Torreira, associados a Aveiro, e que se verifica a fixação piscatória nas Praias de Espinho, com o objetivo de estabelecer ligação comercial ao Porto. A presença vareira em Espinho, documentada já por volta de 1807 com 125 casas de pescadores¹⁴, resulta deste processo de reorientação económica e não de um crescimento orgânico a partir do núcleo interior de Espinho-Terra.

¹⁴Costa, Américo. (1938). Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular.

Algumas características materiais poderão ter facilitado esta escolha: Espinho constitui o primeiro troço arenoso contínuo a sul do Porto, condição favorável às artes de arrasto e à implantação de palheiros. Apesar das reservas de Lima quanto às vantagens das praias arenosas face às baías rochosas¹⁵ presentes a norte de Espinho, a acessibilidade operacional do areal é frequentemente mencionada como um aspeto relevante.

¹⁵Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº4, CME. P.31

A toponímia pré-existente – Cova de Brito, Pedras de Brito ou Praias de Espinhos – também não é desconsiderável. Estes nomes, registados antes da chegada dos pescadores de Ovar, podem ter contribuído para a manutenção da designação “Espinho” no novo núcleo, embora esta coincidência não traduza a continuidade histórica entre Espinho-Terra e Espinho-Praia¹⁶.

¹⁶Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº3, CME. P.30

Considerados em conjunto, estes fatores – alterações geomorfológicas, condições económicas adversas, disponibilidade operacional do areal e persistência toponímica – permitem enquadrar a formação de Espinho-Praia como parte de um fenómeno mais vasto de reconfiguração do litoral e de mobilidade das comunidades piscatórias. A fixação vareira neste ponto da costa não decorre de um processo linear nem unidirecional, mas resulta da combinação de circunstâncias materiais, administrativas e culturais que, desde cedo, diferenciaram Espinho-Praia do núcleo interior e estabeleceram as condições para o desenvolvimento autónomo que o território viria a evidenciar ao longo do século XIX.

Durante grande parte do século XVIII, a presença piscatória nas Praias de Espinho assumia um carácter marcadamente sazonal. As comunidades vareiras provenientes de Ovar e do Furadouro, responsáveis pela ocupação inicial do areal espinhense, distribuíam a sua permanência entre dois territórios: Espinho constituía o espaço de exercício da atividade piscatória, condicionado pelo estado do mar; Ovar mantinha-se como lugar de regresso cíclico durante o inverno, beneficiando das condições mais estáveis da Ria de Aveiro. Esta dupla ancoragem territorial decorria diretamente das condições técnicas da pesca. A atividade dependia das oscilações naturais e da inexistência de métodos eficazes de captura e conservação, impondo um regime contínuo de mobilidade¹⁷.

¹⁷Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. Pp. 19, 20

Este contexto moldava igualmente as formas de abrigo e os dispositivos materialmente viáveis. Numa fase inicial, a proteção resumia-se à inversão do barco da campanha sobre a areia, gesto precário que assegurava apenas as condições mínimas de permanência junto ao local de trabalho. A intensificação progressiva da permanência sazonal conduziu, posteriormente, à construção dos palheiros, estruturas de madeira assentes diretamente sobre o areal, cobertas de telha ou zinco, que estabeleceram o primeiro dispositivo material relativamente estável da ocupação piscatória¹⁸.

¹⁸Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº2, CME. P. 20

A lógica sazonal que moldava a vida piscatória inscreveu-se diretamente na forma construída dos palheiros. Ao contrário de uma arquitetura orientada para a permanência, estes edifícios eram concebidos segundo um princípio de flexibilidade extrema: estruturas leves, assentes sobre estacaria ou diretamente na areia, pensadas para serem deslocadas, desmontadas ou reconstruídas após cada inverno. A instabilidade natural do areal, sujeito a avanços e recuos do mar e deslocções contínuas de sedimentos, exigia que a construção se ajustasse à fluidez do território, e não o contrário. O palheiro coexistia com o lugar, aceitando a sua transitoriedade como condição estrutural. Esta condição tinha, contudo, um reverso, a precariedade. A flexibilidade que permitia a sustentabilidade económica e social destas estruturas era a mesma que impunha a obsolescência precoce e, na maioria dos casos, condições insalubres e falta de higiene. A dialética entre permanência e fragilidade, inscrita desde a génese da ocupação piscatória, atravessa a história urbana de Espinho e estende-se até à atualidade numa condição material transversal.

Em 1776, a instalação da primeira fábrica de conserva em salmoura no Furadouro, fundada por Jean Pierre Mijaule com operários catalães, introduziu uma transformação decisiva na economia piscatória¹⁹. A conservação do pescado em dornas ou tinhas de salmoura prolongava artificialmente a sua durabilidade e reconfigurava a relação entre captura e circulação. A atividade deixava de operar sob a imposição da venda imediata, passando a inscrever-se em regimes temporais mais extensos e controláveis. A captura integrava circuitos comerciais mais amplos, regulares e previsíveis. Esta alteração técnica reorganizava simultaneamente as

¹⁹Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P.21

condições económicas e sociais. O mercado estabilizava-se ao longo de todo o ano, os regimes de troca adquiriam maior continuidade, e a permanência das comunidades vareiras na linha de costa encontrava novas condições de viabilidade²⁰.

²⁰Ibid., p.21

A introdução da conserva transformou os circuitos comerciais e reconfigurou a economia das pescas. A possibilidade de prolongar a durabilidade do pescado viabilizou a adoção sistemática da arte grande, ou de arrasto, método que permitia capturas de maior volume no mesmo intervalo de tempo e com recursos idênticos²¹. Esta intensificação produtiva reorganizou a estrutura interna da comunidade vareira. As famílias com maior capacidade económica passaram a estruturar campanhas de pesca, financiando embarcações, redes e mão de obra, enquanto os pescadores de menores recursos se integravam como força laboral assalariada. Espinho afirmava-se como território economicamente atrativo, capaz de mobilizar capitais e sustentar uma estrutura produtiva contínua no próprio areal. A escala das capturas introduzia, simultaneamente, uma pressão inédita sobre os ecossistemas costeiros, assinalada pelo padre António de Lima como o momento em que a pesca excedia, de forma sistemática, a capacidade de regeneração marítima²².

²¹Ibid., .22

²²Ibid., p.22

A expansão técnica repercutiu-se igualmente na organização do trabalho. A distinção entre pescadores válidos, responsáveis pela faina marítima, e inválidos, encarregues da venda, secagem, reparação das redes e apoio logístico, estruturava o quotidiano da comunidade. A mobilidade sazonal cedia lugar a deslocações de carácter predominantemente operativo. Em períodos de mar adverso, os pescadores válidos deslocavam-se para outros pontos da costa, sobretudo para norte, em direção ao Douro, na procura de condições mais favoráveis à captura de peixe e marisco. Estas mobilidades mantinham Espinho como núcleo de referência, consolidando uma permanência contínua no areal espinhense. A intensificação progressiva destas deslocações, articuladas com os circuitos comerciais da cidade do Porto, reforçava uma autonomia económica emergente. O território passava a articular produção contínua, diferenciação social interna e mobilidade operacional, estabelecendo as condições para a consolidação de um regime de ocupação permanente²³.

²³Ibid., pp.26, 27

AUTONOMIA RELIGIOSA

1.4

GRÁFICO_4, 5; Imagem 1, 2, 3

A consolidação de uma ocupação permanente nas Praias de Espinho expôs rapidamente a ausência de estruturas básicas capazes de sustentar a vida quotidiana da comunidade. Entre o areal espinhense e o interior agrícola, encontrava-se, por entre as dunas, um sistema hidrográfico instável que dificultava profundamente a circulação. Relatos orais recolhidos por António de Lima referem que o Ribeiro do Mocho, ao aproximar-se do atual eixo da Avenida 8, infletia para sul devido às dunas elevadas, desaguando a sul, perto da ribeira de Silvalde. Esta configuração criava uma “ilha arenosa” em torno das Praias de Espinho, o que levava a que a travessia para Anta se fizesse muitas vezes de barco. Os

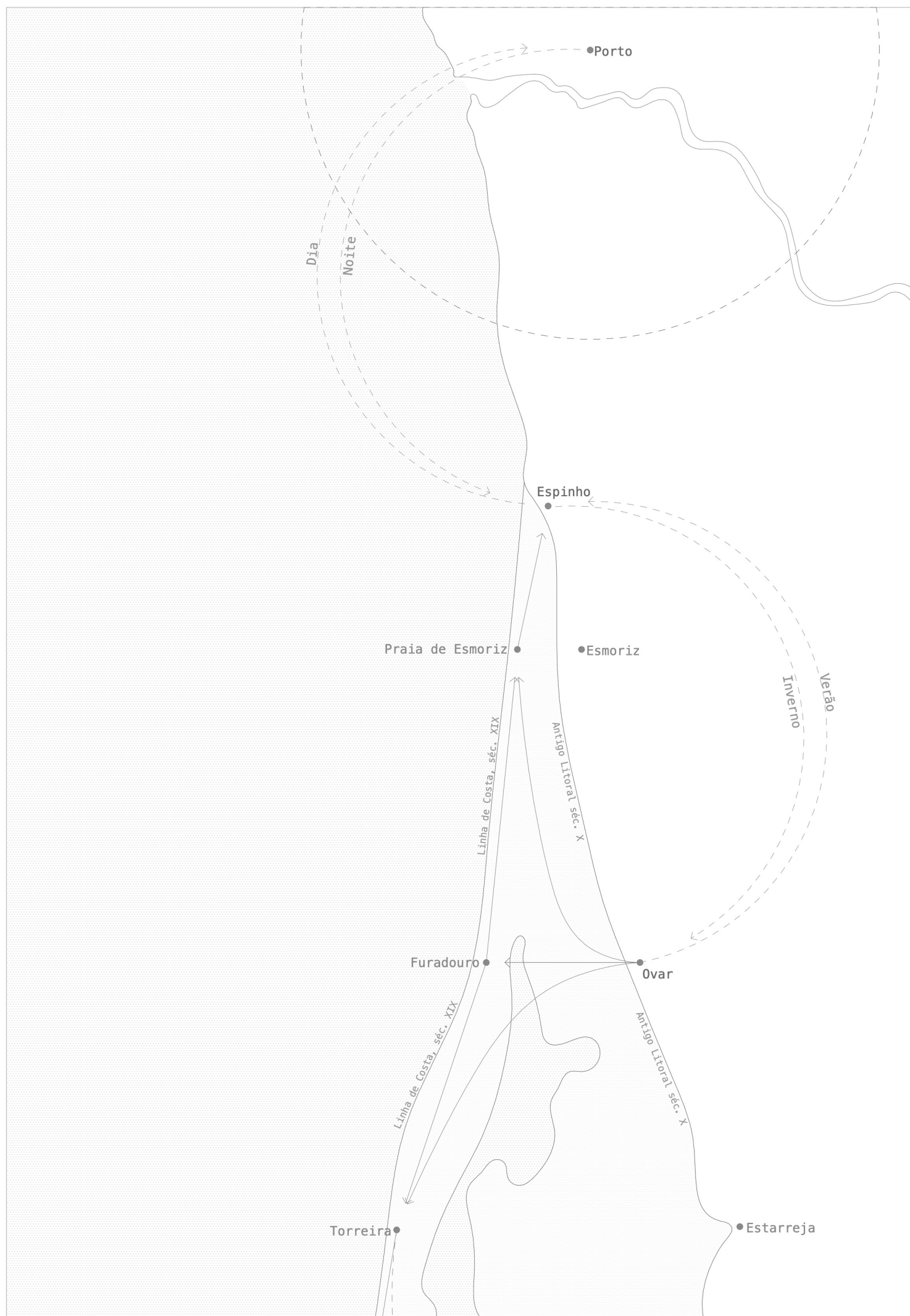


GRÁFICO 3, "RECUOS MARÍTIMOS, FLUXOS DE SEDIMENTOS E MIGRAÇÕES PISCATÓRIAS: OVAR-ESPINHO-PORTO" ESCALA 1:175000



GRÁFICO 4, “O LUGAR DE ESPINHO – MUDANÇAS MORFOLÓGICAS DO TERRITÓRIO” ESCALA 1:20000

terrenos intermédios eram descritos como sinuosos, húmidos e de difícil passagem, aumentando a distância física entre os dois lugares, devido ao tempo de travessia.²⁴

É neste contexto, o de um território isolado, difícil de atravessar e sem equipamentos estruturantes, que se intensificam pressões sociais internas. Entre estas, a questão religiosa assume uma centralidade particular. A crescente sedentarização dos pescadores exigia práticas devocionais regulares, impossíveis de assegurar com deslocamentos constantes à igreja paroquial de Anta²⁵. Tal como nas comunidades camponesas, também nas comunidades piscatórias a religião estrutura o quotidiano e oferece um enquadramento simbólico à incerteza das pescas. Para os pescadores, cuja atividade dependia de ciclos naturais imprevisíveis e riscos constantes, a dimensão ritual e religiosa tornava-se determinante. O mar, simultaneamente fonte de subsistência e ameaça permanente, impunha a necessidade de proteção espiritual e, consequentemente, de lugares de culto próximos e continuamente acessíveis²⁶. O que até então, durante a fase sazonal, se resolvia com o regresso periódico a Ovar, torna-se impraticável, face à emergência de uma presença estável em Espinho. A religião, enquanto dispositivo de coesão social, orientação moral e organização da vida coletiva, surge, assim, como uma das primeiras esferas a reclamar infraestrutura própria²⁷.

A resposta a essa necessidade foi impulsionada por uma figura, cuja posição económica lhe conferia capacidade de ação: Eugénio Nunes, natural da Galiza, residente em Espinho, proprietário de campanhas de pesca, detentor de armazéns de salga e, significativamente, do único poço do aglomerado. A sua intervenção evidencia a articulação crescente entre capital económico, influência social e iniciativa territorial. A 21 de março de 1807, redige e envia ao Bispo do Porto uma petição solicitando autorização para erguer, “na Costa de Espinho”, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Guia, justificando que ali residiam “mais de 120 casais” destituídos das “comodidades da vida cristã”, entre elas a assistência à missa. O pedido assinalava simultaneamente uma necessidade religiosa concreta e a emergência de um primeiro mecanismo institucional local, capaz de se dirigir diretamente ao poder eclesiástico²⁸.

O pedido foi prontamente atendido. Em 4 de abril de 1807, o Bispo concedeu a licença de construção. Em fevereiro de 1809, Eugénio Nunes requereu e obteve a bênção da capela pelo abade de Esmoriz. A primeira missa celebrou-se a 22 do mesmo mês²⁹. A devoção à Senhora da Guia, posteriormente Senhora da Ajuda, integrava práticas religiosas amplamente disseminadas entre comunidades piscatórias atlânticas, particularmente no universo galego, de onde Eugénio Nunes provinha. O templo, conhecido como Capela dos Galegos, inscrevia Espinho numa continuidade cultural marítima partilhada ao longo da costa, evidenciando afinidades com outros núcleos piscatórios e acentuando o desfasamento face às estruturas sociais e culturais do território agrícola envolvente³⁰.

Com a construção da capela, Espinho institui, pela primeira vez, uma infraestrutura que fixa, no território, a sua

²⁴Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P.28

²⁵Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº2, CME. P.13

²⁶Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº2, CME. P.13

²⁷Tato, Joaquim. (1980). O Vareiro de Espinho – O homem e o pescador. Espinho, Boletim Cultural nº7, CME. P.14

²⁸Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. Pp. 19–21

²⁹Brandão, F. A. (1991). Anais da história de Espinho (985–1926). Porto: Gráfica Firmeza. Pp. 22, 23

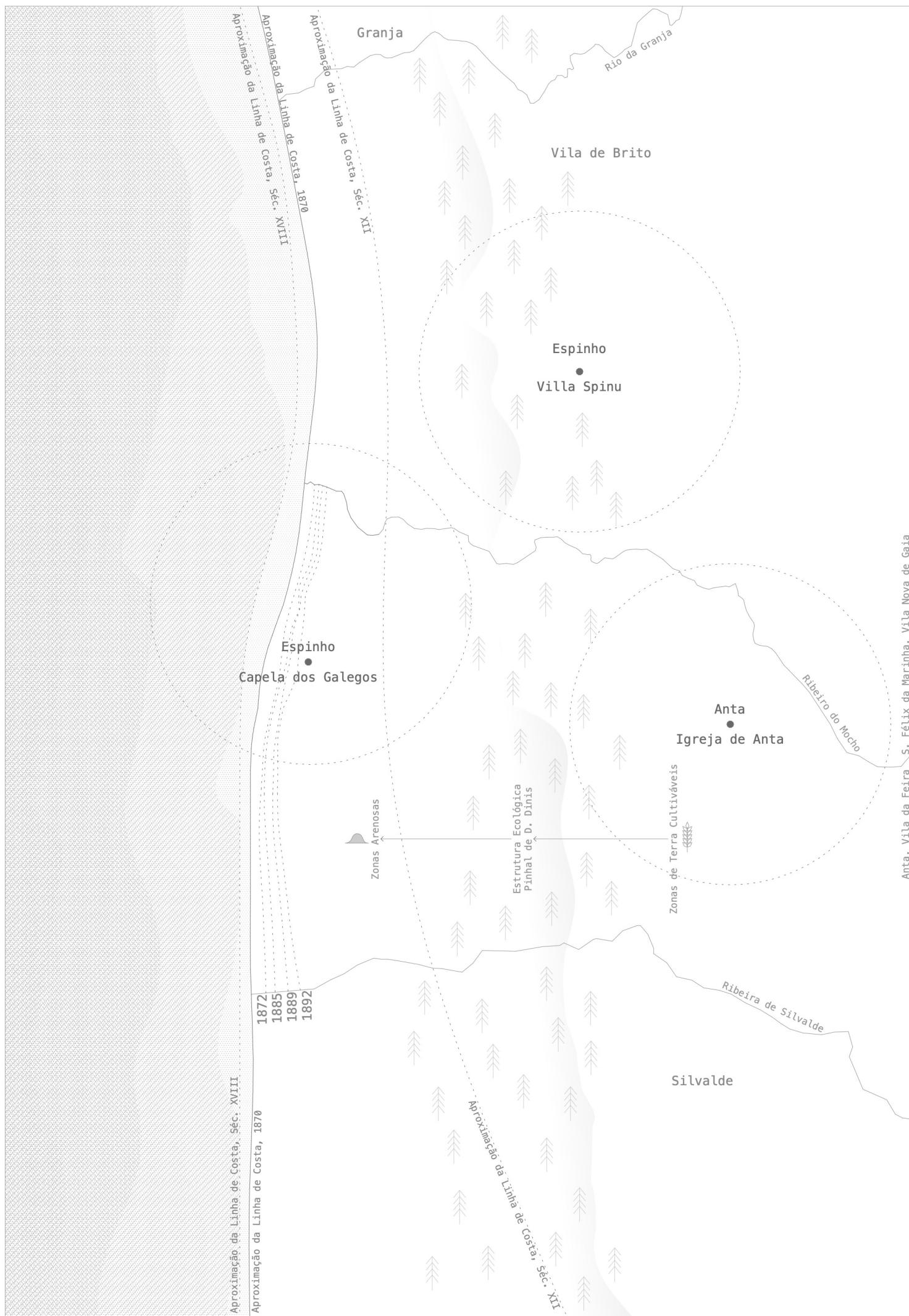
³⁰Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº4, CME. P.29

³⁰Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. Pp. 34, 35

própria vida coletiva. Depois da estabilização económica proporcionada pelas novas técnicas de conservação e da permanência crescente dos palheiros e dos armazéns de salga, é a capela que confere unidade simbólica e organiza uma primitiva estrutura comunitária. Este gesto funda uma relação de pertença e identidade com o lugar, um primeiro sinal de independência e autonomia territorial. A partir desta articulação, religiosa, habitacional e produtiva, emerge o primeiro aglomerado permanente das Praias de Espinho, momento ainda primitivo mas decisivo, onde se definem os contornos elementares da identidade espinhense e se lançam os alicerces da autonomia que, décadas mais tarde, permitirá a formação da vila piscatória.

A fixação nas Praias de Espinho decorreu da convergência progressiva de transformações técnicas, económicas, territoriais e simbólicas que, a partir do final do século XVIII, reconfiguraram a relação das comunidades piscatórias com o litoral. A construção da capela inscrevia, materialmente, um processo já em curso, consolidando práticas produtivas, estabilizando formas de permanência e estruturando uma identidade coletiva ancorada no próprio território.

As Praias de Espinho afirmavam-se, assim, como espaço social plenamente operativo. A vida religiosa, os ritmos quotidianos, as dinâmicas produtivas e a presença física das construções articulavam-se num sistema coerente, configurando o primeiro núcleo urbano de Espinho. Um aglomerado ainda reduzido, mas dotado de consistência suficiente para sustentar uma diferenciação progressiva, face às comunidades vizinhas, e estabelecer as bases da autonomia que moldaria a formação urbana nas décadas subsequentes.





IMAGEM_1<https://deespinhoviva.blogspot.com/2020/03/espinho-palheiros.html>
CONJUNTO DE PALHEIROS EM ESPINHO, CIRCA 1840

IMAGEM 2_<http://ww3.aeye.pt/avcult/avcult/AveiDistrito/Boletim07/page05.htm>
"CAPELA DOS GALEGOS"



IMAGEM 3_<https://deespinhoviva.blogspot.com/2020/03/espinho-palheiros.html>
PALHEIRO EM ESPINHO, CIRCA 1840

O início do século XIX introduziu, na costa portuguesa, o fenómeno dos banhos marítimos, reconfigurando profundamente a relação entre a sociedade e o litoral. Inicialmente legitimados por um discurso médico que atribuía às águas do mar propriedades terapêuticas, capazes de fortalecer as fibras musculares, purificar o sangue e curar infeções como a “escrofulose”, os banhos tornaram-se uma prática de saúde recorrente nas classes sociais capazes de o financiar. Este evento, tal como qualquer outro aparato médico, tinha um regime disciplinado de toma: o banho tomava-se em jejum, a roupa molhada era imediatamente retirada, seguindo-se o café e uma breve sesta reparadora. A infraestrutura estaria também preparada e capaz de permitir aos utilizadores respirar o iodo, que era, por si só, considerado terapêutico, sendo frequentes as varandas voltadas para o mar¹.

¹Pereira, Álvaro. (1970). Espinho, Monografia. Pp. 15–16

Espinho, até então ocupada quase exclusivamente por comunidades piscatórias, torna-se progressivamente atraente para o grupo burguês. O que começa como uma prática recomendada pela medicina oitocentista, com a introdução da esfera pública burguesa, rapidamente se converte numa prática social dotada de um forte carácter simbólico. Ir a banhos, e, sobretudo, possuir uma casa numa praia de veraneio, passava a constituir também um símbolo de estatuto social. A dualidade entre medicina e poder simbólico, representacional, entraram, como dois novos campos, no ambiente urbano espinhense^{2,3}.

²Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 34

³Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P.29

Os primeiros veraneantes instalaram-se nas mesmas estruturas que até então acolhiam os pescadores, os palheiros. Numa fase inicial, o carácter sazonal da sua presença limitava-os à utilização da infraestrutura existente, com os próprios pescadores a alugar as suas casas aos veraneantes. Contudo, rapidamente começaram a nascer novas estruturas com tipologias adaptadas às necessidades da classe burguesa. À pequena escala e à precariedade piscatória existente, sobrepõe-se uma nova dimensão do construído, uma nova decoração e uma finalidade distinta. A arquitetura torna-se um dispositivo de mediação social. A mesma estrutura construtiva revela intenções radicalmente distintas: o que para a classe piscatória se assumia como uma necessidade básica, para a burguesia tornava-se um elemento de representação⁴.

⁴Ibid., pp. 29, 30, 33

A convivência destas duas classes sociais no mesmo espaço construído produziu tensões estruturais que se sobrepunham ao caso particular de Espinho e se inscreviam num fenómeno mais amplo de transformação do litoral português, ao longo do século XIX. A concentração sazonal de veraneantes nos meses de verão, precisamente no período de maior intensidade da pesca, obrigava à sobreposição de duas racionalidades económicas e espaciais distintas. A dinâmica produtiva das campanhas de pesca exigia uma estrita proximidade operacional ao areal para a tiragem das redes, para venda e limpeza do peixe, para a construção de locais de armazenamento de aparelhos de pesca e espaço para os próprios barcos. A racionalidade burguesa também

exigia uma proximidade operacional ao areal, mas por razões antagónicas: para a construção de infraestruturas balneares, de estabelecimentos hoteleiros e o uso do próprio areal como local de lazer.

Ambas as classes disputavam o mesmo território por razões profundamente distintas, era o espaço por excelência de vitalidade para a economia das duas partes, mas através de estruturas de produção opostas e não conciliáveis: as pescas e o cenário privilegiado da experiência balnear.

É neste confronto entre usos e significados que se reconfiguram as morfologias e dinâmicas do território. O espaço, que antes respondia exclusivamente às exigências da pesca, flexível, efémero, capaz de ser reconstruído conforme a oscilação marítima, passa, progressivamente, a incorporar estruturas de outra natureza. A partir da década de 1840, esta inflexão assume uma forma material com a introdução das primeiras casas de pedra e cal. Em 1843, segundo o padre António de Lima, já se encontravam edificadas quatro propriedades deste tipo pertencentes às famílias Sá Couto, Anão, Rosa da Praça e Bento da Motta de Vila Boa, cuja presença introduz uma nova ontologia construtiva no litoral espinhense⁵.

⁵Ibid., p.30

A construção em pedra introduziu uma rutura material face à lógica estrutural dos palheiros. Estes inscreviam-se diretamente num território marcado pela mutabilidade do solo, pela precariedade técnica e pelas oscilações marítimas. A sua condição construtiva articulava-se com as dinâmicas do próprio ecossistema litoral, acomodando variações, deslocamentos e reajustamentos contínuos. As casas de pedra instauravam uma lógica distinta: a materialidade, a técnica construtiva e a própria inscrição no solo afirmavam um regime de permanência e estabilidade. A edificação deixava de responder às condições variáveis do território para passar a impor uma ordem material durável sobre o ecossistema costeiro.

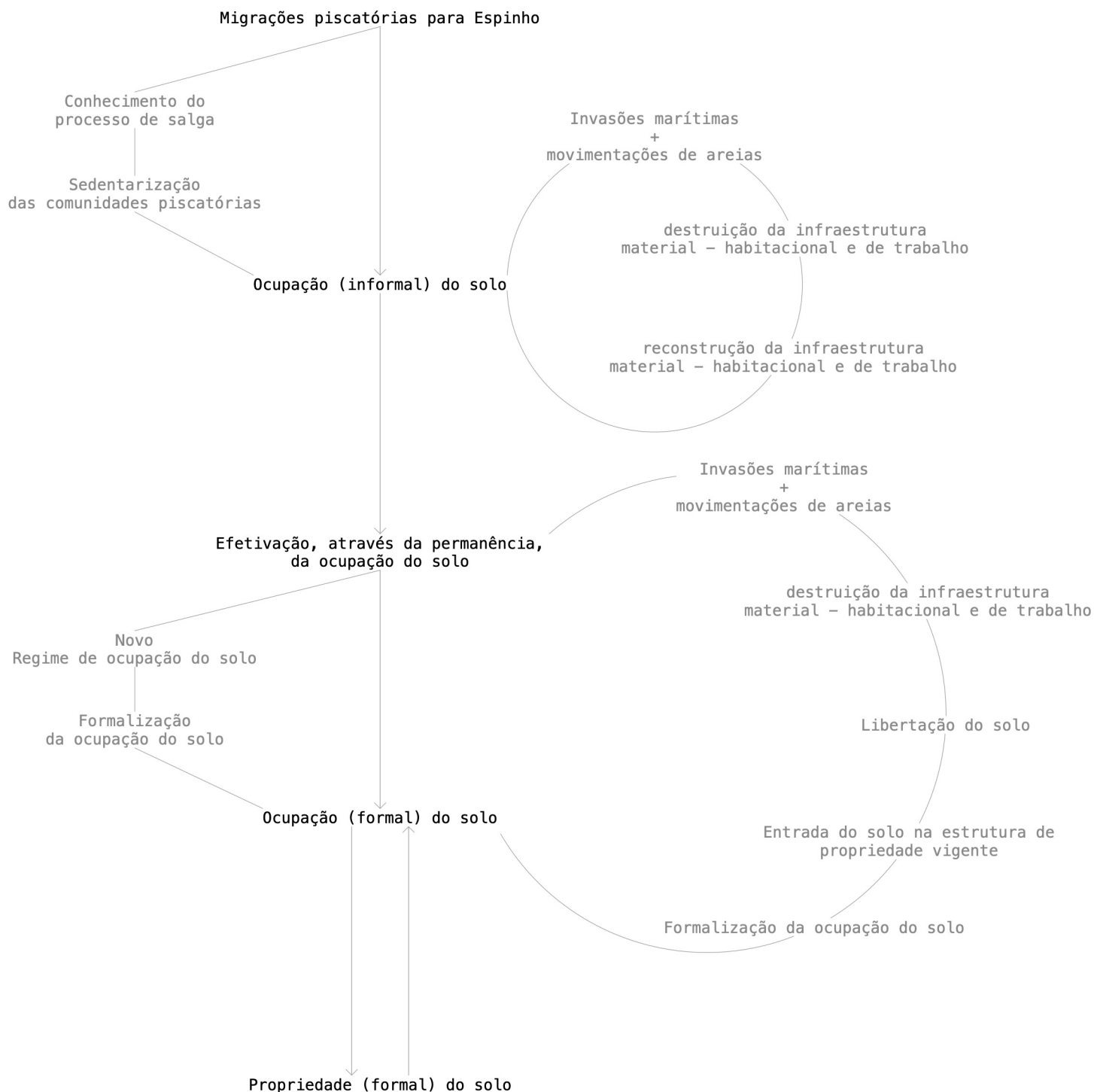
Contudo, esta permanência construtiva contrasta ironicamente com a impermanência social do seu uso. As casas de pedra, dotadas de maior conforto, durabilidade e investimento, não eram ocupadas ao longo do ano: permaneciam fechadas durante o inverno, enquanto os seus proprietários regressavam às suas terras de origem⁶. A urbanidade durável que introduzia estabilidade no território não se traduzia, no entanto, numa permanência demográfica. A fixação efetiva continuava a caber à comunidade piscatória, cuja habitação se mantinha marcada pela precariedade e pela adaptação às condições naturais.

⁶Costa, António da. (1980). A Beira-Mar. Espinho, Boletim Cultural n.º 7, CME. p. 265.

Desta dissociação entre permanência material e descontinuidade social emergia uma contradição estruturante do desenvolvimento urbano de Espinho. A solidez construtiva e a durabilidade das edificações correspondiam à classe mais móvel, a burguesia sazonal, enquanto as estruturas precárias sustentavam a única presença contínua no território. Esta inversão introduzia uma tensão fundamental entre estabilidade física e instabilidade de ocupação. A incorporação progressiva de propriedades duráveis reconfigurava simultaneamente o estatuto do



IMAGEM 4_ <https://multimedia.expresso.pt/praias/>
BANHOS NA COSTA DE ESPINHO



ESQUEMA 1, "ESTRUTURA DE PROPRIEDADE DO EDIFICADO E DO SOLO"

litoral espinhense. O território, até então marcado pela oscilação, pela reversibilidade e pela adaptação às dinâmicas naturais, adquiria um valor económico e simbólico distinto. A edificação deixava de operar exclusivamente como resposta funcional às condições do meio, passando a inscrever-se como capital fixado no espaço.

A casa de veraneio consolidava esta transformação. A construção afirmava-se como bem imóvel durável, cuja permanência material exigia a definição de limites, regimes de propriedade, direitos de uso, garantias jurídicas e dispositivos de exclusão. O espaço litoral deixava de ser apenas suporte de práticas produtivas e formas de abrigo transitório, passando a integrar circuitos de valorização, investimento e acumulação. A habitação emergia, deste modo, como bem de consumo e como mecanismo de fixação de valor territorial, inaugurando um regime espacial em que construção, propriedade e economia passavam a operar de forma indissociável.

2.2

PROPRIEDADE

ESQUEMA_1

A transição de Espinho de território piscatório para praia de banhos estruturou-se a partir da reconfiguração das relações de propriedade. A transformação do litoral decorria da ação simultânea de dois vetores convergentes: a destruição cíclica provocada pelo mar e a intervenção administrativa da Câmara da Feira. Estes mecanismos operavam como forças complementares, reorganizando padrões de ocupação, redefinindo regimes de posse e instaurando uma nova lógica de valorização territorial.

Ao longo da primeira metade do século XIX, as sucessivas invasões marítimas, entre as quais a de 1834 permanece como a mais referida, arrasaram parte significativa dos palheiros piscatórios existentes, libertando extensões de areal⁷. A volatilidade natural que sustentava a lógica móvel da construção vareira adquiria, neste contexto, uma nova operacionalidade. Cada destruição correspondia simultaneamente a uma libertação física e jurídica do solo, viabilizando a sua redistribuição sob regimes de posse distintos.

A Câmara da Feira, administradora da faixa litoral de Espinho até meados do século XIX, operava diretamente sobre esta condição. Interessada em promover o povoamento e em atrair investimento externo, instituiu uma política de concessão gratuita de terrenos para novas construções^{8,9}. Este mecanismo instaurava um filtro social estrutural. A informalidade jurídica dos palheiros piscatórios, ajustada às dinâmicas instáveis do território, era progressivamente sobreposta por um regime de acesso à propriedade dependente de capital e reconhecimento administrativo.

A praia afirmava-se gradualmente como recurso imobiliário. A regularização administrativa do solo legitimava e consolidava materialmente a presença burguesa. As novas

⁷Brandão, F. A. (1991). Anais da história de Espinho (1985–1926). Porto: Gráfica Firmeza. p. 24

⁸Pereira, Álvaro. (1970). Espinho, Monografia. P. 24

⁹Gomes, J. Maia. (2022). Espinho, um cisne negro. J. Maia Gomes. Lisboa. P.59

construções, mesmo quando executadas em madeira, inscreviam-se em lotes formalmente atribuídos, substituindo os regimes de uso informal que caracterizavam a ocupação piscatória. A propriedade emergia como instrumento ativo de organização territorial.

É neste quadro que emergiam em Espinho as chamadas figuras de relevância, indivíduos cuja posição económica e capital simbólico lhes conferiam capacidade efetiva de intervenção territorial. Entre estes agentes destacavam-se José de Sá Couto (filho) e, de forma particularmente decisiva, Joaquim de Sá Couto (pai). Provenientes de uma família ligada à indústria do papel, natural de S. Paio de Oleiros, e sucessivamente condecorada pela Coroa Portuguesa, Joaquim de Sá Couto introduziu, por volta de 1843, a construção em pedra e cal na paisagem espinhense. A sua presença materializava a consolidação de um novo regime territorial, onde a posse formal do solo operava como mecanismo de diferenciação social e imposição de valores urbanos emergentes.

Joaquim de Sá Couto, instrumentalizando a cedência de terrenos pela Câmara da Feira, fomentou a construção de casas e hotéis destinados a acolher a crescente presença burguesa na costa. Para além do investimento direto no arrendamento e no setor hoteleiro, financiava ativamente terceiros para a construção das suas próprias habitações¹⁰. Num contexto marcado pela fragilidade institucional do sistema bancário, assumia uma posição central na mediação de crédito à habitação, consolidando-se como principal promotor imobiliário de Espinho¹¹. Esta concentração de operações económicas articulava-se diretamente com a estrutura de poder local. O cargo de vereador da Câmara da Feira, ocupado por Joaquim de Sá Couto, inscrevia a sua atuação num regime onde decisão administrativa e valorização imobiliária operavam de forma convergente.

¹⁰Brandão, Francisco Azevedo (Dir.). (1980). Figuras Ilustres: Comendador Joaquim de Sá Couto. Espinho, Boletim Cultural n.º 5-6, CME. p. 50.

¹¹Gomes, J. Maia. (2022). Espinho, um cisne negro. J. Maia Gomes. Lisboa. Pp.58,59

O modelo de desenvolvimento espinhense alinhava-se com dinâmicas observáveis noutros territórios balneares oitocentistas, particularmente na Granja. A distinção residia, contudo, no mecanismo de disponibilização do solo: enquanto nesse contexto a ocupação decorria da iniciativa privada, em Espinho o processo desenvolvia-se através da alienação de bens públicos¹². Em Espinho consolidava-se, a partir deste momento, um modelo de apropriação territorial que reorganizava profundamente a lógica espacial anterior. A ação combinada entre destruição natural e incentivo administrativo estruturava um ciclo contínuo de substituição infraestrutural. Este movimento redefinia padrões de ocupação, deslocava progressivamente práticas produtivas e instituiu um novo paradigma fundiário.

¹²Ibid., p.59

A consolidação territorial através do investimento imobiliário em propriedade inaugurava uma transformação de maior alcance. O areal afirmava-se como suporte de valorização económica, inscrevendo-se numa dinâmica em que o solo emergia como ativo, capitalizável, delimitável e transacionável. Construção, propriedade e poder administrativo passavam a estruturar, de forma indissociável, a produção do espaço litoral. Esta reconfiguração introduzia as condições materiais, jurídicas e económicas que sustentariam a formalização subsequente da estrutura urbana.

Até meados do século XIX, Espinho permanecia numa condição periférica em relação aos principais centros urbanos da região. Esta posição decorria da reduzida escala da povoação e, de forma mais decisiva, da ausência de infraestruturas capazes de o articular com os circuitos económicos e sociais regionais. A comunidade encontrava-se dependente de vias antigas, herdadas de sistemas rodoviários romanos e medievais, como a estrada Real n.º 1 e a estrada mourisca, ambas situadas a nascente, atravessando Anta, e afastadas do núcleo habitacional. Embora estruturantes à escala nacional, estas rotas não serviam a especificidade litoral de Espinho, impondo percursos sinuosos, instáveis e frequentemente intransitáveis^{13,14}. A condição liminar do território traduzia-se, assim, numa dificuldade efetiva de acesso, condicionando a circulação de pessoas, bens e capital.

A transformação iniciava-se na década de 1860, quando a Câmara Municipal da Feira reconheceu que o desenvolvimento crescente da praia de banhos e a intensificação da ocupação exigiam uma ligação viária direta aos principais eixos regionais e nacionais. Deliberava-se, então, a construção da estrada de Espinho aos Carvalhos, planeada em 1866 e concluída no final da década, infraestrutura que reconfigurou profundamente o estatuto territorial da povoação. A nova ligação assegurava o acesso ao interior agrícola e industrial e articulava Espinho com o eixo Porto-Gaia, aproximando-o de um dos principais centros de consumo e sociabilidade burguesa do Norte do país¹⁵. Espinho integrava-se progressivamente numa rede de mobilidade alargada.

O sistema viário afirmava-se como a primeira infraestrutura capaz de assegurar fluxos contínuos, espontâneos e multiformes com o exterior. Enquanto a ferrovia, cuja relevância será analisada no capítulo seguinte, operava segundo uma lógica linear de circulação, a rodovia estruturava-se em rede, facilitando deslocações quotidianas e transportes de pequena escala. Esta condição permitia a mobilidade dos territórios da Feira, desprovidos de ligação ferroviária direta a Espinho, contribuindo para a intensificação da presença burguesa oriunda do interior. A infraestrutura rodoviária consolidava-se, assim, como mecanismo estruturante da acessibilidade regional.

Poucos anos depois, surgiram novas iniciativas que densificaram a rede local. Em 1870, a Câmara de Vila Nova de Gaia solicitou colaboração para o estudo da estrada da Ponte de Anta, via municipal destinada a estabelecer uma ligação contínua entre Espinho e São Félix da Marinha. A nova infraestrutura criava percursos alternativos, um pelo interior, através dos Carvalhos, e outro ao longo do litoral, consolidando Espinho como elemento ativo da malha costeira. A estrada seria formalmente classificada e concluída em meados da década de 1870, surgindo representada na Carta do Reino de Filipe Folque (1880). A praia de banhos espinhense afirmava, deste modo, a sua posição estratégica na rede costeira, reforçando fluxos sociais provenientes de Gaia e Porto e ampliando progressivamente a sua esfera de influência urbana, económica e política¹⁶.

¹³Castro, Carla Marina Gonçalves de. (2005). *Morfologia Urbana Espinhense (1863–1913)*, FLUP, Dissertação de Mestrado. Pp. 38, 42, 54

¹⁴Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº3, CME. Pp.26–28

¹⁵Castro, Carla Marina Gonçalves de. (2005). *Morfologia Urbana Espinhense (1863–1913)*, FLUP, Dissertação de Mestrado. Pp. 42, 44, 50

¹⁶Ibid., pp. 42,43, 46, 50

A abertura destas infraestruturas repercutiu-se num aumento significativo da intensidade urbana interna. Cresceu o número de visitantes, proprietários e investimentos, condição comprovada pelos censos nacionais. Entre 1860 e 1870, primeiro período com dados demográficos sistematizados, Espinho registou um crescimento de 14,1%, perfazendo, em 1864, um total de 1707 habitantes. Estes valores assinalavam uma transformação relevante para uma povoação cuja urbanidade permanecera, até então, fortemente associada a ciclos sazonais e atividades produtivas de pequena escala¹⁷.

¹⁷Gomes, J. Maia. (2022). Espinho, um cisne negro. J. Maia Gomes. Lisboa. Pp.38-45

O aumento da acessibilidade permitiu o estabelecimento das primeiras casas comerciais e a proliferação de hotéis, cafés e serviços voltados para o veraneio. Em 1864, regista-se a abertura de um estabelecimento de louças na Rua do Progresso¹⁸, coexistindo já o Hotel Bragança e o Hotel Beira Alta. A infraestrutura viária estruturava, deste modo, um novo interior urbano, consolidando um regime económico baseado na circulação e no consumo. A intensificação dos fluxos sociais produzia um retorno económico direto, preparando as condições para a transformação decisiva, introduzida poucos anos mais tarde pela ferrovia¹⁹.

¹⁸Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº4, CME. P.16

¹⁹Castro, Carla Marina Gonçalves de. (2005). Morfologia Urbana Espinhense (1863-1913), FLUP, Dissertação de Mestrado. Pp. 37, 54, 55

TEMPO E ESPAÇO

2.4

GRÁFICO 6, 7, 8; IMAGEM 5, 6

Na segunda metade do século XIX, a consolidação da praia de banhos, a reorganização fundiária, a emergência de agentes de relevância económica e a densificação progressiva do sistema viário reconfiguravam a antiga condição de isolamento da colónia piscatória. A articulação com o território envolvente permanecia, contudo, dependente de um regime de mobilidade lento, irregular e condicionado pela topografia, pelo estado das vias e pelas condições atmosféricas. O sistema viário mantinha-se inscrito numa lógica de continuidade física e métrica.

A infraestrutura ferroviária introduzia uma rutura estrutural neste regime espacial. A Linha do Norte, em funcionamento desde 1863, reorganizava profundamente a geografia funcional do país enquanto dispositivo técnico de mediação territorial. Numa fase inicial, os comboios efetuavam paragem em Esmoriz e na Granja, mantendo Espinho fora dos pontos estruturantes da rede e demonstrando que, apesar do seu crescimento recente, a povoação ainda não era percecionada como um ponto estruturante da rede nacional. A abertura de uma primeira paragem, em 1870, sob a forma de apeadeiro, marcava a integração efetiva da povoação neste novo sistema técnico²⁰.

²⁰Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. PP.40, 41

A ferrovia reconfigurava profundamente os regimes de mobilidade e, com eles, a própria inteligibilidade do território. A deslocação deixava de assentar numa leitura métrica do espaço para operar segundo uma escala temporal, em que a duração se sobrepunha à extensão física. O tempo afirmava-se como operador central de mediação espacial.

A proximidade adquiria uma definição distinta. Espinho



GRÁFICO 6, “CONEXÕES A ESPINHO A PARTIR DA REDE VIÁRIA – CIRCA 1870/1880” ESCALA 1:150000

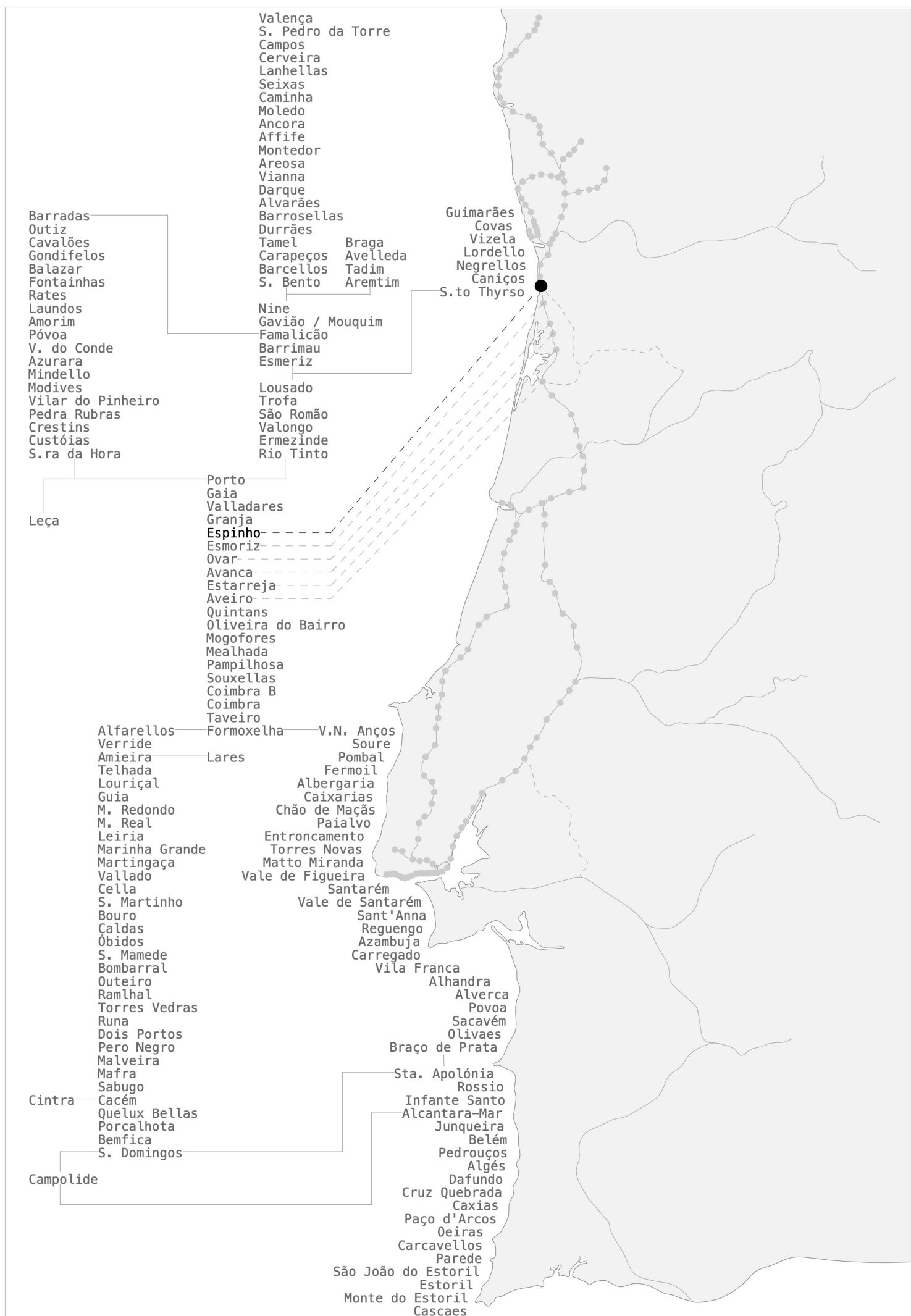


GRÁFICO 8, "CONEXÕES A ESPINHO A PARTIR DA REDE FERROVIÁRIA – CIRCA 1880/1890" ESCALA 1:2100000



IMAGEM 5_ <https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2011/04/estacao-de-espinho-e-passerelle.html>
ESTRUTURA FERROVIÁRIA DE ESPINHO

IMAGEM 6_ http://ww3.aeye.pt/avcultor/Avcultor/Postais4/Espinho/255_Espinho.jpg
ESTRUTURA RODOVIÁRIA DE ESPINHO



aproximava-se do Porto, de Gaia e de Ovar através da compressão dos intervalos temporais. O território tornava-se progressivamente quantificável, homogéneo e operacionalizável, produzido pela própria infraestrutura técnica. A ferrovia destacava-se como um dos elementos motores e estruturantes desse sistema operativo de reorganização territorial.

Em articulação com a rede rodoviária, que assegurava capilaridade, redundância e multiplicidade de acessos, o comboio estruturava um sistema linear contínuo. O sistema viário sustentava a continuidade territorial extensiva, enquanto a ferrovia instaurava um regime intensivo de aceleração que alterava qualitativamente as relações espaciais. Da conjugação destas infraestruturas emergia um território estratificado, onde coexistiam escalas distintas de mobilidade e diferentes regimes de articulação espacial. Espinho integrava-se numa rede relacional alargada, na qual a posição física adquiria uma condição progressivamente mediada pelos fluxos.

Esta nova condição repercutia-se diretamente na organização interna do território. A aceleração dos deslocamentos e a intensificação dos fluxos sociais, económicos e simbólicos tornavam visível a insuficiência dos dispositivos espaciais existentes. Um território moldado por práticas sazonais, por regimes de ocupação flexíveis e por uma adaptação contínua às contingências naturais confrontava-se com uma densidade relacional emergente.

A ferrovia introduzia, mais do que uma infraestrutura de transporte, um novo regime técnico de expectativas territoriais. O crescimento passava a inscrever-se em lógicas de legibilidade, controlo, previsibilidade e estabilização espacial. Esta exigência articulava-se diretamente com os interesses dos agentes mais beneficiados pela aceleração dos fluxos, a burguesia veraneante e investidora.

A ordenação territorial afirmava-se simultaneamente como instrumento técnico e mecanismo de regulação social. A definição de critérios de organização, acessibilidade e valorização instaurava regimes de hierarquização que favoreciam determinados usos, práticas e agentes. As novas relações espaciais, mediadas pela infraestrutura ferroviária, contribuíam para a marginalização progressiva das práticas produtivas tradicionais e para o deslocamento das comunidades piscatórias das zonas de maior valorização²¹.

A ferrovia operava, deste modo, como mecanismo ativo de reorganização hierárquica do território. A compressão temporal e a intensificação dos fluxos redefiniam os critérios através dos quais o espaço passava a ser produzido, apropriado e regulado. Antes de qualquer formalização urbana, instaurava-se uma exigência estrutural de ordem, legibilidade e controlo, indissociável das relações técnicas, económicas e institucionais que atravessavam o território. Neste quadro, Espinho iniciava a transição de um território funcionalmente adaptado às contingências naturais para uma estrutura urbana progressivamente codificada por regimes de valorização, hierarquia e exclusão.

²¹Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P.33

PRODUÇÃO E REPRESENTAÇÃO

2.5

ESQUEMA 2; IMAGEM 8, 9, 10

A integração de Espinho na rede ferroviária nacional decorreu de um processo social e político deliberado, conduzido por um conjunto específico de agentes que, frequentando a praia e investindo progressivamente no seu desenvolvimento, projetavam sobre o território uma ambição urbana que excedia a condição material existente²². A paragem do comboio emergia como instrumento estratégico num quadro alargado de transformação territorial, social e simbólica.

²²Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 41

Com a reestruturação de Espinho como praia de banhos, o território passava a ser frequentado por uma nova elite de veraneantes, composta por industriais, proprietários, profissionais liberais e figuras ligadas à pequena aristocracia liberal. Oriundos maioritariamente de Gaia, Porto, do interior feirense e de terras circundantes a Ovar, estes agentes assumiam uma posição ativa sobre o espaço. Investiam no território, transformavam formas de sociabilidade e intervinham progressivamente nos processos de decisão local. Neste movimento, instaurava-se um ideal urbano emergente, passando Espinho a ser compreendido enquanto potencial urbano, económico e representacional²³.

²³Ibid., p.11

É neste contexto que estruturas como a Assembleia Recreativa se materializam, em 1864²⁴. Este espaço operava simultaneamente como polo de sociabilidade e como um dos primeiros dispositivos de mediação política e simbólica do território. A sua existência assinalava a formalização interna de uma organização até então difusa, configurando uma estrutura proto-administrativa, uma proto-câmara, onde se articulavam vontades, interesses e estratégias coletivas, parcialmente a completamente autónomas face às instâncias administrativas exteriores²⁵. A compra da antiga Capela dos Galegos inscrevia-se neste processo alargado de construção territorial²⁶.

²⁴Ibid., p.116

²⁵Ibid., p.338

²⁶Ibid., p.126

A capela, profundamente enraizada na memória das comunidades piscatórias, era reapropriada por um novo corpo institucional. Este gesto operava simultaneamente uma rutura simbólica e uma reinscrição num novo regime de valores. A apropriação patrimonial assumia, neste quadro, uma função estruturante na produção de uma identidade coletiva. Apesar da concentração da capacidade decisória nos agentes economicamente mais fortes, a identidade emergente articulava diferentes segmentos da comunidade espinhense.

A transformação decisiva residia na alteração dos regimes de decisão e representação. Iniciativas anteriormente dispersas passavam a articular-se num campo coletivo, progressivamente estruturado, organizado e legitimado a partir do interior do território. Este movimento instaurava uma esfera comum de referência, um horizonte partilhado, no qual diferentes agentes, práticas e estratégias se tornavam mutuamente inteligíveis²⁷. A capela afirmava-se,

²⁷Ibid., p.338, 341
34

²⁸Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P.36

²⁹Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 341

³⁰Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P.32

³¹Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 40

³²Ibid., p. 206

³³Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P.31

³⁴Martin, R. (2016). The urban apparatus: Mediapolitics and the city. University of Minnesota Press. P. 13

neste contexto, como operador simbólico de autonomia, elemento através do qual Espinho adquiria progressivamente uma inteligibilidade interna e uma projeção externa enquanto corpo social²⁸.

A Assembleia Recreativa deve ser entendida como dispositivo catalisador dessa esfera comum emergente. Mais do que concentrar integralmente a ação, operava como mecanismo de estabilização simbólica, coordenação estratégica e produção de um ideal comum, ainda informal e fragmentário, mas suficientemente operativo para articular vontades, alinhar expectativas e sustentar uma leitura partilhada do território²⁹. Espinho deixava, assim, de ser apenas o lugar onde se atuava para emergir como o lugar a partir do qual se atuava.

É nesta lógica que se estruturava o processo político que conduziu à paragem do comboio em Espinho. A exclusão inicial da povoação do sistema de paragens ferroviárias era interpretada como sinal de marginalidade territorial, sobretudo face à inclusão de localidades vizinhas como a Granja ou Esmoriz³⁰. A mobilização de redes políticas, sociais e institucionais viabilizou uma estratégia de pressão multiescalar, envolvendo agentes locais dotados de capacidade económica e influência regional. Figuras como Joaquim de Sá Couto, o Marquês da Graciosa e Joaquim Correia Leal articulavam contactos junto da Câmara da Feira, da Real Companhia dos Caminhos de Ferro e de representantes do poder central. Este processo revelava a capacidade de conversão entre capital económico, influência política e decisões territoriais efetivas³¹.

A abertura do apeadeiro em 1870 assinalava a cristalização deste esforço coletivo. A integração ferroviária legitimava Espinho enquanto território reconhecido no sistema moderno de mobilidade. A ferrovia operava simultaneamente como infraestrutura técnica e como operador ideológico. Antes da consolidação plena enquanto centro urbano, produzia-se já uma imagem dessa modernidade, estruturada pela pertença a uma nova lógica de circulação, acessibilidade e inteligibilidade territorial.

A presença do comboio reconfigurava profundamente o imaginário coletivo³². O território deixava de ser percecioneado exclusivamente como colónia piscatória para emergir como estância balnear moderna. Esta transformação simbólica antecedia e orientava a reorganização material do espaço, funcionando como matriz ideológica para as decisões subsequentes³³.

Instalava-se, assim, um novo regime de produção territorial em Espinho. A intensificação dos fluxos, a valorização fundiária, a consolidação de interesses burgueses e a crescente intervenção administrativa tornavam visível a necessidade de converter uma condição económica, social e simbólica complexa em estruturas espaciais inteligíveis e operáveis. A produção do espaço emergia simultaneamente como operação técnica e como tradução material de um projeto social³⁴.

Neste contexto, o mapeamento assumia um papel central. A planta operava como dispositivo técnico de abstração. Nela condensavam-se, simplificavam-se e hierarquizavam-se as dinâmicas internas do território, tornando-as legíveis para a ação administrativa, jurídica e económica. Mapear implicava selecionar, ordenar e projetar conflitos e usos heterogêneos num sistema reconhecível e passível de regulação³⁵.

A elaboração da planta de 1866 assinalava o início deste processo de formalização, posteriormente aprofundado pela planta de melhoramentos de 1870 e consolidado pelas decisões camarárias subsequentes. Estes documentos emergiam como resposta direta às transformações previamente desencadeadas: a ação política e simbólica dos agentes burgueses, a integração de Espinho em redes alargadas de mobilidade e circulação, a valorização do território enquanto recurso económico e a necessidade de tornar essa valorização controlável, transmissível e juridicamente reconhecida. O desenho urbano afirmava-se, deste modo, como instrumento de mediação entre técnica, ideologia e poder³⁶,
³⁷, ³⁸.

Neste quadro, a planta, ao organizar o território, definia aquilo que se tornava passível de reconhecimento, representação e legitimação³⁹. A tradução do espaço vivido em espaço desenhado fixava hierarquias, estabilizava relações de poder, legitimava determinados usos e suprimia outros. A estruturação gráfica do território convertia-se num mecanismo fundamental de ordenação social⁴⁰.

A cidade que começava a ser desenhada em Espinho materializava um projeto específico, resultante da convergência entre capital económico, dispositivos administrativos e regimes ideológicos emergentes. O território transitava, progressivamente, para uma condição urbana produzida, na qual o desenho se afirmava como instrumento central de controlo, representação e poder⁴¹. Neste movimento, estabeleciam-se as condições conceptuais e materiais que permitirão compreender, no capítulo seguinte, a grelha urbana como dispositivo ativo de produção espacial.

³⁵Siegert, B. (Ed.). (2015). Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real. Fordham University Press. P. 108

³⁶Aureli, P. V. (2023). Architecture and abstraction. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. P.180

³⁷Martin, R. (2016). The urban apparatus: Mediapolitics and the city. University of Minnesota Press. P. 14

³⁸Siegert, B. (Ed.). (2015). Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real. Fordham University Press. P. 97

³⁹Aureli, P. V. (2023). Architecture and abstraction. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. P.87

⁴⁰Martin, R. (2016). The urban apparatus: Mediapolitics and the city. University of Minnesota Press. Pp. 2-4

⁴¹Siegert, B. (Ed.). (2015). Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real. Fordham University Press. P. 4

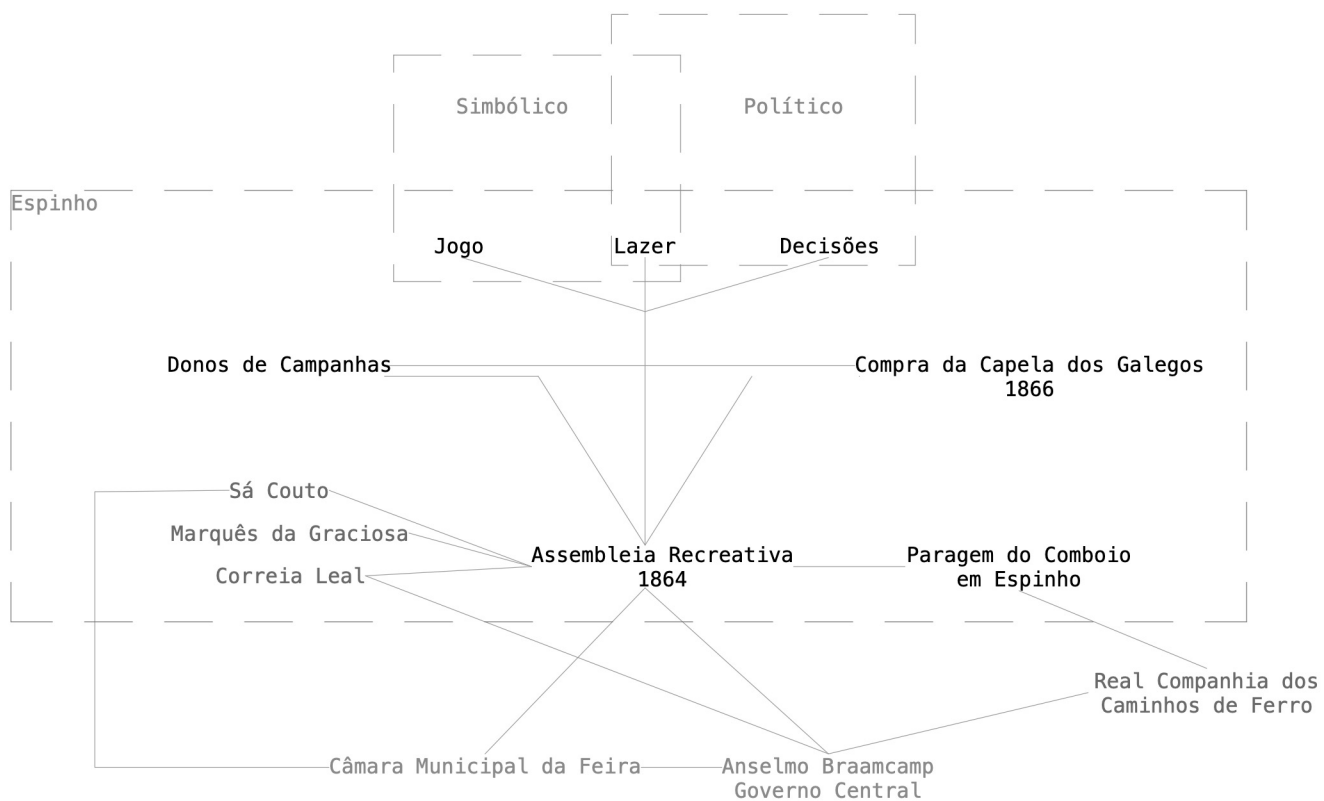


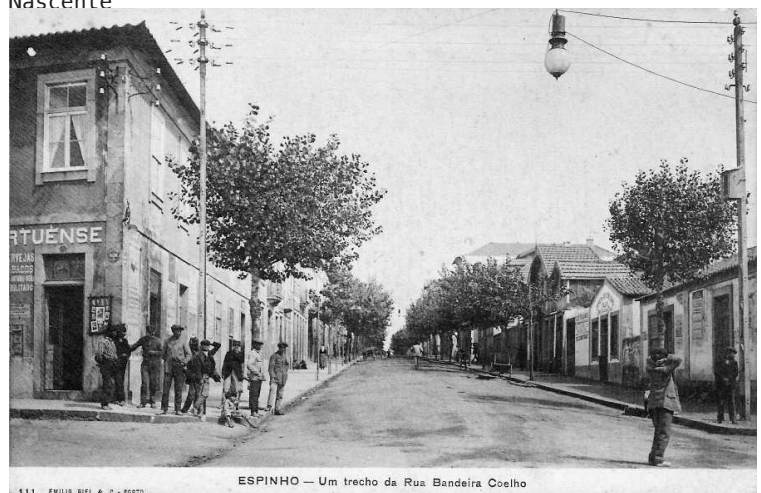


IMAGEM 8_ <http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/AveiDistrito/Boletim07/page05.htm>
IGREJA DE SANTA MARIA MAIOR E LARGO DE NOSSA SENHORA DA AJUDA



IMAGEM 9_ http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais2/EspinhoPostais/052_Espinho.jpg
Café Chinês (esquerda) Assembleia Recreativa (direita)

IMAGEM 10_ <http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/AveiDistrito/Boletim07/page05.htm>
RUA BANDEIRA COELHO – VISTA DE CIMA DA LINHA DE FERRO PARA Nascente



A “Planta de Espinho e Projeto d’Arruamentos para Edificações”, de 1866, constitui um instrumento administrativo de regulação e estruturação territorial. Representa o primeiro mecanismo técnico que operacionaliza o território espinhense, convertendo-o num objeto legível, passível de administração, planeamento e organização segundo o paradigma social emergente. O desenho afirma-se como mediação entre o real e o abstrato, entre o espaço vivido e a sua projeção gráfica.

A ausência de autoria explícita no documento impede a identificação direta do agente responsável pela sua elaboração^{1,2}. Ainda assim, o contexto histórico em que a planta surge permite enquadrar as intenções que lhe estão subjacentes. A década de 1860 corresponde a um momento de reorganização profunda do território: intensificam-se infraestruturas viárias, consolidam-se práticas balneares, estruturam-se formas de organização social interna e afirmam-se agentes dotados de capacidade de intervenção junto da Câmara da Feira³. A planta emerge, neste quadro, como resposta técnica a uma ambição territorial alargada já em curso⁴.

É no próprio título do documento que se revela a sua estrutura intrínseca. A “Planta de Espinho e Projeto d’Arruamentos para Edificações” articula duas operações distintas que se inscrevem num gesto comum: a identificação do existente e a projeção de uma nova configuração urbana. Estes momentos coexistem no mesmo sistema gráfico, instaurando uma tensão produtiva entre diferentes regimes espaciais e sociais.

O primeiro momento, a “Planta de Espinho”, corresponde a um gesto inaugural de reconhecimento do existente. Através do desenho, o território é identificado, fixado e estabilizado como unidade espacial discernível⁵. O levantamento consolida uma configuração até então marcada pela flexibilidade, pela adaptação contínua às condições naturais e pela ausência de regimes formais de permanência. Ao converter o espaço vivido num sistema gráfico estável, a planta institui uma identidade territorial representável e administrável, fixando graficamente o aglomerado material e relacional espinhense: o edificado, os agentes e os sistemas de articulação⁶.

A planta opera através de uma visibilidade seletiva, definindo aquilo que é reconhecido e aquilo que permanece fora do campo da regulação administrativa. O que é representado integra o sistema de ordenação, propriedade e controlo; o que não é inscrito graficamente adquire uma condição progressivamente informal e vulnerável⁷. A conformidade com o regime representacional vigente afirma-se, assim, como condição de reconhecimento. O desenho filtra, hierarquiza e legitima⁸.

Neste sentido, a planta introduz dinâmicas modernas de propriedade. O reconhecimento gráfico da ocupação territorial sobrepõe-se à ocupação efetiva, transformando práticas espaciais previamente flexíveis em situações

¹Castro, Carla Marina Gonçalves de. (2005). *Morfologia Urbana Espinhense (1863–1913)*, FLUP, Dissertação de Mestrado. P. 68

²Barreira, Hugo Daniel da Silva. (2013). *Improvisos de Progresso: Arquiteturas em Espinho (1900–1943)*, FLUP, Dissertação de Mestrado em História de Arte Portuguesa. P. 6

³Ibid., pp. 4,5

⁴Gaio, C. M. (1999). *A génese de Espinho: Histórias e postais*. Campo das Letras. P. 41

⁵Aureli, P. V. (2023). *Architecture and abstraction*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. P.87

⁶Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press. Pp. 97, 98

⁷Ibid., pp. 11, 12

⁸Martin, R. (2016). *The urban apparatus: Mediapolitics and the city*. University of Minnesota Press. Pp. 3, 4

progressivamente precárias e ilegíveis⁹. A representação estabiliza o solo, fixa relações e instaura um regime de permanência incompatível com a mutabilidade que caracterizava a inscrição territorial anterior. O território deixa de operar exclusivamente como suporte contingente de usos temporários para emergir como base abstrata de delimitação, transmissão e controlo¹⁰.

A mediação entre o espaço vivido e o território representado opera através da abstração gráfica¹¹. O desenho constitui uma instância ativa de decisão, inscrição e ordenação, convertendo relações sociais, ambientais e produtivas num sistema reconhecível e administrável. Representar corresponde a um gesto de legitimação, através do qual determinadas presenças adquirem reconhecimento histórico, jurídico e territorial, enquanto a omissão gráfica desloca aquilo que permanece fora do desenho para regimes de invisibilidade, vulnerabilidade e progressivo apagamento¹². O desenho afirma-se, deste modo, como mecanismo direto de poder, definindo o que existe, o que persiste e o que se torna passível de transformação. A “Planta de Espinho” emerge, assim, como dispositivo ativo de produção territorial.

O segundo momento do documento, o “Projeto d’Arruamentos para Edificações”, desloca o foco da identificação para a projeção de uma nova estrutura urbana. Enquanto a primeira operação estabiliza o presente, este gesto antecipa o inexistente, organizando o espaço em função de uma expectativa de crescimento. O desenho deixa de operar exclusivamente sobre o existente e passa a inscrever no território um horizonte futuro orientado por racionalidades de expansão, ordenação e valorização.

Este gesto projetual articula-se diretamente com regimes emergentes de capitalização territorial. O crescimento urbano afirma-se como uma operação estrutural da transformação económica, na medida em que a expansão deixa de corresponder a uma consequência passiva das dinâmicas produtivas para emergir como a sua própria materialização espacial. A projeção urbana converte o território num campo de valorização potencial, onde o solo adquire significado económico através da sua inscrição num sistema ordenado e passível de apropriação¹³. A eficácia da expansão reside precisamente nesta capacidade de converter espaço em ativo, estabilizando expectativas, fixando possibilidades construtivas e viabilizando a circulação do valor fundiário¹⁴. O desenho antecipa, organiza e condiciona o crescimento, operando como infraestrutura técnica indispensável à produção económica do território¹⁵.

A introdução de uma grelha ortogonal elementar converte o espaço não edificado num sistema de potenciais endereços¹⁶. O território circundante deixa de ser compreendido como vazio e passa a constituir um campo de construção passível de subdivisão, apropriação e circulação¹⁷. O desenho impõe uma estrutura capaz de abstrair a complexidade do real numa organização mensurável. A mensurabilidade afirma-se como condição de capitalização territorial¹⁸.

O mapeamento do vazio constitui um gesto decisivo de operacionalização territorial¹⁹. A projeção urbana antecipa

⁹Aureli, P. V. (2023). *Architecture and abstraction*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. P.60

¹⁰Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press. Pp. 107–111

¹¹Aureli, P. V. (2023). *Architecture and abstraction*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. P.60

¹²Martin, R. (2016). *The urban apparatus: Mediapolitics and the city*. University of Minnesota Press. Pp. 3, 4

¹³Aureli, P. V. (2023). *Architecture and abstraction*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. Pp. 26, 27

¹⁴Jacob Moore e Susanne Schindler, “Concepts”, em Reinhold Martin, Jacob Moore e Susanne Schindler (eds.), *The Art of Inequality: Architecture, Housing, and Real Estate* (New York: Buell Center, 2015), pp. 20–22

¹⁵David Harvey, “Cities or Urbanization?”, em Neil Brenner (ed.), *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization* (Berlin: Jovis, 2014), p. 53

¹⁶Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press. Pp. 97, 98

¹⁷Aureli, P. V. (2023). *Architecture and abstraction*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. Pp. 27, 28

¹⁸Jacob Moore e Susanne Schindler, “Concepts”, em Reinhold Martin, Jacob Moore e Susanne Schindler (eds.), *The Art of Inequality: Architecture, Housing, and Real Estate* (Nova Iorque: Buell Center, 2015), pp. 20–22

¹⁹Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press. Pp. 97, 98

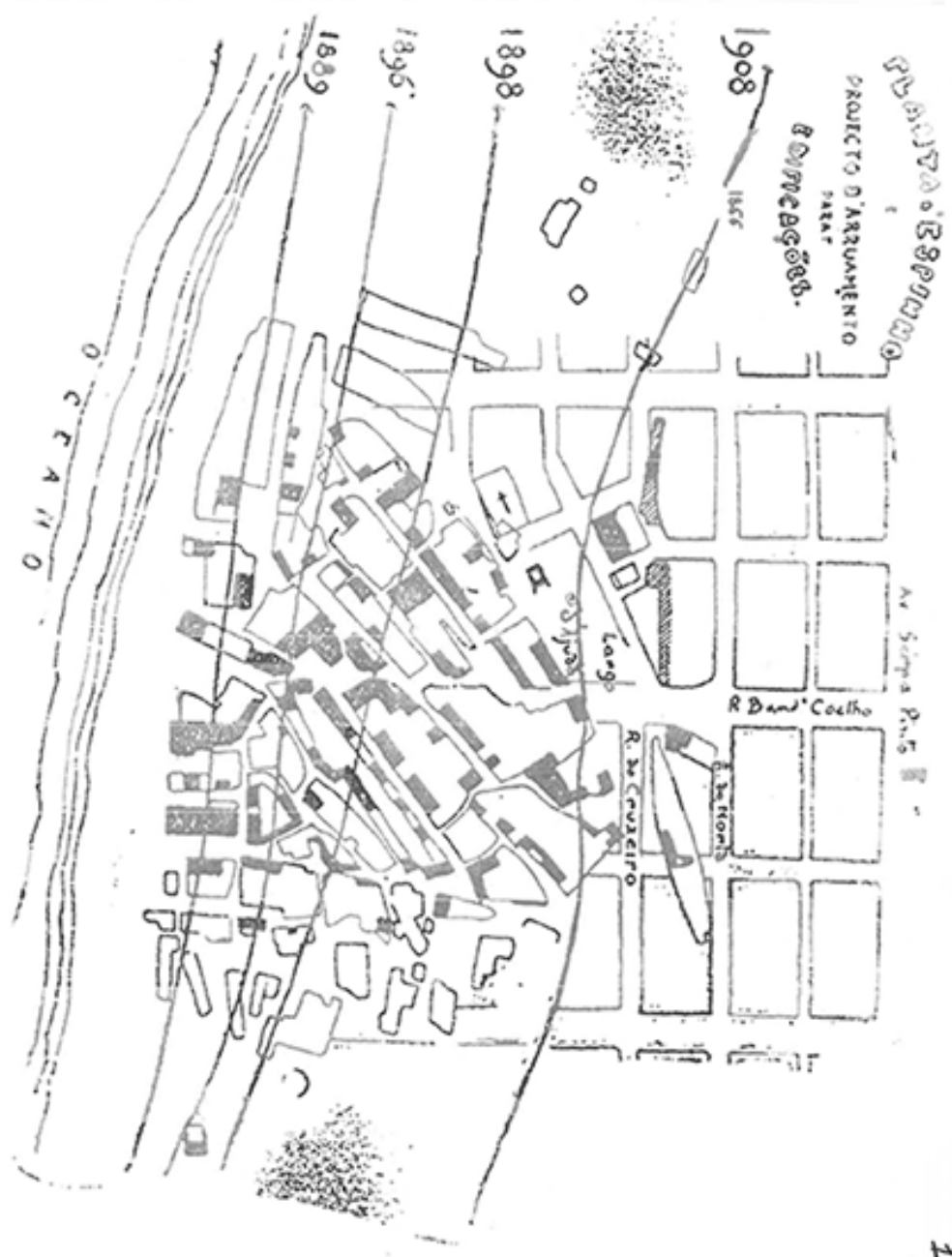




GRÁFICO 9, "ESPINHO-ESPINHO-ANTA-SILVALDE, 1866" ESCALA 1:20000

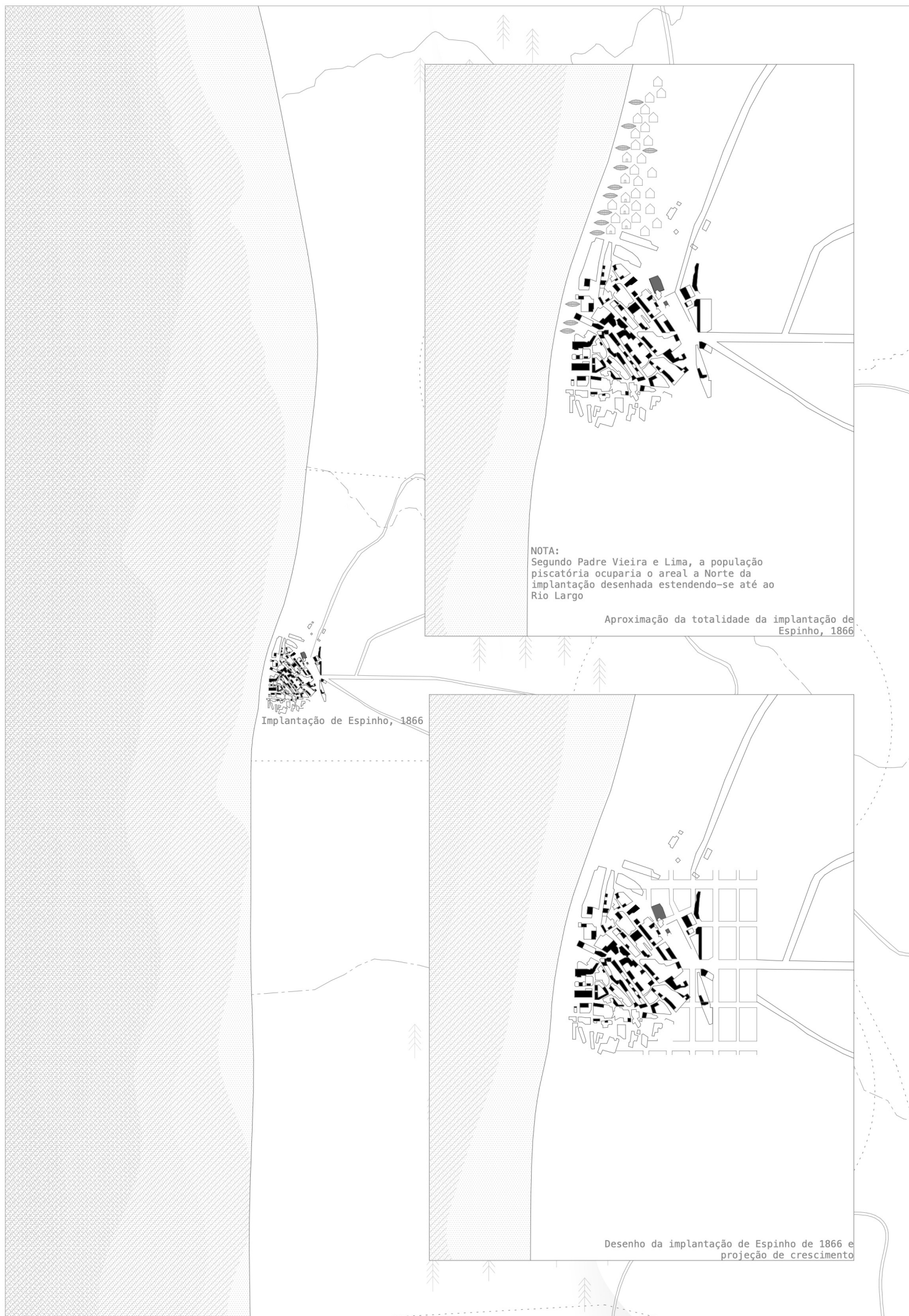


GRÁFICO 10, "RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E PLANEAMENTO ATRAVÉS DO DESENHO" ESCALA 1:20000

GAZETA D'ESPINHO

ADMINISTRAÇÃO Avenida Serpa Pinto n.º 272.

REDACÇÃO Rua do Norte, n.º 121

ESPINHO

Director: Joaquim Pinto Coelho

ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO

Propriedade da Empresa GAZETA D'ESPINHO

Officina de composição e impressão

TYPOGRAPHIA PENINSULAR

24—RUA DE S. CHRISPIM—26

(Com entrada pela Rua dos Mercadores, 171)—PORTO

Telephone n.º 737

A QUESTÃO POLITICA

ELEIÇÕES?

Segundo foi proclamado, o actual governo, que nasceu do concerto atinente a acalmar a agitação politica, decidiu manter-se no caminho estrito de severa legalidade, dando latitudinaria expansão ás tendências liberaes e democraticas, ás justificadas reivindicações do povo opprimido, da opinião violentada e offendida por uma dictadura de caprichos, d'atropellos e de infamantes processos.

E' cedo ainda para recriminações. O curto lapso de tempo que decorre desde a constituição do ministerio, n'um periodo de melindrosa excitação, não nos autorisa a sermos exigentes de mais... Para sermos justos, devemos arguir com motivos e comprovados os factos do libello accusatorio.

Serenos e benevolos, sem clemencia criminosa, isentos de ferrenho obstruccionismo, cumprenos aguardar os acontecimentos e critica-los com verdade e independencia de criterio. Não nos seduzem promessas; tão pouco acreditamos na regeneração do paiz pela monarchia, porque esse sistema—dura e triste lição dos precedentes!—tem-se revelado incompetente para a solução do problema nacional.

Entretanto é licito esperar-se, n'este lance, que o bom senso illumine os primeiros passos d'esse governo, que entra compenetrado da agudeza da situação e que de salutar aviso julgou não irritar demais os sentimentos populares, não contrariar a corrente democratica—força tão intensa e de tanta energia que surtira infructifera e louca a pretensão de a reprimir ou de a conter.

Se o governo tiver juizo, limitará a sua acção politica a desfazer e a apagar a nefasta influencia d'esse periodo tenebroso, em que a liberdade foi algemada e as regalias do povo, legitimamente conquistadas, soffreram os mais ruins tractos de audaciosos golpes.

O respeito á lei e a homenagem aos principios impõem agora aos dirigentes, antes de tudo, normalisar a questão politica para que, ao menos, se readquiria quanto se perdeu n'uma lamentavel experiencia de poder pessoal e descricionario.

Falla-se ahi em novas eleições. Não podemos presumir sequer que o governo pense a serio em tal aventura.

Eleições, para que! Pois não será legitimo e coerente anular o primeiro erro da dictadura, aquella desgraçada dissolução do parlamento e chama-lo, sem detença, ao funcionamento regular? Convocar novas camaras é sancionar uma violencia inaudita, é corroborar em actos da dictadura ignobil, de nefasta memoria.

O governo o que tem a fazer á sem delações, é anular dois diplomas, considerando-os illegaes, como de facto foram, e por isso—em effeito: o decreto que dissolveu a Camara dos Deputados e o outro que reformou a Camara dos Pares. E' assim e só d'este modo que se volta ás normas constitucionaes.

Que se adianta, em sentido liberal, elejendo-se outra assembleia legislativa? O modo de a fabricar será ainda a ignobil porcaria da lei eleitoral vigente... O resultado de novas eleições seria por isso equivalentemente semelhante ao das anteriores. Boa ou má, maior ou menor, os varios partidos tinham a sua representação na camara dissolvida. O governo actual de elementos congregados, regeneradores e progressistas, lá tem maioria garantida. Pelo lado politico nada se adianta; sob o aspecto moral — de legalidade— muito se atraza. Basta atender-se a que, havendo de convocar-se côrtes constituintes, é preciso que a camara dos deputados, em legislatura anterior, assim o delibere. De maneira que, se o governo, por arbitrio da defunta dictadura e continuando-a dissimuladamente, resolve fazer já eleições, só d'aqui a tres annos é que poderá haver constituintes!

Uma mytificação!

Quanto ás camaras municipales, cumpre-se agora o que é justo—restitua-se ás antigas vereações o seu mandato.

Recuam-se as côrtes e sem d'mora! E' o primeiro dever do governo. Empenhe-se o governo por que as camaras discutam e votem, quanto antes, a reforma administrativa, uma lei eleitoral decente e a necessidade da reforma da constituição. Seja submetida, quanto antes, á sancção do parlamento, a obra da dictadura com adiantamentos e atrasos.

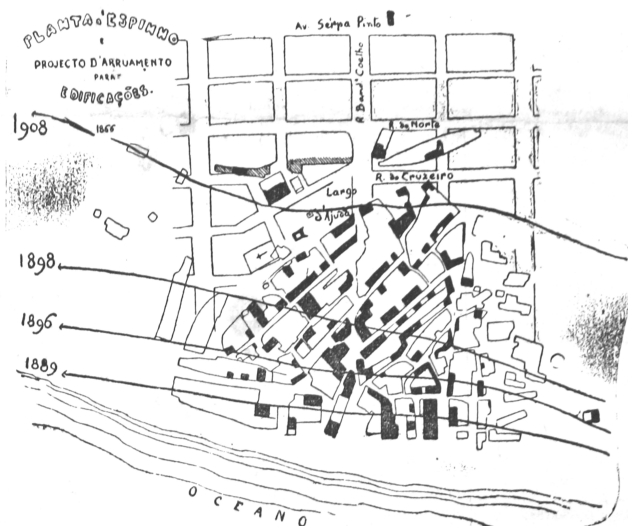
Este é que é o caminho recto e portanto o mais curto.

Nem ha razões, nem conveniencias que se possam contrapor a tão simples programma. Assim o cremos.

DR. AFFONSO COSTA

O intermato caudillo do partido republicano e nosso presado amigo, que ultimamente teve de experimentar as mais duras provas do odio felino do exereavel dictador do Alcaide, partiu de Lisboa para o Porto, no rapido da tarde de segunda-feira ultima. Vinha acompanhado do nosso dilecto corregionario, snr. dr. Germano Martins e do ex-secretario da Universidade, snr. dr. Cerqueira Coimbra, outra victima da sanha do dictador pigmeu. Nas varias estações de percurso, Coimbra e Aveiro principalmente, o snr. dr. Affonso Costa foi alvo de entusiasticas saudações. Em Espinho os membros da Commissão Municipal Republicana e muitos nossos corregionarios compareceram na gare, á passagem do comboio, cumprimentando effusivamente o brilhante tribuno popular. A' chegada ao Porto houve significativa manifestação de sympathia, bem demonstradora de que o povo só confia na Republica e nos seus homens.

D'alli partiu, no dia seguinte, para Paredes o illustre caudillo, onde continua a defender com os raros e extraordinarios fulgores do seu talento d'eleição a causa d'um perseguido do regimen—o tenente Djalme, cujo julgamento deve terminar por estes dias.



As invasões do mar e a antiga planta de Espinho

Por distincta amabilidade d'um cavalheiro d'esta praia estampamos hoje um trecho da antiga planta de Espinho em que se acham definidas por linhas nitidas as successivas invasões do mar.

Este quadro é por si eloquente. Dispensamo-nos os comentarios. Em outro numero resolveremos o thema sobre a *Defeza de Espinho*, que em uma das anteriores publicações d'este periodico começamos a desenvolver.

GUERRA JUNQUEIRO E O REGICIDIO

O devotado apostolo da democracia e grande poeta portuguez —Guerra Junqueiro, dirigiu aos nossos confrades de *O Norte e Voz Publica* uma carta, interessante documento que a seguir publicamos. Na referida epistola Guerra Junqueiro desmente categoricamente asserções que lhe foram attribuidas e aprecia, á luz scintillante da sua critica severa, o attentado de 1 de fevereiro.

Meus amigos.

Antes de hontem em viagem, regressando de Hespanha, li por acaso no *Noticias de Lisboa*, do dia 5, um telegramma de Salamanca a meu respeito, com declarações que não fiz e ideias que me não pertencem.

Deduzia-se do telegramma que eu amaldiçoara o attentado, julgando por elle comprometida a causa da republica.

E' falso.

A um illustre hespanhol, meu amigo, um dos primeiros a interrogar-me sobre a formidavel tragedia, respondi o seguinte:

«Não mataram o rei. suicidou-se. (1) O rei era um monstro malleico, perturbador consciente de quatro milhões de creaturas. Se eu pudesse mata-lo em segredo, de longe, da minha cama, com o pensamento, não o mataria. Pela verdade, tenho a coragem de acusar. Talvez chegasse, não sei bem, até á coragem de morrer. Matar, não mataria nunca.

«O partido republicano nem organisou, nem aconselhou o attentado. O attentado foi obra unica de dois homens. E, com tudo as balas de morte partiram da na-

ção. Foi um attentado nacional, um raio esplendido e pavoroso, exterminador e salvador. O raio condensou-se em duas almas, apenas, mas a electricidade que o gerou sahiu da alma de nós todos. Todos nós somos cúmplices.

Eis a impressão instantanea e fiel, que a morte do rei me causou, ao ter d'ella noticia em Salamanca.

Hoje acrescentarei:

Lamento, d'olhos enxutos, a execução do monarca. Mas, se tivesse o dom de o resuscitar, não o levantaria do seu tumulo. Deploro, angustioso, a morte do principe. E deante do cadaver dos homicidas, descubro-me, ajoelhando, com fremitos de terror, lagrimas de piedade, e, porque não heide confessa-lo? de admiração e de carinho. Mataram? E' certo, ferozes? Sem duvida. Mas crueis por amor, ferozes por bondade. Os que matam por amor, sacrificando o proprio corpo, são duros mas são bons. Abjectos e miseraveis são os que por egoismo e cobardia, calando e cruzando os braços, deixam morrer os innocentes.

Justiça perfeita, só no perfeito amor. O santo não destroe. Mas quando o evangelho dos santos fecunda as almas nobres, ainda impuras, a misericordia humilde converte-se de repente em combatividade heroica e generosa, que as leva ao odio e ao exterminio, pela justiça e pelo amor. São desta familia, são heroes, os dois regicidas portuguezes. Libertaram morrendo, sacrificando-se. Idealidade, valor, desinteresse, abnegação. Heroes. Mataram um grande criminoso e o seu filho innocente. E' horrivel. Mas para elles, na sua concepção da historia, materialista e fanatica, o filho do rei era a vergonha da arvore, e a arvore de má sombra queriam cortá-la pelo tronco. Ideia barbara e cruel. Mas a violencia deshumana do acto formidavel, remiram-

na os algozes heroicos, lavando com o proprio sangue o sangue, innocente que verteram. Mataram com atrocidade, e com atrocidade foram mortos. Expiaram a divida, purificaram o acto. E o acto, assim purificado surge-nos grande e luminoso, na essencia intima. Deu-nos a paz que fugira da patria, deu-nos a alegria que se evolara das almas. Libertou-nos, harmonisou e serenou. Esses dois corpos plebeus, varados de balas crivados de golpes, irradiam amor, affecto, descanço, para a nação inteira. Ha um rei no trono. Mas hoje nesta hora de liberdade e clemencia, pode dizer-se que são elles os dois regentes do reino.

Seu cordeal amigo,
Porto, 10.

Guerra Junqueiro.

Dr. Antonio José d'Almeida

Não tem o menor fundamento, segundo affirma o nosso collega do *O Norte*, a noticia propalada de que aquelle distincto tribuno e parlamentar resolvera abandonar a vida politica.

Ainda bem! O sr. dr. Antonio José d'Almeida, o homem de bem ás direitas, odiosamente molestado pelo Dictador, continua no seu posto de combatente. Não lhe fallece a energia nem lhe escasseia o talento para as mais rudes pelepas ainda as mais ateadas através das intrigas e das traições que lhe surjam de emboscada.

Antonio José d'Almeida tem a alma d'um apostolo, a persistencia d'um martyr e a rija tempera d'um portuguez de lei,

(1) Precisamente a mesma frase que Brito Camacho escrevia na *Lueta*, talvez á mesma hora.

juridicamente acidade antes da sua materialização física, inscrevendo no território um regime de possibilidades reconhecidas. A grelha escreve a ausência, convertendo o inexistente em objeto de valorização e tornando o solo legível para o investimento, antes da ocupação efetiva. A expansão urbana passa a operar segundo uma lógica em que a abstração precede a construção e o valor fundiário emerge diretamente da inscrição do território nesse sistema gráfico²⁰.

²⁰Ibid., pp, 107-111

Esta operação altera estruturalmente a própria natureza do território. O solo deixa de operar como continuidade ecológica ou suporte contingente de práticas diversas, para emergir como superfície homogênea, subdivisível e comparável. A equivalência abstrata entre parcelas constitui a condição técnica que viabiliza a circulação do valor fundiário, permitindo que o território seja processado como ativo transacionável²¹. A grelha, ao estabilizar essa equivalência, funda as bases operativas de um mercado imobiliário incipiente, mas estrutural²².

²¹Aureli, P. V. (2023). Architecture and abstraction. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. Pp. 4, 5

²²Siegert, B. (Ed.). (2015). Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real. Fordham University Press. P. 114

Importa sublinhar que esta projeção não constitui ainda um plano totalizante nem uma configuração urbana fechada. A grelha introduzida em 1866 é elementar e incompleta. A sua eficácia reside, contudo, na sua capacidade operativa. A partir do momento em que é inscrita, passa a orientar o crescimento, condicionando construções subsequentes e instaurando um regime espacial que antecede a sua formalização administrativa. O futuro urbano começa a ser governado antes de ser plenamente regulamentado.

A identificação do existente e a projeção do horizonte urbano articulam-se como operações simultâneas e indissociáveis. A planta estabiliza aquilo que adquire reconhecimento gráfico e, nesse mesmo gesto, delimita o campo da sua transformação possível. Representar corresponde já a projetar, na medida em que o levantamento não apenas fixa uma condição territorial, mas estrutura os regimes através dos quais essa condição se torna passível de ordenação, apropriação e valorização. A inscrição gráfica consolida presenças, organiza expectativas e institui o território como campo operativo governado por uma mesma lógica de abstração.

A “Planta de Espinho e Projeto d’Arruamentos para Edificações” afirma-se, assim, como um documento unitário dotado de uma ambição integrada. A conjugação entre levantamento do existente e projeção da grelha converte o território num objeto técnico preparado para administração, delimitação fundiária e circulação do valor. O desenho é um mecanismo estruturante através do qual o espaço vivido é traduzido em espaço operável, e o futuro urbano é inscrito no território como regime de organização antecipada.

GRÁFICO 11, 12; IMAGEM 13, 14, 15, 16

A “Planta de Espinho e Projeto d’Arruamentos para Edificações”, de 1866, introduziu uma matriz operadora decisiva, ao estabilizar graficamente o existente e ao projetar uma ordem reticulada como estrutura de expansão. O território espinhense passava a ser processado como superfície mensurável, endereçável e passível de apropriação fundiária. A planta de 1870 parte dessa base e reforça-a, tanto pela ampliação do campo de desenho como pelo modo como densifica o dispositivo técnico-administrativo que a grelha inaugurara.

Em 1866, a grelha operava como princípio e como ensaio: ainda parcial, já suficientemente eficaz para orientar novas construções e estabelecer um regime de orientação para o crescimento. Em 1870, essa retícula afirma-se como linguagem dominante do território. A malha ortogonal deixa de figurar como hipótese de organização futura e passa a constituir o regime estruturante através do qual Espinho é redesenhado, reconhecido e operacionalizado na sua expansão. A planta de 1870 consolida e amplifica, assim, os mecanismos de regulação territorial instalados em 1866, convertendo a complexidade ecológica e social do lugar num campo subdivisível, transmissível e administrável.

O “Plano dos Melhoramentos de Espinho” (planta de 1870) deve ser entendido como estabilização técnica de um processo de urbanização já orientado por uma racionalidade reticulada. O desenho amplia o mapeamento do existente e, simultaneamente, expande o potencial de transformação do não edificado, tornando operativo, à escala territorial, aquilo que em 1866 surgira como matriz incipiente. A grelha reforça aqui o seu papel como instrumento de consolidação territorial através do sistema administrativo, agora com uma escala ampliada e com um grau de complexidade informacional que excede largamente a dimensão preparatória do levantamento anterior. A planta de 1870 assinala, deste modo, um patamar de institucionalização gráfica em que o território se afirma, com maior nitidez, enquanto objeto técnico e político.

É neste enquadramento que a autoria de José Coelho Bandeira e Melo adquire um peso determinante. Engenheiro da Direção das Obras Públicas do Distrito de Aveiro e oficial da Inspeção de Engenharia da 3.ª Divisão Militar, Bandeira e Melo integrava o aparelho técnico do Estado português do século XIX²³. A sua intervenção evidencia o modo como o urbanismo passava a ser mediado por um corpo técnico que articula ciência, infraestrutura e administração, convertendo o território num campo de intervenção tecnocrática. Em simultâneo, a sua condição de banhista em Espinho colocava-o no mesmo circuito social de proprietários e veraneantes que ocupavam o lugar, investiam nele e o projetavam como estância balnear em consolidação²⁴. Esta dupla inscrição, entre agente público e utilizador privado, concentra numa figura singular o mecanismo central que atravessa o desenvolvimento espinhense, a convergência entre técnica pública e interesse social.

²³Castro, Carla Marina Gonçalves de. (2005). *Morfologia Urbana Espinhense (1863–1913)*, FLUP, Dissertação de Mestrado. P. 66

²⁴Gaio, C. M. (1999). *A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras*. P. 134



GRÁFICO 11, "ESPINHO-ESPINHO-ANTA-SILVALDE, 1870" ESCALA 1:20000



GRÁFICO 12, “VALIDAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E EXPANSÃO, UMA NARRATIVA DESENHADA” ESCALA 1:20000

A planta de 1870 deve, assim, ser lida como ato de mediação, no qual o saber técnico do Estado é convocado para tornar exequível um horizonte urbano formulado a partir de ambições internas claras. O desenho organiza um campo de possibilidades, consolida uma estrutura em expansão e contribui para inscrever no solo um ideal de modernização alinhado com interesses económicos e representacionais dominantes. A mesma racionalidade que sustentara a integração de Espinho em redes alargadas de mobilidade, a estabilização de estruturas internas de decisão e a consolidação da propriedade fundiária encontra aqui tradução gráfica, sob a forma de desenho e planeamento.

A planta integra e hierarquiza elementos cuja inscrição revela os operadores considerados críticos para o governo e desenvolvimento do território. Tal como em 1866, o que é representado constitui, simultaneamente, um gesto de reconhecimento e um gesto de poder, na medida em que o desenho define aquilo que entra no campo técnico e político da existência administrável²⁵. Em 1870, esta operação aprofunda-se e densifica-se: o documento incorpora variáveis territoriais e infraestruturais que explicitam a intenção de regular um espaço submetido a um novo grau de aceleração.

A demarcação das linhas de invasão do mar torna-se uma das variáveis desenhadas que estruturam o documento. O litoral espinhense era um território marcado por instabilidade e destruição cíclica, onde o avanço e recuo das areias, o colapso dos palheiros e a necessidade de reconstrução organizavam a lógica da ocupação²⁶. A inscrição destas linhas constitui uma captura do risco, convertendo um fenómeno ambiental instável em dado técnico. Aquilo que durante décadas operou como contingência e ameaça passa a ser desenhável, mensurável e integrável em decisões futuras. O risco costeiro entra no sistema de inteligibilidade do ordenamento e passa a operar como variável interna da sua gramática.

A classificação das tipologias construtivas – “construções modernas”, “construções de madeira” e “construções palheiros” – reforça uma operação crítica em que o documento passa a produzir uma leitura hierarquizada do território a partir da materialidade do edificado. Ao diferenciar graficamente tipos construtivos, a planta institui um dado técnico que permite ler o território segundo categorias estabilizadas. Esta operação taxonómica opera como forma de abstração, agrupando realidades variáveis sob classes fixas e comparáveis. O heterogéneo torna-se classificável; o contingente torna-se estável; a diversidade do construído converte-se em sistema²⁷. Solo e ocupação passam, assim, a ser legíveis não apenas como presença física, mas como pertença a um quadro classificatório que permite comparar, hierarquizar e regular²⁸.

É neste ponto que o teor ideológico do desenho se torna explícito. A nomeação de uma categoria como “construções modernas” introduz um princípio valorativo no interior da representação, no qual a materialidade deixa de funcionar apenas como técnica de construção e passa a operar como índice de adequação a um novo regime territorial²⁹. A

²⁵Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press. Pp. 97, 98

²⁶Lima, André de. (1979). *Espinho, Breves apontamentos para a sua história*. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. Pp. 28, 29

²⁷Aureli, P. V. (2023). *Architecture and abstraction*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. P. 87

²⁸Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press. Pp. 108–111

²⁹Martin, R. (2016). *The urban apparatus: Mediapolitics and the city*. University of Minnesota Press. Pp. 13,

taxonomia estabiliza diferenças, reduz a multiplicidade do construído a categorias operativas e faz emergir uma hierarquia implícita de valor e legitimidade. Os palheiros deixam de operar exclusivamente como solução habitacional e produtiva, situada num ecossistema móvel, e passam a existir como subestrutura identificável no interior de um sistema que os mede, os compara e os posiciona. A planta institui, assim, uma ordem material codificada, alinhada com o vocabulário e as ambições modernizadoras do próprio documento³⁰.

³⁰Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press. P. 111

A ferrovia, já em funcionamento e agora materializada na superfície cartográfica, introduz no território um operador duplo, simultaneamente infraestrutural e morfológico. Por um lado, intensifica fluxos, aumentando circulação de visitantes, mercadorias, capital e informação, e consolidando Espinho como lugar acessível numa nova geografia de mobilidade. Por outro lado, impõe uma presença material explícita, uma barreira longitudinal fixa, que atravessa o território e o divide em campos com condições urbanas distintas. A linha férrea opera sob duas condições coexistentes: liga Espinho ao exterior e, simultaneamente, estrutura um limite interno que reorganiza possibilidades de ocupação, expansão e governo do território. A aceleração que produz no sistema territorial convive com a descontinuidade física que introduz no interior do espaço³¹.

³¹Gaio, C. M. (1999). *A génese de Espinho: Histórias e postais*. Campo das Letras. Pp. 38-41

É nesta condição que a planta de 1870 se afirma numa escala territorial mais ampla. A infraestrutura ferroviária torna insuficiente uma leitura restrita ao aglomerado litoral, exigindo que o território seja compreendido para além do núcleo inicial. O desenvolvimento passa a depender da relação entre margens, da articulação entre poente e nascente e da capacidade de projetar continuidade e expansão para lá da linha. A planta amplifica o regime instaurado em 1866, abstraindo o território como superfície endereçável em maior extensão e complexidade, agora atravessada por obstáculos estruturais internos. A grelha responde, simultaneamente, à ambição de crescimento e à necessidade de incorporar, reorganizar e governar um espaço produzido em coexistência com as infraestruturas que o aceleram e o condicionam.

A intensificação dos fluxos ferroviários e a valorização fundiária associada exigem um território ordenado para ser capitalizado³². A grelha funciona, neste contexto, como dispositivo operacional: permite subdividir, distribuir, vender e edificar, estabilizando o solo enquanto ativo³³. A planta de 1870 reforça a produção desse campo abstrato, ampliando a extensão do território passível de apropriação e reestruturação segundo critérios urbanos. A expansão do desenho corresponde à expansão do território reconhecido como matéria administrável e economicamente produtiva³⁴.

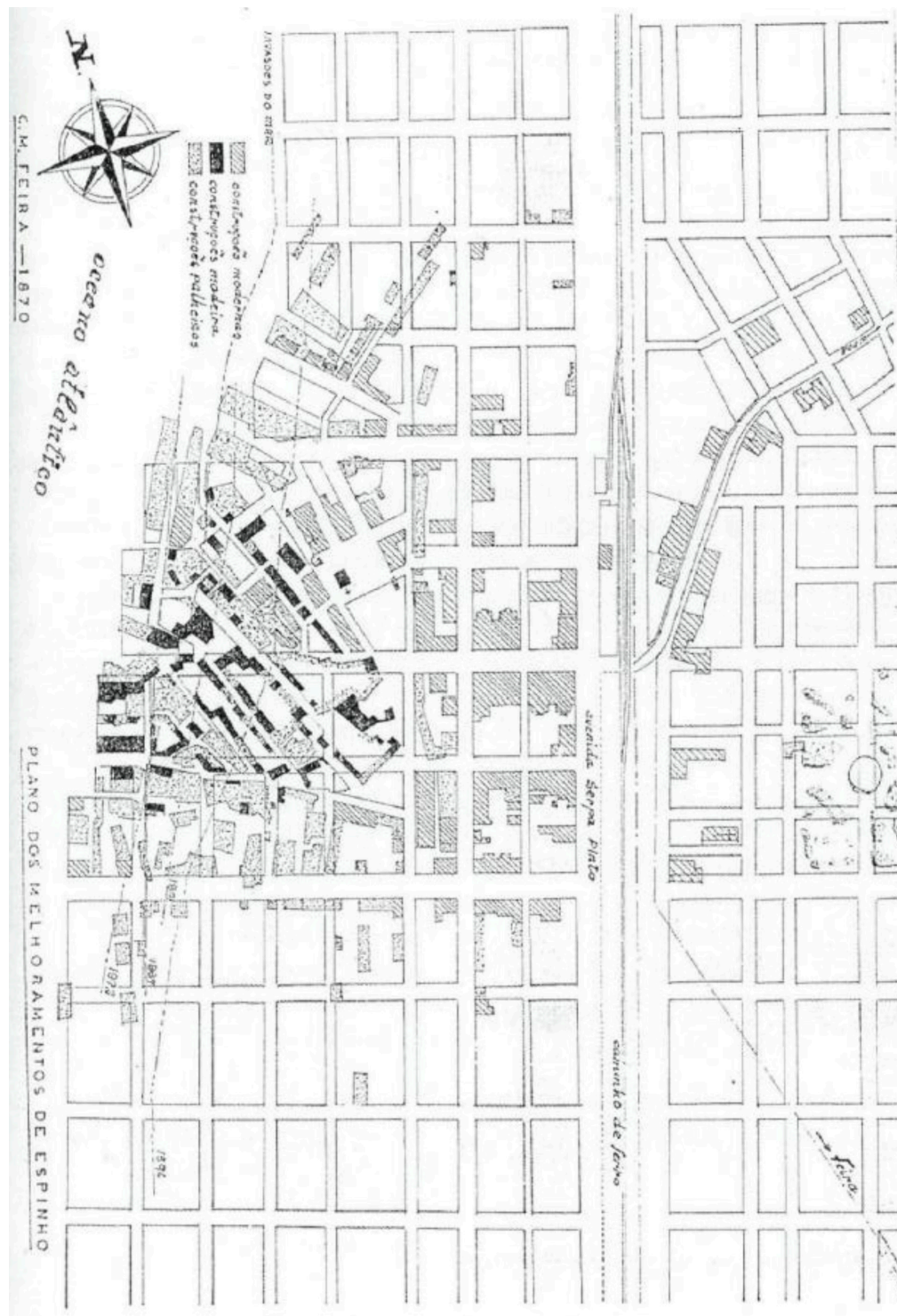
³²David Harvey, "Cities or Urbanization?", em Neil Brenner (ed.), *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization* (Berlin: Jovis, 2014), pp. 58, 59

³³Aureli, P. V. (2023). *Architecture and abstraction*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. P. 28

³⁴Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press. P. 111

Neste ponto, a planta afirma-se também como instrumento de antecipação. Ao desenhar quarteirões ainda não construídos, ao projetar arruamentos sobre áreas pouco ocupadas e ao prolongar a malha ortogonal para além do imediato, o documento produz uma imagem de Espinho que excede a sua condição material contemporânea³⁵. Esta discrepância integra a própria operação do desenho: a projeção fabrica

³⁵Martin, R. (2016). *The urban apparatus: Mediapolitics and the city*. University of Minnesota Press. Pp. 13,





1113 — Portugal

IMAGEM 14_ http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais2/EspinhoPostais/050_Espinho.jpg
VISTA DOS BARCOS PISCATÓRIOS E DO AGLOMERADO POPULACIONAL



ESPINHO — Rua do Cruzeiro

IMAGEM 15_ https://www.citcem.org/3encontro/docs/pdf/part_09/63%20-%20Hugo%20Barreira%20-%20TEXT0.pdf
RUA DO CRUZEIRO

IMAGEM 16_ http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais2/Espinho3/191_Espinho.jpg
RUA DE PALHEIROS EM ESPINHO. POENTE DA LINHA FÉRREA



ESPINHO — Bairro dos Pescadores

26c / t4 — Editor — Alberto Ferreira — Batalha — Porto.

um horizonte urbano que, ao ser inscrito no papel, adquire força institucional e capacidade performativa. O desenho projeta a urbanidade para tornar o crescimento possível, orientado e governável. A expansão torna-se, aqui, construção gráfica, na medida em que a imagem territorial precede e condiciona o processo material³⁶.

³⁶Lefebvre, H. (2014). From the city urban society. In N. Brenner (Ed.), *Implosions/explosions: Towards a study of planetary urbanization*. Jovis Verlag. p. 39

O “Plano dos Melhoramentos de Espinho” configura, deste modo, uma etapa decisiva de oficialização. A ambição do documento reside na organização interna do território e na sua conversão em figura reconhecível no exterior, no sistema administrativo que decide, aprova, financia e legitima. A planta opera como interface entre desenvolvimento interno e reconhecimento institucional, ao estabilizar o território enquanto objeto técnico, ao ampliar a grelha e ao integrar variáveis infraestruturais e ambientais. O documento prepara a validação camarária e a transformação do projeto urbano em norma, deslocando uma prática territorial já operativa para um regime plenamente oficial, no qual a urbanidade passa a ser formalmente governada.

A planta de 1870 constitui, assim, tal como a de 1866, simultaneamente registo e projeção. Contudo, assinala o momento em que a grelha se afirma como dispositivo dominante de modernização e de governo do território. Ao prolongar os mecanismos instalados em 1866 e ao reorganizar o espaço sob a pressão infraestrutural da ferrovia, o documento fixa uma nova escala de ambição urbana e inscreve Espinho numa lógica em que o desenho deixa de operar apenas como sistema de representação e passa a constituir condição de legitimidade, projeção e valorização territorial.

3.3 PLANO E MELHORAMENTOS

ESQUEM 3, 4

A aprovação do Plano dos Melhoramentos de Espinho, em 1876, por parte da Câmara Municipal da Feira³⁷, corresponde ao momento em que a grelha deixa de operar como matriz informal e princípio técnico para se afirmar como regime oficial de estruturação territorial. Se a planta de 1866 instaura um primeiro dispositivo de endereçamento e expansão e se a planta de 1870 consolida essa matriz, ao amplificar a malha ortogonal e ao reorganizar o território em função do eixo ferroviário, é em 1876 que esse dispositivo entra plenamente no foro administrativo. A cidade passa a ser governada segundo um desenho base reconhecido e é esse reconhecimento que altera o estatuto do território.

Esta institucionalização adquire particular relevância quando enquadrada na condição administrativa de Espinho neste período. À data, a localidade não dispunha de autonomia nem de estruturas formais próprias de governação³⁸. A questão central, para além da aprovação de um plano urbano, reside na forma como um território se transforma e se urbaniza sem um aparelho autónomo de decisão. Ao

³⁷Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. *Campo das Letras*. P. 134

³⁸*Ibid.*, p.11

longo destas décadas, Espinho desenvolve-se sustentado por mediações e agentes que operam simultaneamente no interior da comunidade e junto das instâncias administrativas exteriores³⁹. A governação materializa-se através de redes sociais e políticas, influências institucionais e instrumentos técnicos progressivamente operativos. Entre estes, o desenho assume um papel decisivo ao converter ambições sociais em estrutura territorial, permitindo a formalização desses interesses⁴⁰.

³⁹Ibid., p.341

Neste sentido, a transição entre 1866, 1870 e 1876 estabiliza, progressivamente, um novo paradigma de produção territorial. As plantas de 1866 e de 1870 transpõem para o espaço uma estrutura social já ativa, orientada por interesses específicos e articulada por agentes dotados de capacidade interventiva, quer por via do capital, quer pela influência política, quer através do acesso ao aparelho administrativo. Estas decisões são suportadas por formas internas de consenso, produzidas por dispositivos como a Assembleia Recreativa⁴¹. A ausência de instituição local formal não impede a produção de urbanidade, mas reorganiza os mecanismos através dos quais essa produção se concretiza. A cidade cresce por acordos, pressões e decisões que, apenas em 1876, são oficializadas como norma, e, em 1889, adquire autonomia administrativa.

⁴⁰Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P. 31

⁴¹Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 341

É em 1876 que este regime encontra o primeiro ponto de consolidação administrativa. A cidade desenhada passa a ser legitimada e reconhecida formalmente, e os processos de regulação, estruturação e crescimento deixam de depender predominantemente de práticas locais ou consensos informais. A aprovação do “Plano dos Melhoramentos”⁴² institucionaliza, assim, não apenas um documento, mas um modelo de governação territorial, estabelecendo um regime em que a grelha se converte simultaneamente em infraestrutura e linguagem.

⁴²Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P. 31

A partir deste momento, o plano deixa de operar como orientação implícita e passa a estruturar um conjunto coerente de medidas⁴³. Processos previamente em curso, como a compra e venda de propriedades, reconfiguração de ruas, alinhamentos e decisões de investimento, passam a integrar um quadro aprovado e executável⁴⁴. Esta alteração permite ultrapassar a escala das operações pontuais e instaurar uma intervenção urbana de conjunto. As medidas aprovadas em 1876 e executadas nos anos subsequentes confirmam essa transformação de estatuto e evidenciam o alcance do novo paradigma.

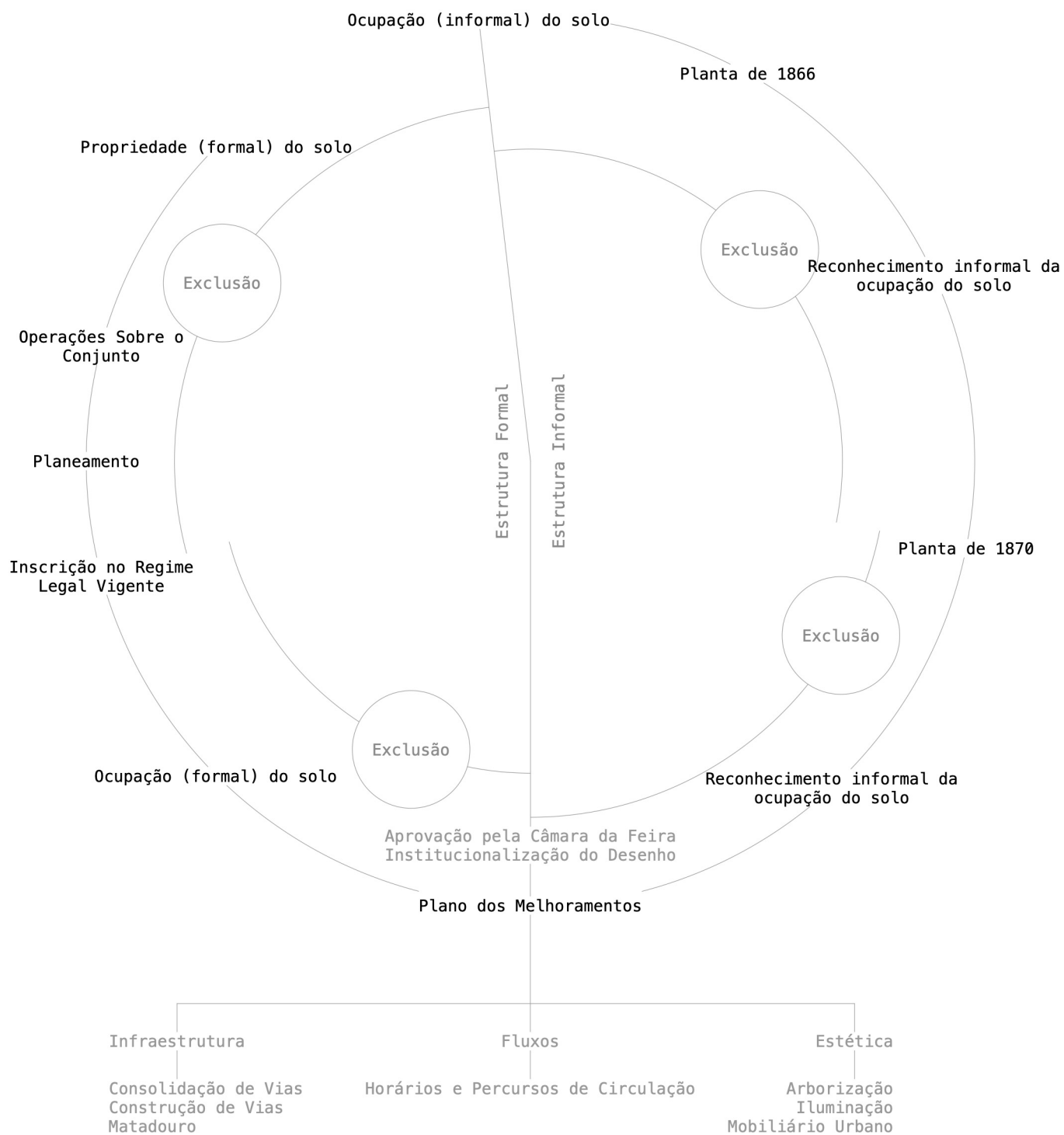
⁴³Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 134

⁴⁴Ibid., p.135

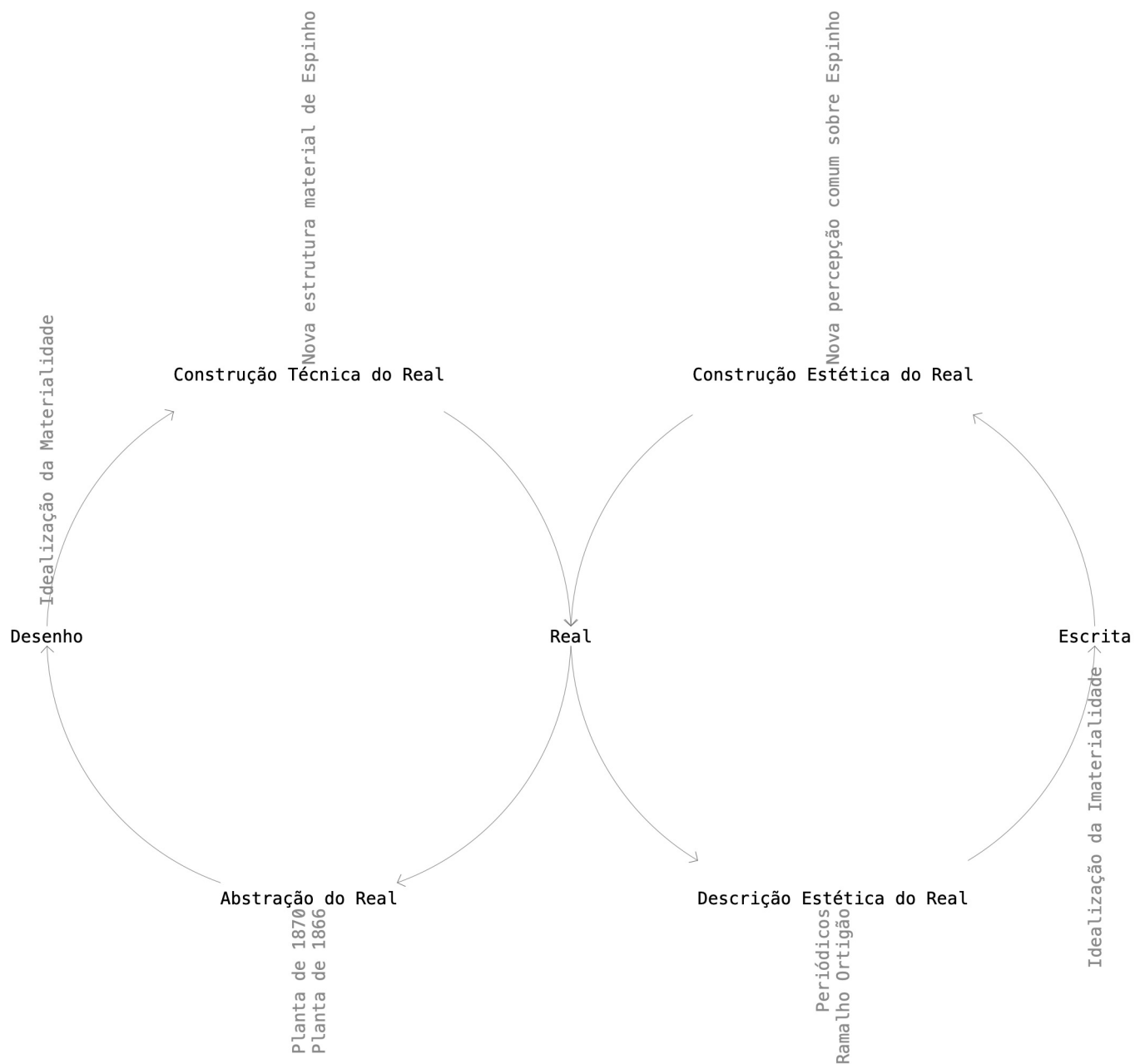
Em primeiro lugar, o plano traduz-se na consolidação da mobilidade interna e na sua articulação com as infraestruturas regionais. Constroem-se ligações internas e prolongam-se vias existentes, produzindo continuidade entre as estradas externas, nomeadamente as ligações à Feira e a Grijó, e o interior do aglomerado urbano⁴⁵. O prolongamento do Chiado, atual Rua 19, no sentido nascente, implicando a expropriação de terrenos e a apropriação pública de uma mina de água aí existente, evidencia, com particular clareza, a passagem para um regime em que o território pode ser transformado por mecanismos administrativos formais⁴⁶. A cidade entra plenamente no

⁴⁵Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº4, CME. P.28

⁴⁶Ibid., p.29



ESQUEMA 3, "OCUPAÇÕES DO SOLO"



ESQUEMA 4, "CONSTRUÇÃO DO REAL"

domínio da intervenção municipal.

Em segundo lugar, o plano incorpora operações de controlo de fluxos e normalização higiénica, dispositivos que articulam, simultaneamente, funções técnicas e sociais. Inicia-se a construção de um matadouro e estabelecem-se circuitos e horários específicos para os carros de bois que transportavam caranguejo para estrume, delimitando a sua circulação entre as cinco e as onze horas da manhã⁴⁷. Estas medidas revelam um regime urbano em que a compatibilidade sensorial do espaço – cheiro, ruído, presença, visibilidade, ... – passa a ser regulada como condição territorial. Ao restringir práticas consideradas incómodas aos banhistas e ao disciplinar os seus tempos e percursos, o plano privilegia determinados usos e classes sociais⁴⁸. A praia de banhos e a permanência sazonal da burguesia afirmam-se como critérios de regulação, reorganizando o quotidiano urbano e condicionando práticas produtivas e logísticas associadas às atividades tradicionais.

Em terceiro lugar, o plano traduz-se numa qualificação interna da grelha, através da introdução de elementos que quebram a homogeneidade abstrata do traçado e lhe atribuem diferenciação material e valor urbano. As ruas paralelas ao caminho de ferro são arborizadas, recebem bancos de ferro e passam a ser iluminadas no período compreendido entre agosto e novembro⁴⁹. Estes gestos operam como codificações estéticas do espaço urbano, produzindo um território idealizado para determinadas práticas sociais. Esta qualificação incide sobre a cidade reticulada e sobre a zona de expansão e valorização, reforçando uma divisão interna onde a grelha concentra o investimento e converte o ambiente urbano em instrumento de diferenciação⁵⁰.

É neste quadro que, em 1879, se introduz um elemento decisivo na consolidação do novo paradigma, a instalação da Estação Telegráfica dos Correios de Espinho⁵¹. Este acontecimento representa o prolongamento lógico do processo em curso, a passagem do território para um regime pleno de inteligibilidade administrativa. O telégrafo exige endereçamento, localização e identificação, requer um espaço traduzível em posições reconhecidas e transmissíveis. A urbanidade torna-se operável através de um sistema abstrato de indexação. Neste sentido, o telégrafo intensifica fluxos de informação e confirma a estrutura urbana como aparato de legibilidade⁵².

A institucionalização do desenho urbano organiza o território e produz os critérios através dos quais ele passa a ser visto, idealizado e hierarquizado. A distinção entre cidade antiga e cidade nova, inicialmente morfológica, adquire progressivamente uma dimensão cultural e social, instaurando um sistema específico de perceção. A grelha produz uma gramática urbana que separa, ordena e distribui, traduzindo valorizações espaciais em valorizações fundiárias, centralidades e periferias, inclusão e exclusão.

Este processo prolonga-se também num plano simbólico e político. A alteração da toponímia, introduzida em 1881, integra o território numa narrativa oficial de modernização.

⁴⁷Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 134

⁴⁸Ibid., p.343

⁴⁹Ibid., p.343

⁵⁰Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P. 33

⁵¹Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 134

⁵²Martin, R. (2016). The urban apparatus: Mediapolitics and the city. University of Minnesota Press. P. 15

Nomeiam-se lugares estratégicos, como o largo em frente à estação, e inscrevem-se figuras do universo de poder local e técnico⁵³. Ao renomear o espaço, reconhece-se, simultaneamente, a relevância do lugar e dos agentes associados à sua transformação. A cidade passa a fixar, no seu interior, os seus operadores de mediação e os seus dispositivos de legitimação⁵⁴.

⁵³Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 135

⁵⁴Barreira, Hugo Daniel da Silva. (2013). Improvisos de Progresso: Arquiteturas em Espinho (1900-1943), FLUP, Dissertação de Mestrado em História de Arte Portuguesa. P. 21

A escrita de Ramalho Ortigão, no livro “As Praias”, institui um regime urbano de perceção, organizando Espinho em categorias, ritmos e fronteiras internas. Quando afirma que a povoação se divide em dois bairros distintos, associando a nascente ao bairro novo e caro e a poente ao bairro pobre, a descrição fixa um padrão de inteligibilidade. O espaço urbano é pensado, visto e interpretado como estrutura segmentada, onde diferenças sociais se inscrevem numa morfologia específica⁵⁵.

⁵⁵Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME. P. 33

A relação inversa também se torna evidente: a condição urbana induz a presença de uma configuração social específica. A descrição literária funciona como codificação de valores existentes, atribuindo estatutos ideológicos às materialidades e formas espaciais. Ao distinguir edificações modernas, associadas à monumentalidade burguesa, de ruas estreitas, tortuosas e construções precárias, condensa-se, num mesmo gesto, aquilo que está em causa na consolidação da grelha enquanto aparato urbano: a transformação do território numa gramática interna de identidades traduzidas.

É justamente nesta passagem do sensível ao operável que o “Plano dos Melhoramentos”, de 1876, adquire a sua densidade histórica. A institucionalização legitima administrativamente uma divisão previamente construída nos planos estético, social e económico⁵⁶. O plano oficializa, enquanto política urbana, aquilo que a descrição literária evidencia enquanto cultura urbana: a praia como sistema social codificado, a grelha como suporte de valorização fundiária e a coexistência desigual de regimes territoriais distintos⁵⁷.

⁵⁶Martin, R. (2016). The urban apparatus: Mediapolitics and the city. University of Minnesota Press. P. 15

⁵⁷Ibid., p. 27

A grelha e o plano operam como técnicas culturais, distinguindo dados e endereços, presente e potencial, ocupado e apropriável⁵⁸. Em 1876, este dispositivo ultrapassa definitivamente o limiar informal e afirma-se como estrutura urbana reconhecida. A divisão interna passa a existir enquanto registo técnico-administrativo. A cidade torna-se legível para o governo municipal, para a regulação, para a propriedade e para o capital. Aquilo que surge como descrição de valor é traduzido pelo plano numa estrutura passível de administração e estabilização.

⁵⁸Siegert, B. (Ed.). (2015). Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real. Fordham University Press. Pp. 97, 98

Esta operação produz consequências diretas na construção da identidade territorial. A identidade moderna de Espinho emerge através dessa codificação, através do modo como a urbanidade balnear se diferencia do universo piscatório e através do modo como a nova estrutura urbana se afirma como espaço compatível com regimes de permanência, consumo e representação. O “Plano dos Melhoramentos” institucionaliza essa identidade e converte-a em infraestrutura territorial.

É neste enquadramento que a criação da paróquia de Espinho,

em 1889, adquire inteligibilidade. A instituição formal emerge como consequência lógica de uma estabilização prévia. A urbanização antecede a sua formalização administrativa e é precisamente essa antecedência que torna a instituição possível.

Entre 1876 e 1889, enquanto o casco antigo persiste sem diretrizes formais, a grelha afirma-se como matriz de expansão e paradigma urbano dominante, um aparato que produz hierarquia, ritmos e distinções. É na passagem entre regimes de percepção e regimes administrativos que se consolida o ponto de inflexão decisivo. Espinho passa a ser formalmente reconhecido como entidade governável.



GRÁFICO 13, "O DESENHO NA UNIDADE" ESCALA 1:20000

¹Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 45

²Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº2, CME. P. 22

³Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 43

⁴Ibid., p.22

⁵Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº4, CME. Pp. 15-17

A autonomia paroquial de Espinho entra em vigor em 1889, no plano religioso, completando-se, em 1890, no plano civil e administrativo¹. Este desfasamento, atribuído documentalmente a uma incompletude do diploma governamental, expõe a natureza processual da instituição. A autonomia consolida-se através de sucessivas camadas de reconhecimento, registo e formalização. Espinho torna-se paróquia, num primeiro momento, mantendo simultaneamente a dependência administrativa de Anta e permanecendo vinculado à Junta de Paróquia e ao respetivo regime contributivo. O diploma complementar, datado de 30 de dezembro de 1890, estabelece a independência para efeitos civis e administrativos. A autonomia inscreve-se, assim, no aparelho estatal².

Este intervalo confirma um ponto decisivo para a interpretação do processo urbano espinhense. A autonomia afirma-se como condição operativa, produzida através de dispositivos de legibilidade e inscrição. O território adquire estatuto institucional na medida em que pode ser escrito, registado e operado pelos mecanismos administrativos. A instituição realiza-se enquanto operação técnica de estabilização territorial.

O próprio processo de consolidação da autonomia revela uma continuidade estrutural com ciclos anteriores. A persistência de mediações exteriores ancora-se nas redes sociais e políticas formadas na cultura balnear. Tal como em momentos prévios do desenvolvimento de Espinho, a viabilização do diploma complementar ocorre através da intervenção de um frequentador ilustre da praia, o Conselheiro Correia Leal³. A relevância deste dado reside na estrutura que torna visível. Espinho produz-se na intersecção entre legitimidade local e capacidade de tradução dessa legitimidade nos circuitos administrativos do Estado. A autonomia civil opera como mecanismo de consolidação dessa tradução.

A partir deste momento, a instituição deixa de operar exclusivamente como reconhecimento político para se afirmar como regime de operacionalização territorial. A autonomia civil-administrativa inscreve-se num gesto jurídico e também espacial: a definição de Espinho enquanto unidade coerente, passível de governação, registo e projeção e a definição gráfica dos seus limites como uma nova condição estruturante do paradigma territorial⁴.

A documentação histórica regista uma preocupação explícita com a constituição de um território amplo, afastado de uma conceção estritamente litoral. O conselheiro Correia Leal encarrega Manuel António Pereira de elaborar uma planta destinada a integrar o processo legislativo⁵. O depoimento transcrito explicita a racionalidade subjacente: antecipando investidas marítimas, os limites são traçados o mais acima possível, assegurando reserva territorial suficiente para futuras reconstruções.

Os limites operam como instrumento de antecipação. Delimitam o território e produzem, no mesmo gesto, uma reserva estratégica, inscrevendo no espaço um regime de previsão, cálculo e estabilização face à instabilidade ambiental⁶. A fronteira converte-se em mecanismo de gestão da contingência, estruturando capacidades de permanência, deslocação e regeneração urbana. A autonomia administrativa instaura, assim, um horizonte em que o território passa a ser processado segundo variáveis internalizadas.

⁶Ibid., p.17

Nesta transformação, o limite afirma-se como operação elementar de produção territorial. Instala uma distinção operativa dentro/fora e, nesse mesmo gesto, produz um corpo espacial discernível⁷. A delimitação deixa de operar apenas como mecanismo de separação para instaurar uma unidade dotada de identidade própria. O território emerge como entidade diferenciada, reconhecível e passível de inscrição num sistema de relações estabilizadas.

⁷Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 22

A autonomia de 1889 inscreve uma viragem estrutural neste regime. A demarcação territorial estabiliza um interior e converte o espaço numa totalidade operável⁸. Esta interiorização instaura um campo intensivo de diferenciação interna, onde posições relativas, continuidades e descontinuidades passam a estruturar a própria lógica territorial. É neste domínio que se instala um regime de valorização. O espaço adquire valor através das relações diferenciais que o organizam. A distinção converte-se em princípio operativo e a valorização afirma-se como infraestrutura do território delimitado⁹.

⁸Siegert, B. (Ed.). (2015). Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real. Fordham University Press. P. 98

⁹Ibid., p.194

O ambiente urbano revela-se, neste quadro, como um sistema operativo complexo inscrito na sua própria completude. O território passa a ser processado através de variáveis que produzem diferenciação, qualificação e valor: acessibilidade, mobilidade, estabilidade construtiva, visibilidade social, proximidade infraestrutural, exposição ambiental. Estes operadores deixam de atuar como condições externas para integrar a economia interna do espaço, estruturando hierarquias, continuidades e gradientes territoriais.

A reorganização instaurada torna-se legível na própria materialidade urbana. A implantação dos equipamentos religiosos evidencia uma distribuição diferencial de posições territoriais. A permanência até aos dias de hoje da Igreja de Santa Maria Maior, atual Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, implantada acima da linha férrea, contrasta com a vulnerabilidade da antiga Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, sucessivamente destruída pelo mar em 1905 e definitivamente em 1910^{10,11}. Esta dissociação material traduz a emergência de um território processado segundo regimes de qualificação interna, neste caso a partir do risco. A diferenciação espacial converte-se, assim, em diferenciação estrutural.

¹⁰Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 126

¹¹Teixeira, Abel. (1980). "As invasões do mar em Espinho através dos tempos". Boletim Cultural, Vol. 2, N.º 7. Espinho: CME. P. 220

A distribuição da ocupação burguesa inscreve-se na mesma lógica. A concentração dos investimentos acima da linha férrea articula-se com posições territorialmente qualificadas e mais seguras. A permanência construtiva acompanha gradientes de valorização associados à estabilidade, acessibilidade e previsibilidade¹². A estrutura urbana

¹²Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 126

passa a refletir diretamente o regime diferencial que a organiza.

Neste campo intensivo, o risco adquire inteligibilidade enquanto medium territorial. Opera como variável interna de diferenciação, participando na produção de valor, qualificação espacial e hierarquização urbana. A contingência ambiental integra a gramática operativa do território, convertendo-se em operador ativo do regime de valorização¹³.

A delimitação territorial de 1890 estabiliza, assim, um novo paradigma urbano. O limite produz identidade, essa identidade permite diferenciar e essa diferenciação induz regimes valorativos. Espinho afirma-se como interior governável e como campo intensivo de diferenciação. O crescimento deixa de operar exclusivamente como expansão física para se estruturar como gestão interna de relações, posições e valores. A urbanização passa a decorrer da organização diferencial do próprio território.

Esta reorganização prepara o ciclo subsequente do desenvolvimento urbano. Durante a década de 1890, intensificam-se qualificações internas, proliferam instituições e consolidam-se mecanismos administrativos que revelam um território ancorado na administração do seu próprio interior. A passagem do plano como projeção para o plano como regime de gestão afirma-se como condição estrutural da urbanização espinhense.

4.2

S E G R E G A Ç Ã O

IMAGENS 17 – 22

A cidade é sucessivamente atingida pelas invasões marítimas de 1889, 1890 e, com particular intensidade, de 1896¹⁴. Estes episódios deixam de operar como ocorrências contingentes para integrar o campo operativo da estrutura urbana. A destruição passa a interferir diretamente na organização territorial, inscrevendo-se nos mecanismos de regulação, reconstrução e redistribuição espacial¹⁵.

Em 1889, o avanço das águas destrói palheiros implantados em pleno areal e elimina uma ruela identificada como Rua dos Pescadores¹⁶. A destruição ultrapassa a dimensão material do dano e expõe, de forma direta, a desigualdade estrutural das formas de habitar. Num território progressivamente estruturado pela grelha, pela propriedade e pelos regimes emergentes de valorização fundiária, a precariedade piscatória afirma-se como primeira superfície sacrificável¹⁷. A nova condição territorial identifica aquilo que pode ser eliminado sem perturbar o sistema urbano em consolidação.

Em 1890, a destruição atinge novamente os palheiros, mas alcança também casas e estabelecimentos de banhos quentes¹⁸. O dano atravessa agora a economia balnear e interfere em infraestruturas associadas ao veraneio. Esta ampliação desloca o estatuto do fenómeno. A destruição deixa de incidir exclusivamente sobre margens informais e passa a atuar sobre estruturas economicamente valorizadas.

¹³Ibid., p. 286

¹⁴Teixeira, Abel. (1980). "As invasões do mar em Espinho através dos tempos". Boletim Cultural, Vol. 2, N.º 7. Espinho: CME. P. 212

¹⁵Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 152

¹⁶Teixeira, Abel. (1980). "As invasões do mar em Espinho através dos tempos". Boletim Cultural, Vol. 2, N.º 7. Espinho: CME. P. 212

¹⁷Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº4, CME. P.34

¹⁸Teixeira, Abel. (1980). "As invasões do mar em Espinho através dos tempos". Boletim Cultural, Vol. 2, N.º 7. Espinho: CME. P. 212

O problema adquire nova escala administrativa e nova densidade política.

O efeito mais decisivo deste processo emerge, contudo, na forma como a destruição reconfigura o território como campo de substituições. Cada colapso material liberta espaço e o solo anteriormente ocupado passa a integrar dinâmicas legais de apropriação, redistribuição e reconfiguração. No paradigma piscatório anterior, a destruição frequentemente conduzia à reposição das mesmas estruturas por continuidade de uso. No novo regime territorial, esse mecanismo é substituído por uma lógica condicionada pela propriedade, pela valorização fundiária e pelos dispositivos administrativos.

A reconstrução deixa de corresponder a uma necessidade imediata e passa a operar como decisão territorial economicamente mediada. A permanência no litoral passa a depender da capacidade de inscrição nos regimes legais de posse, investimento e reconhecimento administrativo. Esta inflexão permite compreender a deslocação como fenómeno inerentemente urbano. A destruição elimina o edificado existente; o regime territorial define as condições da sua substituição e as possibilidades de realocização. O deslocamento emerge como operação espacial estruturada pela distribuição diferencial de posições urbanas.

Para proprietários e veraneantes, o dano converte-se em oportunidade de reconfiguração. Para as comunidades piscatórias, o mesmo processo atua como mecanismo de expulsão. A destruição elimina a estrutura habitacional e suspende simultaneamente a possibilidade material da sua reposição no mesmo tecido. A vulnerabilidade ambiental transpõe-se, assim, para a organização territorial através dos mecanismos administrativos e fundiários. A destruição deixa de operar exclusivamente como evento natural e passa a integrar um dispositivo urbano da substituição¹⁹.

¹⁹Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 287

Até este momento, a segregação piscatória a sul desenvolvia-se como processo difuso, produzido pela convergência entre valorização balnear, pressão fundiária e reorganização espacial. Este fenómeno de deslocação adquire nova configuração quando o aparelho administrativo lhe confere forma urbana.

É a partir deste quadro que se estrutura a operação do Bairro da Rainha. Em 1892, no contexto das sucessivas destruições e da visibilidade pública associada à visita de D. Maria Pia, são doados terrenos municipais e iniciada a construção de um conjunto habitacional financiado pelo Cofre dos Inundados²⁰. O programa é definido: trinta e seis casas térreas, dotadas de quintal e poço individual, organizadas em quatro quarteirões²¹. A implantação territorial do bairro inscreve-se diretamente no regime urbano em consolidação. O conjunto localiza-se numa posição afastada da urbanidade valorizada. A realocização da população deslocada realiza-se precisamente onde o sistema urbano pode absorver essa presença sem interferir nos gradientes de valorização instalados²².

²⁰Ibid., p. 91

²¹Teixeira, Abel. (1980). "As invasões do mar em Espinho através dos tempos". Boletim Cultural, Vol. 2, N.º 7. Espinho: CME. P. 213

²²Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 94

A distância deixa de operar como simples condição geográfica e afirma-se como mecanismo ativo de organização



IMAGE 17_ https://saidaslagunadeaveiro.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/8_cespinhof.pdf
BAIRRO DA RAINHA, VISTA DA FACHADA NASCENTE

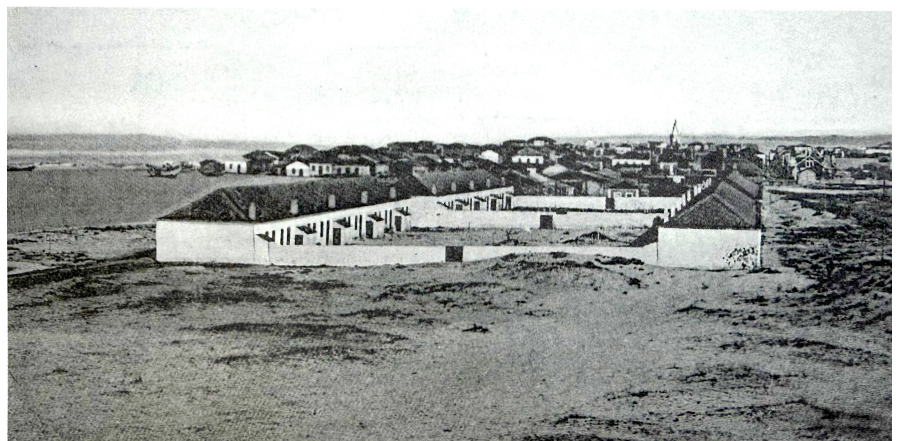
28. Lisboa, 6 de Maio 1902.



Monsieur, ^{Espinho}
Je vous remercie de vos 3 cartes de
félicitation et je vous prie d'excuser
le retard apporté à votre réponse.
Je vous prie de m'excuser de
vous avoir envoyé une série (de 14
cartes) représentant divers
types de monts; - les monts de
l'Alentejo.

IMAGE 18_ http://ww3.aeye.pt/avcult/Avcult/Postais2/EspinhoPostais/095_Espinho.jpg
POSTAL ESCRITO SOBRE UM POSTAL DE ESPINHO

IMAGE 19_ <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77461/2/95802.pdf>
BAIRRO DA RAINHA, VISTA DA FACHADA SUL



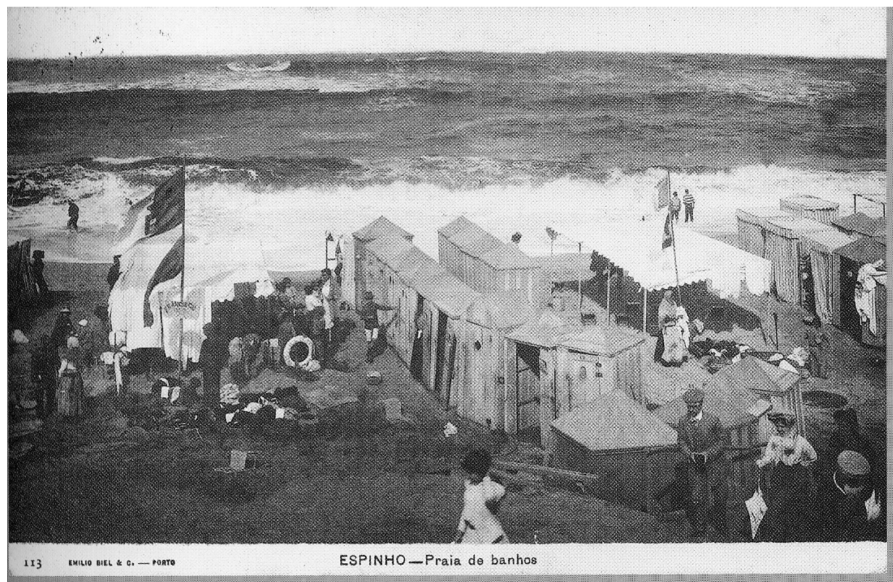


IMAGEM 20_ <https://www.docutren.com/historiaferroviaria/malaga2006/pdf/VI25.pdf>
ESTRUTURAS PARA BANHOS EM ESPINHO



IMAGEM 21_ http://ww3.aeje.pt/avcultor/Avcultor/Postais27/Espinho3/177_Espinho.jpg
DESTRUIÇÃO PELO MAR

IMAGEM 22_ https://bibliotecamunicipal.espinho.pt/fotos/balanco_social/vol_2_n_7_1980_6028220860741449163cd.pdf
VISITA DE D. MARIA PIA A ESPINHO



territorial. É estabilizada uma solução espacial que fixa corpos, usos e posições dentro de uma nova economia interna do espaço. O regulamento que acompanha o bairro explicita a racionalidade do dispositivo. O pagamento de renda, as restrições à sublocação, as obrigações de manutenção, os critérios morais de permanência e os mecanismos de rescisão estruturam um regime disciplinar que articula habitação, comportamento e controlo administrativo²³.

²³Ibid., pp. 91, 94

O bairro opera, assim, como dispositivo simultaneamente urbano e social. Reordena a população, estabiliza e organiza a sua deslocação, convertendo todo o processo prévio de destruição num mecanismo de regulação e reorganização territorial. A catástrofe é capturada como operação administrativa de redistribuição espacial. É neste contexto que a destruição se pode afirmar como operador ativo da urbanização. Libertando solo, acelera substituições, reconfigura posições e participa diretamente na reorganização dos regimes de valor. O território passa a ser continuamente reestruturado através da articulação entre colapso material e decisão administrativa.

A construção do Bairro da Rainha cristaliza esta transformação. Revela um ambiente urbano operado por dispositivos que excedem a dimensão morfológica. A cidade organiza-se através de operadores que produzem diferenciação, qualificação e valor: propriedade, regulação administrativa, infraestruturas, mobilidade e mecanismos de substituição territorial. A destruição deixa de figurar como interrupção da ordem urbana. Integra-se como mecanismo estrutural da sua reorganização, participando diretamente na produção do território, na redistribuição espacial e na estabilização dos regimes de valor.

4.3

REGIME INTENSIVO

GRÁFICO 14, 15; IMAGENS 23–34

A transição administrativa introduz alterações diretas no estatuto operativo da grelha urbana e no modo como o território passa a ser concebido e governado. Se, nos ciclos anteriores, a grelha funcionara predominantemente como técnica de projeção e endereçamento de um espaço ainda em formação, a década de 1890 assinala a sua inscrição num regime distinto. A estrutura passa a operar sobre um interior delimitado, progressivamente urbanizado e plenamente legível para a administração. A definição de limites territoriais permite conceber Espinho como totalidade governável, instaurando uma distinção operativa entre interior e exterior. Neste novo enquadramento, a estrutura urbana deixa de operar exclusivamente como matriz antecipatória e passa a afirmar-se como sistema ativo de organização interna.

Nos ciclos anteriores, a eficácia da grelha residira na sua capacidade de abstração. Ao produzir endereços independentes do seu conteúdo imediato, tornava o território compatível com os mecanismos administrativos e com a racionalidade do mercado fundiário²⁴. A autonomia administrativa desloca este sistema para uma nova fase operativa. A regularidade formal

²⁴Aureli, P. V. (2023). *Architecture and abstraction*. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. P.3

mantém-se, mas a grelha passa a funcionar como instrumento de avaliação, diferenciação e hierarquização do território já ocupado. O espaço urbano, ao ser plenamente endereçado, torna-se internamente distinto, comparável e qualificável²⁵.

²⁵Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press. P. 111

Esta mutação corresponde à passagem para um regime intensivo de operação urbana. A homogeneidade geométrica da grelha permanece estável, mas os conteúdos que nela se inscrevem produzem efeitos diferenciais. Certos pontos concentram investimento, estabilidade e qualificação, enquanto outros assumem funções subordinadas, transitórias ou de menor valorização relativa²⁶. A hierarquização emerge diretamente do funcionamento do sistema urbano. A ativação da grelha produz diferenciação, assimetria e desigualdade como propriedades estruturais do próprio dispositivo territorial²⁷.

²⁶Martin, R. (2016). *The urban apparatus: Mediapolitics and the city*. University of Minnesota Press. Pp. 3, 4

²⁷Ibid., p. 27

A década de 1890 oferece, em Espinho, um campo particularmente elucidativo desta transformação. Num intervalo temporal reduzido, multiplicam-se operações que densificam o interior urbano e introduzem camadas sucessivas de qualificação territorial. O Teatro Aliança, inaugurado em 1890, constitui um dos primeiros sinais claros deste processo²⁸. A sua instalação pressupõe uma cidade capaz de sustentar práticas regulares de sociabilidade, consumos especializados e espaços de representação interiorizados. O teatro fixa públicos, ritmos e circuitos sociais, operando como mecanismo de qualificação simbólica, inscrito diretamente na estrutura urbana.

²⁸Gaio, C. M. (1999). *A génese de Espinho: Histórias e postais*. Campo das Letras. P. 357

A sua localização acima da linha férrea participa ativamente na consolidação de uma nova centralidade. Ao concentrar práticas, fluxos e valores num ponto específico da grelha, o teatro reforça gradientes de valorização e torna visível a forma como a qualificação cultural se traduz em hierarquização espacial. A centralidade deixa de operar apenas como efeito da geometria ou da infraestrutura de mobilidade e passa a ser intensificada pela inscrição diferencial de dispositivos programáticos, simbólicos e relacionais no interior da própria estrutura urbana.

A inauguração da praça de touros, em 1899²⁹, amplia esta lógica numa escala distinta. Para além da sua função programática específica, a praça opera como dispositivo de atração de fluxos e de intensificação da visibilidade urbana. A estrutura reticulada revela a sua capacidade de suportar não apenas habitação e circulação, mas também dispositivos de concentração coletiva, eventos e economias da experiência. A cidade afirma-se como campo de produção de públicos, ritmos e centralidades temporais.

²⁹Brandão, F. A. (1991). *Anais da história de Espinho (1985-1926)*. Porto: Gráfica Firmeza. P.50

No mesmo ano de 1899, a abertura de uma ourivesaria introduz dinâmicas análogas no plano do consumo. Para além de sinalizar a existência de riqueza associada a determinados segmentos sociais, a sua inscrição material participa diretamente na estabilização desses mesmos regimes de valor. A instalação do dispositivo responde a uma condição pré-existente e, simultaneamente, contribui para a sua reprodução. A grelha funciona aqui como meio de fixação, normalização e continuidade das diferenças sociais sob a forma espacial.



GRÁFICO 14, "A TENTATIVA DE ORDENAÇÃO DA TOTALIDADE" ESCALA 1:20000

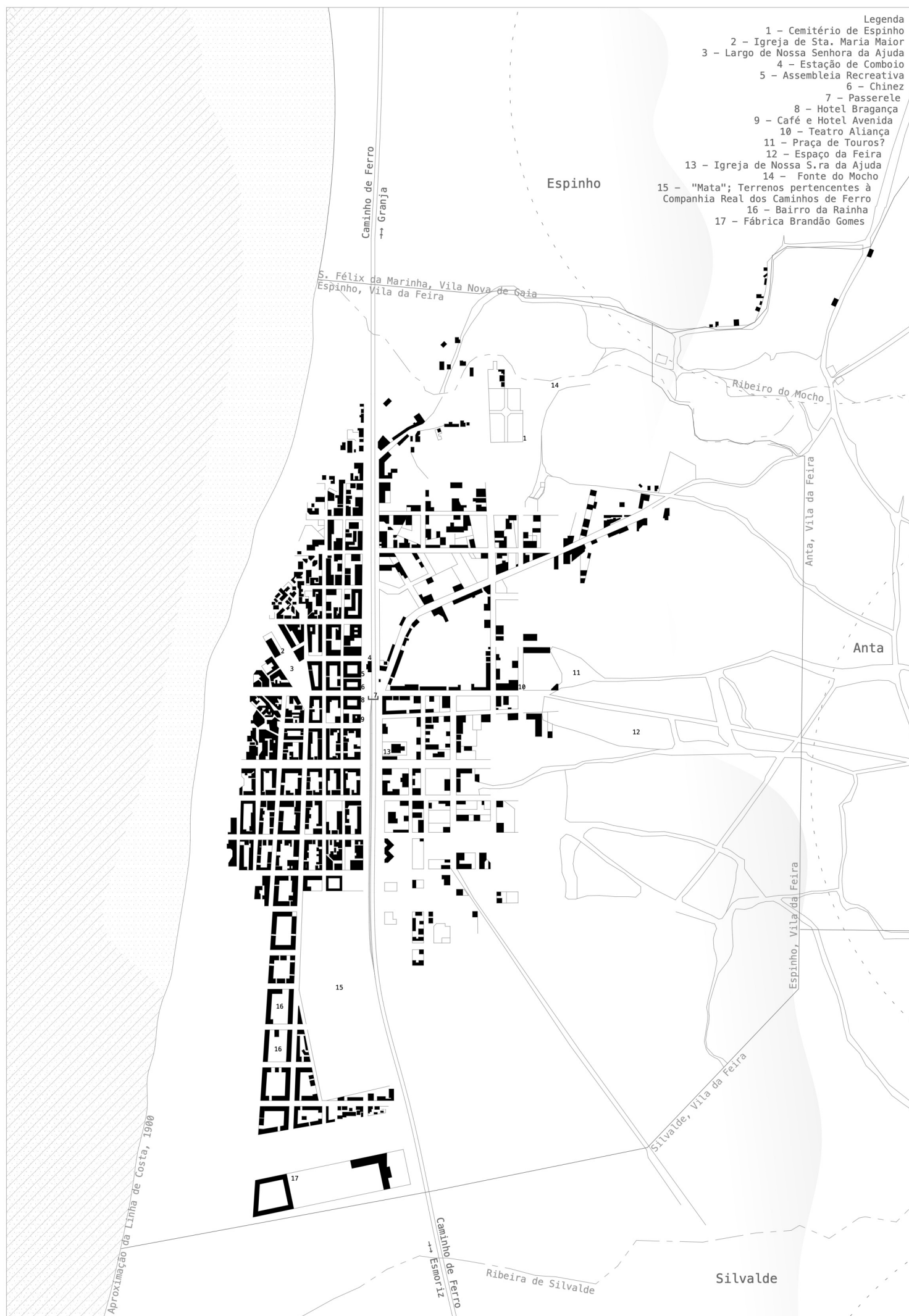


GRÁFICO 15, "HOMOGENIDADE NÃO HOMOGÉNIA" ESCALA 1:10000



ESPINHO - Largo da Senhora d'Ajuda

IMAGEM 23_ <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/EspinhoPost02.htm>
VISTA DO LARGO DE NOSSA SENHORA D'AJUDA E DA NOVA IGREJA MATRIZ

IMAGEM 24_ <https://arquivo.cm-espinho.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=138778&AplicacaoID=1&Pagina=1>
VISTA DA LINHA FÉRREA PARA A CAPELA DE NOSSA SENHORA DA AJUDA



ESPINHO - Capela de N^a S^a d'Ajuda

IMAGEM 25_ <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/EspinhoPost12.htm>
CAPELA DE N^a S^a D'AJUDA



IMAGEM 26_ <https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2011/04/estacao-de-espinho-e-passerelle.html>
A PASSERELE QUE PERMITIA O ATRAVESSAMENTO DA LINHA FÉRREA

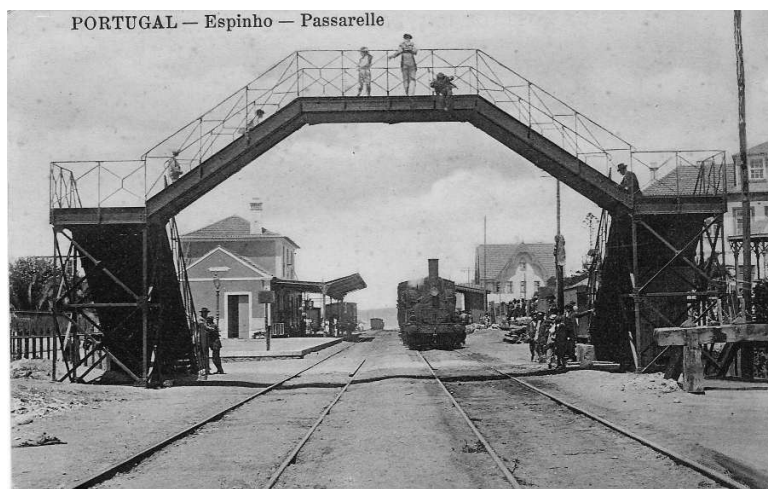


IMAGEM 27_ http://ww3.aeje.pt/avcult/Avcult/Postais2/EspinhoPostais/016_Espinho.jpg
A PASSERELE QUE PERMITIA O ATRAVESSAMENTO DA LINHA FÉRREA

IMAGEM 28_ <https://arquivo.cm-espinho.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=453876&Mode=M>
A OCUPAÇÃO LIVRE DA LINHA FÉRREA ANTES DO GRADEAMENTO

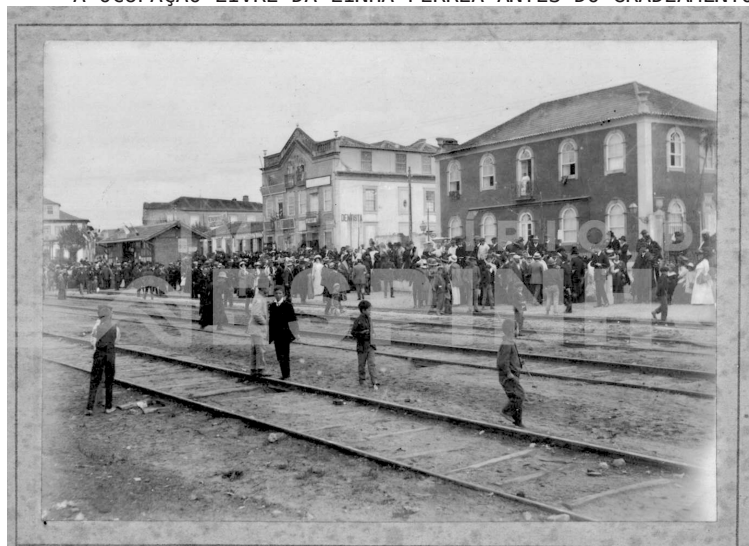




IMAGEM 29_ <https://ojogoemportugal.pt/o-cafe-chines-de-espinho-fundado-em-1861-por-carlos-evaristo-felix-da-costa-1828-1906/>
VISTA DO "CHIADO" PARA A LINHA FÉRREA COM O CAFÉ CHINEZ DO LADO ESQUERDO



IMAGEM 30_ http://ww3.aeye.pt/avcultor/Avcultor/Postais2/EspinhoPostais/043_Espinho.jpg
VISTA DO "CHIADO" DA LINHA FÉRREA COM O CAFÉ CHINEZ DO LADO DIREITO

IMAGEM 31_ <https://ojogoemportugal.pt/o-cafe-chines-de-espinho-fundado-em-1861-por-carlos-evaristo-felix-da-costa-1828-1906/>
CAFÉS, HOTÉIS E CASAS DE JOGO





IMAGEM 32_ <https://museumunicipal.espinho.pt/pt/exposicoes/permanentes/fabrica-brandao-gomes-c/>
VISTA DA FÁBRICA BRANDÃO GOMES E DOS SEUS TRABALHADORES



350. Loanda *Morto illustre D"Zábilla". No. 2*
Eduardo Osorio — Loanda — Editor
IMAGEM 33_ http://ww3.aeye.pt/avcult/Avcult/Postais2/EspinhoPostais/039_Luanda.jpg
POSTAL DE LUANDA MOSTRANDO CAIXOTE DE CONSERVAS DE ESPINHO

IMAGEM 34_ <https://museumunicipal.espinho.pt/pt/exposicoes/permanentes/fabrica-brandao-gomes-c/>
VISTA DA FÁBRICA BRANDÃO GOMES E DO DESVIO DA ESTRUTURA VIÁRIA



A abertura da feira, em 1894³⁰, reforça este movimento ao introduzir uma lógica de consumo regular e cíclico. A feira organiza temporalidades, fixa ritmos e consolida práticas para além da sazonalidade balnear. A recorrência institui calendários próprios do território, reforçando a capacidade da urbanidade operar segundo regimes internos de repetição, previsibilidade e estabilização económica.

Em 1895, a fundação da Fábrica Brandão Gomes³¹ introduz uma inflexão estrutural através da produção. A fábrica fixa trabalho, horários e permanências, reconfigurando profundamente o metabolismo urbano. A economia deixa de depender exclusivamente da sazonalidade e passa a articular-se com ritmos quotidianos e contínuos. A indústria produz território ao estabilizar populações, gerar necessidades habitacionais e inscrever temporalidades independentes dos fluxos balneares.

Este operador adquire particular relevância enquanto mecanismo de estabilização económica interna. Ao reter excedente produtivo e ao sustentar circuitos de riqueza ao longo do ano, a fábrica consolida condições de permanência urbana e contribui diretamente para a densificação intensiva do interior territorial. A produção afirma-se como princípio organizador da urbanidade.

A criação da Associação de Socorros Mútuos, em 1894³², e dos Bombeiros Voluntários, em 1895, introduz uma camada adicional de complexificação institucional. Estes dispositivos formalizam regimes de cuidado, proteção e continuidade, evidenciando uma cidade capaz de gerir os seus próprios riscos internos. A urbanidade passa a incorporar mecanismos estáveis de reprodução, manutenção e salvaguarda das estruturas acumuladas.

Em 1891, a doação de terreno para a construção do cemitério³³ inscreve no território uma temporalidade de longa duração. O cemitério introduz uma inflexão estrutural no regime urbano ao fixar a morte como dado espacial permanente. Num território inicialmente marcado pela mobilidade, pela sazonalidade e pela transitoriedade das práticas balneares, a inscrição da memória converte o solo em suporte de continuidade, sedimentação histórica e duração coletiva. A cidade converte o território em suporte cumulativo, onde o tempo adquire espessura material, administrativa e simbólica. A morte, enquanto limite absoluto da experiência individual, transforma-se em operador de estabilização urbana, fixando pertença, identidade e permanência.

A transformação da estação ferroviária, em 1893³⁴, articula e condensa o conjunto destas mutações. A intervenção assinala o reconhecimento da intensidade e da complexidade dos usos que Espinho passara a concentrar³⁵. O aumento dos fluxos, a densificação dos movimentos interior/exterior e as pressões exercidas sobre a infraestrutura tornam visível a alteração do seu estatuto territorial. A introdução do gradeamento das linhas reforça materialmente o limite imposto pela via-férrea, densificando a separação entre diferentes campos urbanos. A construção da passarela afirma-se como operação corretiva, assegurando continuidade pedonal e estabilizando conexões internas³⁶. A própria

³⁵Castro, Carla Marina Gonçalves de. (2005). Morfologia Urbana Espinhense (1863-1913), FLUP, Dissertação de Mestrado. P. 57

³⁶Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº4, CME. Pp. 128-130

emergência deste problema revela uma cidade operada por gradientes de intensidade, fluxos e conflitos espaciais que exigem mediação técnica específica.

O conjunto destas operações confirma que, ao longo da década de 1890, Espinho entra plenamente num regime intensivo de organização territorial. A grelha deixa de operar exclusivamente como matriz abstrata e afirma-se como sistema ativo de diferenciação, qualificação e valorização interna. A legibilidade do território produz hierarquias, gradientes e assimetrias como propriedades estruturais do próprio dispositivo urbano. A cidade emerge como campo operativo onde a homogeneidade geométrica sustenta, simultaneamente, a produção contínua de diferença, valor e organização espacial.

S O B E R A N I A ADMINISTRATIVA

4.4

GRÁFICO 16, 17; IMAGENS 35 – 39

No final do século XIX, Espinho produzia excedente económico através da balnearização, do comércio e da indústria emergente. A grelha estruturava o solo, a propriedade encontrava-se juridicamente definida e o mercado fundiário operava com regularidade. A urbanização funcionava como sistema produtivo. A decisão sobre o excedente, porém, permanecia deslocada para instâncias externas, interrompendo a coincidência entre produção territorial e soberania administrativa³⁷. A cidade gerava valor, mas a sua administração distribuía-o a partir de fora. Esta dissociação bloqueava a plena ativação do regime intensivo que a própria estrutura urbana tornara possível³⁸.

³⁷Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 190

³⁸Ibid., p. 189

A criação do concelho de Espinho, decretada em 1899, reorganiza esse circuito³⁹. O ato jurídico concentra, no mesmo campo territorial, a produção de valor e a capacidade de decisão sobre o seu destino. A autonomia concelhia institui soberania local sobre fiscalidade, investimento infraestrutural e regulação urbana. O excedente produzido no interior do território passa a integrar um orçamento municipal capaz de intervir diretamente sobre as condições materiais da sua reprodução. A partir de 1899, produção e administração coincidem no mesmo plano operativo. A estrutura urbana deixa de depender de mediações externas para realizar a sua própria lógica interna^{40, 41}.

³⁹Ibid., p.45

⁴⁰Ibid., p.190

⁴¹Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº4, CME. Pp. 128-130

O processo político que conduz à autonomia expõe a configuração concreta do poder urbano espinhense e a tensão que o atravessa. A reivindicação autonomista nasce no interior de um campo dividido: por um lado, redes económicas e relações políticas ainda ancoradas na Feira; por outro, um núcleo urbano que reconhece a sua capacidade produtiva e reclama a sua tradução em soberania administrativa. Capital local, elite balnear e interesses industriais convergem num movimento que transforma excedente económico em exigência institucional⁴². As 800

⁴²Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 189



GRÁFICO 16, “O PLANEAMENTO E PARCELAMENTO DA TOTALIDADE” ESCALA 1:20000

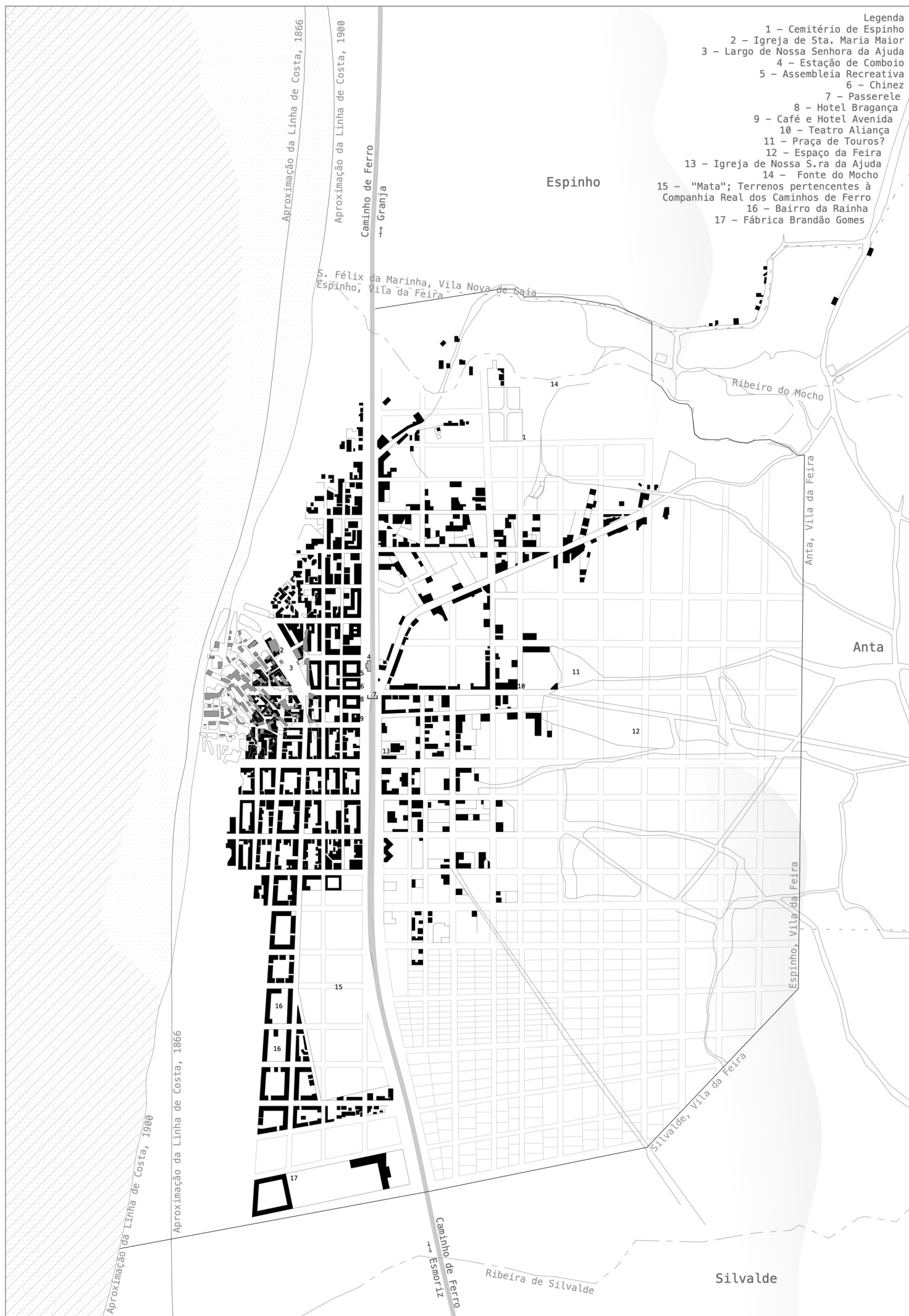


GRÁFICO 17, "O PLANEAMENTO, PARCELAMENTO E HIERARQUIZAÇÃO DA TOTALIDADE" ESCALA 1:10000

⁴³Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº2, CME. P.10

⁴⁴Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. Pp. 40, 43, 48

⁴⁵Ibid., p. 201, 202

⁴⁶Ibid., p. 286

⁴⁷Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº2, CME. P.27

⁴⁸Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 27

⁴⁹Aureli, P. V. (2023). Architecture and abstraction. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. Pp.31, 32

⁵⁰Ibid., p. 57

⁵¹Castro, Carla Marina Gonçalves de. (2005). Morfologia Urbana Espinhense (1863–1913), FLUP, Dissertação de Mestrado. P. 122

assinaturas⁴³, apresentadas por habitantes Espinhenses ao Estado, formalizam essa convergência e tornam visível uma massa urbana organizada em torno da autonomia. O apoio transversal no governo central reforça esta articulação multiescalar⁴⁴. A autonomia concelhia cristaliza, assim, um antagonismo resolvido pela concentração de poder decisório no interior do próprio território.

A nova Câmara Municipal intervém imediatamente na circulação do valor. A abolição de impostos diretos e a isenção temporária de taxas sobre rendas, contribuições industriais e impostos sumptuários modulam a retenção do excedente no interior do sistema urbano, favorecendo a consolidação dos interesses industriais e burgueses que estruturavam a nova centralidade espinhense⁴⁵. A manutenção dos impostos sobre o pescado fixa, simultaneamente, uma diferenciação estrutural na economia local, estabilizando hierarquias internas de valorização. A política fiscal reorganiza os gradientes de investimento, permanência e qualificação espacial. A autonomia administrativa converte o aparato municipal em operador ativo da sintaxe interna do valor.

É neste enquadramento que a planta de 1900, elaborada por Augusto Júlio Bandeira Neiva⁴⁶, adquire significado estrutural. O território municipal surge representado como totalidade delimitada, integralmente subdividida e tecnicamente preparada para operação contínua⁴⁷. O desenho não apenas representa o território; institui-o como campo processável. A inscrição rigorosa dos limites estabiliza um interior distinto, separando-o de um exterior que deixa de interferir diretamente na sua computação. Cada parcela passa a integrar uma matriz homogênea de cálculo, comparação e intervenção. A grelha coincide plenamente com o aparelho administrativo: cada posição torna-se indexável, cada diferença torna-se mensurável, cada parcela torna-se suscetível de hierarquização no interior de um sistema contínuo⁴⁸.

A valorização territorial assume, a partir deste momento, uma configuração intensiva. O crescimento deixa de depender da incorporação extensiva de solo e passa a estruturar-se pela diferenciação relacional dentro de um campo delimitado. A equivalência abstrata entre parcelas sustenta cálculo fiscal sistemático, articulação entre propriedade e infraestrutura e projeção coordenada de investimentos⁴⁹. A planta materializa os pré-requisitos técnicos do regime intensivo ao converter o território numa superfície integral de qualificação interna⁵⁰.

A enumeração integral dos edifícios confirma, no plano operativo, esta transformação. Cada construção passa a existir como unidade técnica de registo, cálculo e intervenção. O edificado integra uma rede contínua de referências administrativas que permite fiscalizar, planejar, redistribuir e projetar⁵¹. Enumerar significa integrar o construído numa matriz permanente de memória e decisão. O território adquire densidade informacional e torna-se campo reflexivo de gestão contínua. A cidade passa a operar sobre si própria através de um sistema de indexação que converte espaço em dado e dado em instrumento de governo.

A autonomia concelhia de 1899 e a planta de 1900 constituem dispositivos complementares de uma mesma transformação estrutural. A primeira concentra soberania administrativa sobre o excedente produzido localmente; a segunda instala o campo técnico que permite processar esse excedente como forma territorial. A política fiscal reorganiza a circulação do valor; a planta e a enumeração convertem-no em estrutura espacial mensurável e hierarquizável. A grelha atinge o seu estatuto pleno enquanto dispositivo geométrico, administrativo e económico. Espinho afirma-se como sistema urbano capaz de produzir, diferenciar e governar o seu próprio interior. O regime intensivo de valorização interna encontra aqui a sua ativação formal e material, consolidando a coincidência entre forma urbana, decisão política e economia territorial.

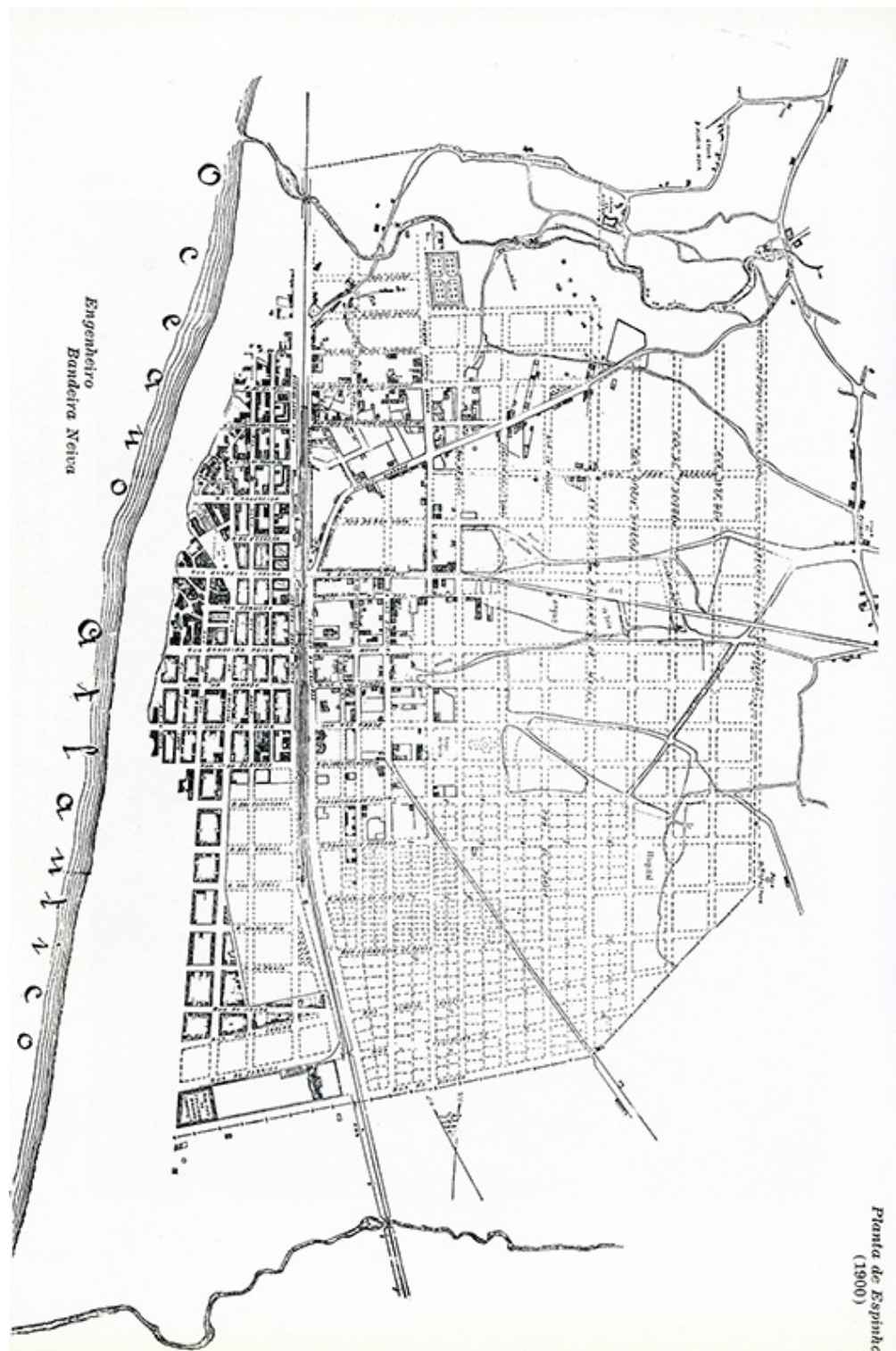
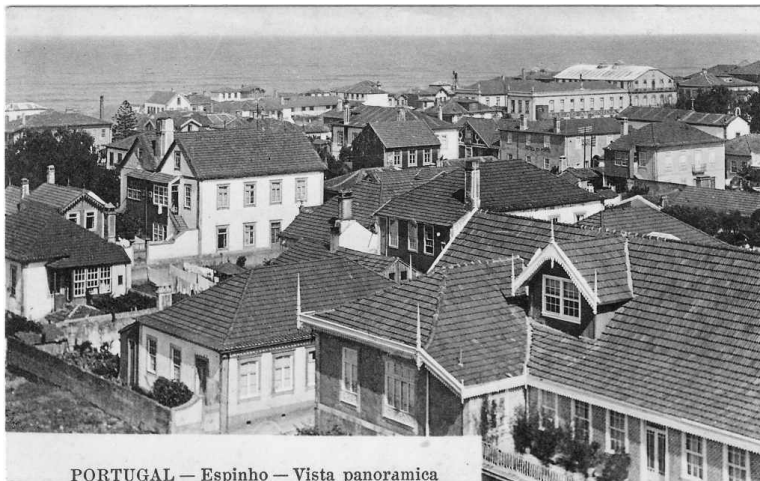




IMAGEM 36_ http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais2/EspinhoPostais/097_Espinho.jpg
 VISTA PANORÂMICA DE ESPINHO, CIRCA 1900



PORTUGAL — Espinho — Vista panoramica

IMAGEM 37_ http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais2/Espinho3/132_Espinho.jpg
 VISTA AEREA DE ESPINHO



IMAGEM 38_ <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/EspinhoPost07.htm>

VISTA DA FEIRA QUINZENAL — ZONA DO ATUAL TRIBUNAL

IMAGEM 39_ <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/Postais/EspinhoPost07.htm>
 BANHISTAS NA PRAIA DE ESPINHO



Após a consolidação da grelha enquanto sistema de endereçamento, leitura e hierarquização interna do território, impõe-se a análise de um fenómeno cuja origem não se inscreve na infraestrutura nem no planeamento, mas cuja incidência atravessa decisivamente a vida urbana: o jogo. A sua presença em Espinho antecede a maturação administrativa da vila e acompanha as diferentes fases da sua consolidação. Antes de qualquer formalização institucional, o jogo já operava como força ativa no interior da cidade¹.

O jogo afirma-se como prática social autónoma. Enraíza-se no desejo, no risco simbólico, na expectativa e na suspensão da racionalidade quotidiana. Surge como hábito antes de assumir qualquer enquadramento formal. A sua lógica antecede a formalização urbana e acompanha a consolidação da grelha, da fiscalidade e da soberania administrativa. A sua persistência atravessa as fases de estabilização territorial sem depender delas, coexistindo com o regime intensivo sem derivar da sua racionalidade técnica². O jogo não deriva do regime intensivo de valorização interna, mas atravessa-o e acompanha-o³.

A sua atuação incide numa camada distinta da organização material da cidade. A infraestrutura organiza o solo: grelha, propriedade, delimitação territorial, fiscalidade⁴; o jogo atua sobre a espessura relacional do território, o aparato-urbano: o campo imaterial onde circulam práticas, visibilidades, afetos, reputações, encontros e capital simbólico⁵. Cafés, associações, salas de reunião, tabernas e estabelecimentos balneares tornam-se suportes desta prática que reorganiza usos, prolonga permanências e intensifica encontros. A forma, permanecendo inalterada, sofre uma intensificação deliberada a partir das relações sociais aí estabilizadas.

A sua ambiguidade jurídica, tolerado mas perseguido, generalizado e transversal, constitui a sua condição operativa⁶. Essa oscilação impede a fixação normativa e mantém o jogo numa zona de instabilidade produtiva. Num território progressivamente organizado por cálculo, previsibilidade e hierarquização, o jogo introduz uma lógica fundada no acaso e na expectativa, no excesso humano. A cidade passa a comportar, simultaneamente, duas racionalidades: a da mensuração e a da indeterminação. Esta coexistência não dissolve a coerência técnica do sistema, mas amplia o seu campo de tensão.

A sua operatividade social distribui-se de forma distinta porque se articula com a organização do tempo e do trabalho em cada grupo.

Na comunidade piscatória, o tempo livre decorre da própria estrutura produtiva da pesca. A atividade concentra-se sobretudo no período matinal e abre intervalos extensos ao longo do dia⁷. O jogo ocupa esses interstícios como prática de risco direto e imediato. As perdas produzem impacto material concreto e incidem sobre economias frágeis. O tempo

¹Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 120

²Tato, Joaquim. (1980). O Vareiro de Espinho – O homem e o pescador. Espinho, Boletim Cultural nº7, CME. P.198

³Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 120

⁴Martin, R. (2016). The urban apparatus: Mediapolitics and the city. University of Minnesota Press. Pp. 1–3

⁵Ibid., pp. 81, 82

⁶Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 120

⁷Ibid., p.71

livre não resulta de suspensão deliberada do trabalho, mas emerge como consequência da sua organização produtiva. O jogo desenvolve-se num plano de exposição e vulnerabilidade, onde o acaso assume dimensão estruturalmente intensa pois há uma diminuta capacidade de mitigar o risco inerente⁸.

Na classe burguesa balnear, o tempo livre constitui construção social deliberada⁹. A suspensão temporária do trabalho inscreve-se num calendário de lazer, sociabilidade e visibilidade pública. É nesta suspensão que se forma a esfera pública burguesa¹⁰. O jogo integra essa esfera como prática estruturante, organizando encontros, produzindo visibilidade, encenando estatuto e consolidando redes sociais e políticas. O risco mantém-se, mas articula-se com capacidade de absorção diferenciada. A previsão de salas específicas para jogo, bilhar e baile na sede da Assembleia confirma a inscrição desta prática no próprio aparato institucional da cidade¹¹.

A distinção social não impede uma característica decisiva do jogo, a sua transversalidade. Cafés como o Chinês, o Bragança, o Madrid ou o Central operam como dispositivos de copresença onde convergem diferentes segmentos da cidade¹². O jogo produz um campo relacional onde a rigidez estatutária se flexibiliza temporariamente. O acaso institui um regime momentâneo de equivalência simbólica que reconfigura a proximidade entre atores urbanos¹³. A “praia democrática” descrita por Ramalho Ortigão traduz essa compressão social episódica, na qual o estatuto cede lugar à expectativa e ao excesso partilhado¹⁴.

Esta compressão possui efeitos urbanos concretos. O jogo intensifica a circulação de influência, contactos e capital simbólico, densificando a rede relacional da cidade. A coincidência espacial entre jogo e decisão reforça esta condição. Cafés, salas de bilhar e a própria sede da Assembleia concentram sociabilidade lúdica, debate político e negociação económica no mesmo campo físico¹⁵. A cidade organiza decisões no mesmo espaço onde se organiza o jogo. A cidade articula escolhas coletivas num ambiente onde o jogo, a presença e visibilidade coexistem.

O jogo infiltra-se nos circuitos de poder, estrutura encontros, aproxima interesses e acelera articulações informais entre capital económico, sociabilidade balnear e decisão política. A sua persistência prolongada decorre da funcionalidade ao metabolismo urbano. Intensifica centralidades, prolonga permanências e estabiliza determinados espaços como nós estratégicos da vida pública.

As suas consequências manifestam-se, sobretudo, na espessura temporal da urbanidade e na intensidade relacional. O jogo prolonga e intensifica o dia urbano para além da jornada produtiva, conecta práticas diurnas e sociabilidades noturnas e instala um regime contínuo de presença¹⁶. Introduz uma economia da sensação fundada no excesso, no acaso, no risco simbólico e na experiência partilhada¹⁷. Esta dimensão amplia a intensidade do território sem alterar a sua base infraestrutural.

⁸Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural n^o4, CME. P.88

⁹Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 100

¹⁰Corbin, A. (Ed.). (1996). L'invenzione del tempo libero 1850-1960. Editori Laterza. Pp. 187, 188

¹¹Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural n^o4, CME. Pp. 82, 84

¹²Ibid., p. 98

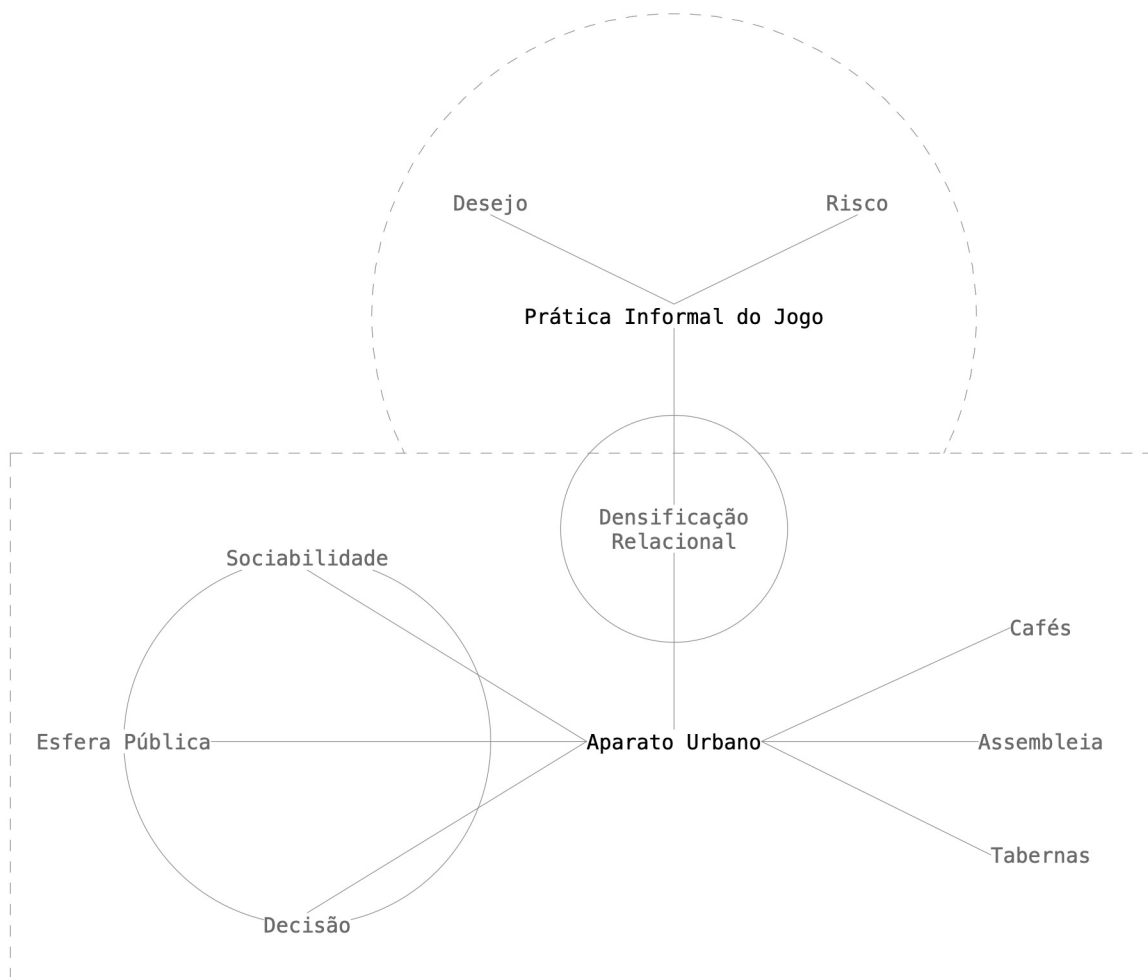
¹³Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 120

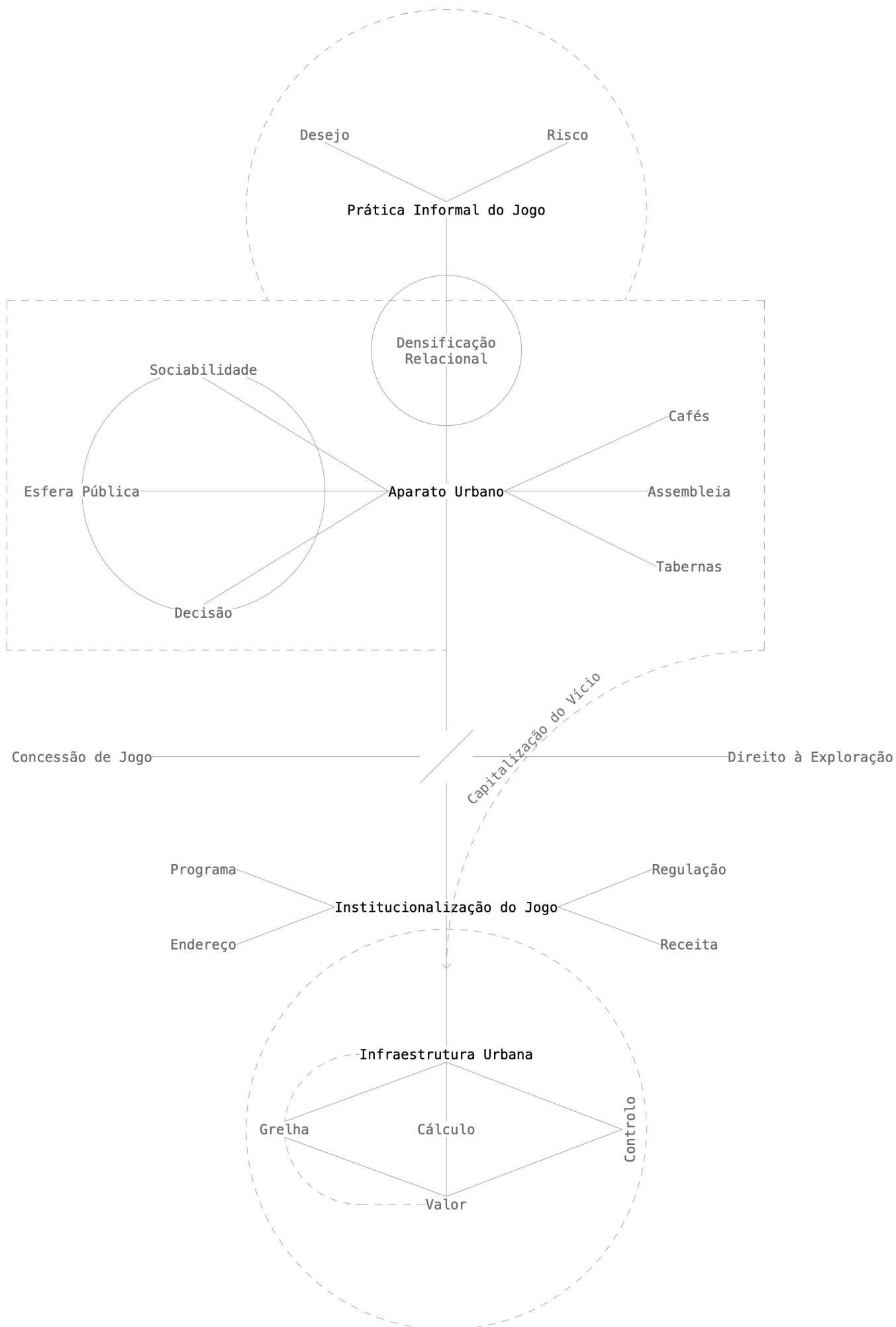
¹⁴Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural n^o4, CME. P. 94

¹⁵Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. Pp. 116, 117

¹⁶Ibid., p. 113

¹⁷Ibid., pp. 115, 123





ESQUEMA 6, "CAPITALIZAÇÃO DO VÍCIO"

O regime intensivo de valorização interna organiza o território através da governabilidade técnica, da mensuração fundiária e da hierarquização administrativa. O jogo revela a existência de uma camada urbana que essa governabilidade não esgota. A cidade espinhense é uma articulação entre infraestrutura e aparato, entre cálculo territorial e intensidade relacional. O jogo concentra sociabilidade, desejo, risco e decisão no interior de um campo já delimitado pela grelha e pela administração, evidenciando que a urbanidade se constrói tanto pela estabilidade da forma quanto pela densidade das relações que sobre ela se instalam.

Nesta fase temporal, o jogo permanece uma prática informal mas estruturalmente ativa. A sua importância reside na capacidade de intensificar o aparato urbano, expandindo a esfera pública e densificando a vida coletiva, sem ainda se converter em dispositivo formal da infraestrutura.

5.2

VÍCIO E CAPITAL

ESQUEMA 6

A análise precedente concentrou-se na consolidação do regime intensivo de valorização interna até ao início do século XX. A institucionalização do jogo, formalizada entre 1927 e 1928¹⁸, introduz um salto cronológico deliberado que não pretende preencher o intervalo histórico intermédio, mas tornar visível a maturação de uma lógica já instalada. O que se observa neste momento não constitui uma rutura com o processo anterior, mas a explicitação de uma capacidade latente: a integração formal do excesso e do vício no interior do sistema urbano.

Até então, o jogo operava exclusivamente no aparato urbano. Circulava nos cafés, associações e espaços híbridos de sociabilidade como prática relacional intensa, produzindo visibilidade, contacto e suspensão simbólica das hierarquias. A sua força residia na mobilidade e na opacidade administrativa, intensificando o território sem se inscrever na infraestrutura. O regime intensivo organizava parcelas, propriedade e hierarquias internas, enquanto o jogo atravessava esse campo como fluxo instável de desejo, risco e expectativa.

A legalização altera o estatuto desta prática ao convertê-la em objeto formal de concessão e exploração. O ato jurídico reorganiza o circuito económico do jogo e integra-o na economia urbana balnear como recurso reconhecido¹⁹. O desejo, até então difuso e contingente, adquire enquadramento institucional e passa a constituir categoria económica operacional. O vício humano, entendido como permanência estrutural da experiência social, torna-se base de acumulação e fonte regular de receita.

Esta transformação não incide sobre a natureza do jogo enquanto experiência de risco, mas sobre o modo como esse risco é capturado. O fluxo permanece instável, imprevisível e individual mas é a capacidade de extração desse excesso que se estabiliza. A concessão do direito à exploração

¹⁸Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras. P. 11

¹⁹Ibid., pp. 116, 117

institui um mecanismo contínuo de conversão do vício em rendimento urbano e económico reiterável. O jogo deixa de operar apenas como intensidade relacional e passa a integrar o circuito formal de valorização territorial²⁰.

²⁰Ibid., p. 335

A institucionalização implica reconfiguração material e espacial. O jogo exige localização específica, equipamento dedicado, regulamentação detalhada e dispositivos de controlo de acesso e circulação. Pela primeira vez, inscreve-se explicitamente na grelha enquanto sistema de localização, indexação e cálculo²¹. Torna-se programa, endereço e equipamento, compatibilizando-se com a lógica que estrutura o território desde a sua origem. A imprevisibilidade é enquadrada como recurso administrável enquanto o ato permanece contingente. Desta forma, a captura torna-se estrutural ao próprio sistema interno²².

²¹Tato, Joaquim. (1980). O Vareiro de Espinho – O homem e o pescador. Espinho, Boletim Cultural nº7, CME. P.199

²²Castro, Carla Marina Gonçalves de. (2005). Morfologia Urbana Espinhense (1863–1913), FLUP, Dissertação de Mestrado. P. 74

Este movimento revela uma mutação interna do regime intensivo. Este momento exemplifica que a cidade, para além da organização e gestão infraestrutural, integra invariavelmente o excedente antropológico produzido, o aparato urbano. No caso do jogo, esse excedente, o vício, é formalmente integrado no sistema de governação urbana, integrando os ciclos económicos locais. O aparato coincide com a infraestrutura ao transformar-se em componente programática e fiscal da economia urbana. O jogo passa a operar, simultaneamente, como prática relacional e como dispositivo territorial.

A economia balnear adquire, neste momento, nova escala. A atração urbana deixa de depender exclusivamente da sazonalidade ambiental e articula-se com uma economia do desejo capaz de prolongar permanências e densificar fluxos. O tempo de lazer converte-se em mecanismo produtivo reiterável e territorialmente concentrado. A grelha fornece o enquadramento técnico que permite localizar, hierarquizar e integrar o casino no interior do campo delimitado, estabilizando gradientes de investimento e centralidade.

A absorção do jogo é administrada através da tensão entre cálculo e acaso. O regime intensivo passa a incorporar a instabilidade sem a suprimir, pois é essa instabilidade que gera excedente e excesso. O fluxo do desejo mantém-se caótico e imprevisível, enquanto o dispositivo urbano que o captura adquire permanência institucional. Concede-se o “direito à exploração”. A cidade estabiliza a conversão do excesso e do vício em valor contínuo, incorporando-os na própria estrutura económica.

A urbanidade espinhense estrutura-se na tensão permanente entre infraestrutura e aparato. A infraestrutura organiza o território através de cálculo, localização e hierarquização; o aparato produz intensidade simbólica, visibilidade e sociabilidade que excedem essa organização técnica. A institucionalização do jogo explicita essa relação ao inscrever, na própria infraestrutura, um fenómeno que anteriormente circulava sobretudo no plano relacional. O que se formaliza é o mecanismo de captura do desejo, não o desejo em si. O fluxo permanece imprevisível e inerentemente humano; a cidade estabiliza a sua conversão

em valor urbano contínuo. A estrutura urbana produz-se nesse movimento constante entre mensuração e excesso, entre categorização e indeterminação, onde aquilo que escapa alimenta aquilo que se organiza e aquilo que se organiza redefine continuamente os limites do que pode ser capturado.

MAR, FERROVIA, JOGO; G R E L H A

6.1

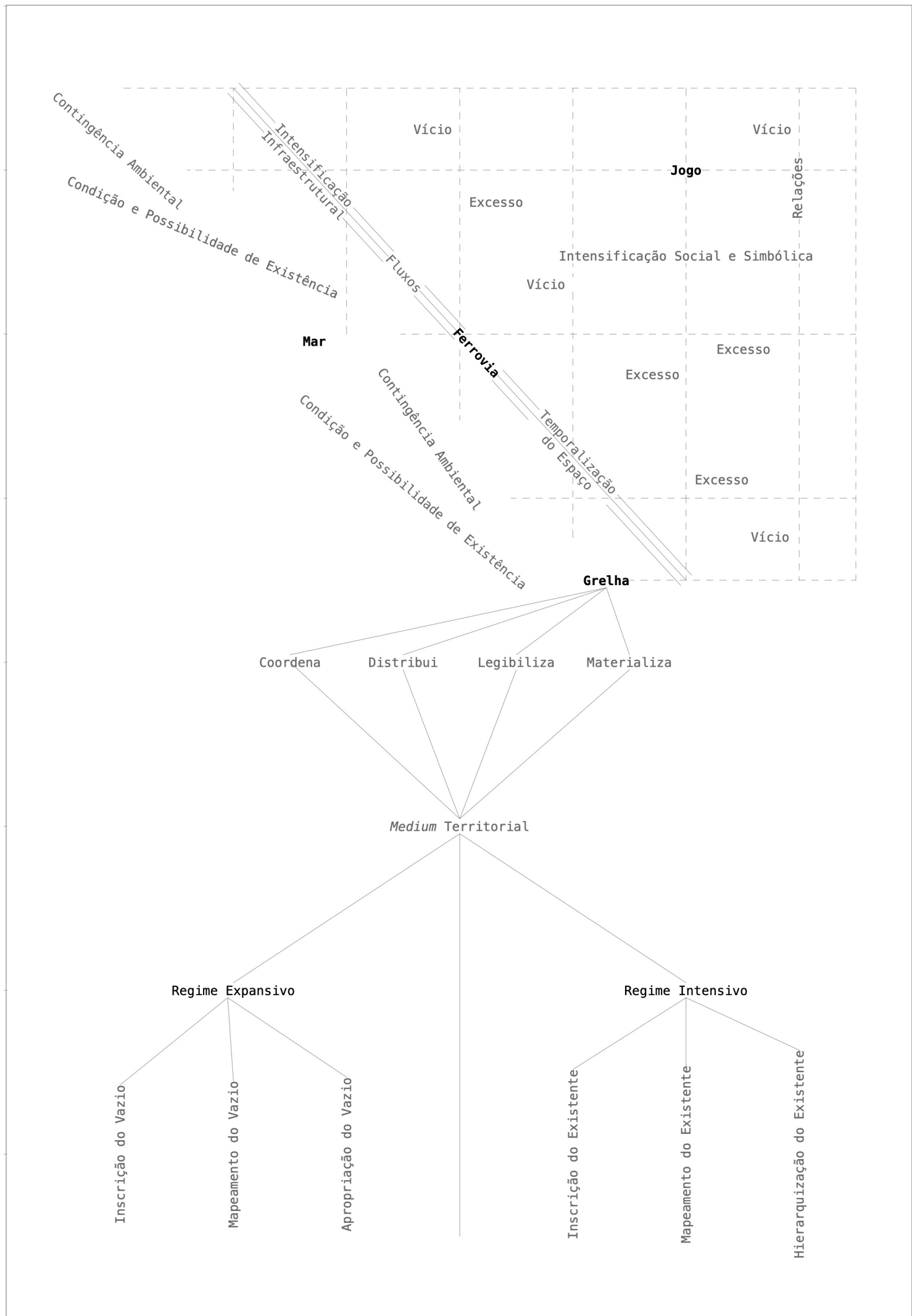
ESQUEMA 7

A urbanidade espinhense estrutura-se a partir da interação entre três regimes fundamentais que atravessam a sua formação histórica e permanecem ativos como forças organizadoras do território: a contingência ambiental do mar, a intensificação infraestrutural introduzida pela ferrovia e a intensificação social produzida pelo jogo. Estas dinâmicas operam em escalas distintas, mas articulam-se continuamente no processo de formação da cidade. A sua coordenação territorial torna-se possível através de um dispositivo técnico específico: a grelha urbana. Esta dissertação propõe e evidencia que Espinho se forma precisamente na articulação entre estas forças heterogêneas e o sistema técnico que as torna legíveis, operáveis e territorialmente estruturadas.

O mar institui a condição originária e permanente da urbanidade espinhense. Ele introduz risco físico, sazonalidade económica e instabilidade territorial, enquanto funda trabalho, atração e expectativa. A pesca organiza o primeiro regime produtivo do território e o veraneio converte o litoral numa economia balnear. As invasões marítimas transformam a destruição num mecanismo efetivo de reconfiguração espacial, libertando solo que é rapidamente reinscrito nas lógicas territoriais da urbanização balnear. O mar atua assim como operador de contingência: impõe limites, desloca populações, condiciona decisões e exige respostas técnicas e administrativas. A cidade aprende a estruturar-se sob essa pressão contínua, convertendo ameaça em estratégia e instabilidade em variável de governo.

A ferrovia introduz um regime de intensificação que reconfigura a escala e o ritmo do território. A ligação de Espinho às redes de circulação regionais e nacionais insere a cidade num campo ampliado de fluxos que alteram a sua posição relativa e reorganizam o seu metabolismo urbano. A estação, o gradeamento das linhas, a passarela e os conflitos de atravessamento revelam o impacto direto da infraestrutura sobre a organização interna do território. A ferrovia produz densidade por repetição e aceleração, converte a cidade em nó e transforma centralidades locais em pontos de articulação regional. A infraestrutura deixa de operar apenas como suporte físico e afirma-se como operador mediapolítico que filtra acessos, redistribui oportunidades e reorganiza hierarquias espaciais.

O jogo introduz um regime de intensificação que atua sobre o aparato urbano. Ele circula, inicialmente, como prática informal nos espaços de sociabilidade da cidade, reprogramando usos, prolongando temporalidades e criando situações de copresença entre grupos sociais distintos. Cafés, associações e espaços balneares funcionam como dispositivos onde o jogo densifica relações sociais e produz visibilidade pública. A esfera pública burguesa consolida-se neste ambiente de lazer ritualizado, enquanto



ESQUEMA 7, "VETORES ESTRUTURAIS"

a comunidade piscatória acede a essa construção social através de formas diferenciadas de tempo livre. O jogo intensifica o metabolismo urbano ao produzir densidade simbólica e social que ultrapassa a mera organização física do território.

A grelha introduz o dispositivo técnico que permite coordenar estas dinâmicas heterogêneas, no interior do território urbano. As primeiras plantas de 1866 e 1870 instauram um regime extensivo de organização espacial orientado para o mapeamento, a expansão e a apropriação progressiva do solo. A grelha funciona, então, como técnica de endereçamento do vazio, permitindo projetar alinhamentos, estruturar propriedade e antecipar ocupações futuras num território ainda em formação. O desenho produz as condições para a expansão da cidade, convertendo o litoral num campo abstrato de parcelamento e investimento.

Com a consolidação administrativa do concelho e a elaboração da planta de 1900, este regime sofre uma inflexão decisiva. A perceção do território como totalidade delimitada substitui a lógica de expansão contínua por um regime intensivo de diferenciação interna. A grelha deixa de operar predominantemente como instrumento de crescimento extensivo e passa a funcionar como meio de qualificação territorial. Cada parcela torna-se comparável, cada posição torna-se identificável e cada decisão urbana reorganiza o valor relativo do conjunto.

Esta inflexão introduz uma contradição estrutural no próprio sistema. A grelha, um dispositivo gráfico inerentemente infinito e orientada para a expansão contínua, encontra no limite administrativo da cidade o ponto onde a sua própria lógica se transforma. O aparelho que permitia expandir o território passa a definir o seu limite. A partir desse momento, a expansão deixa de ser o princípio organizador do sistema e a diferenciação interna torna-se a sua principal dinâmica. Espinho passa a ser definido pela extensão da própria grelha. A cidade coincide com o campo onde esse sistema opera e termina onde esse sistema gráfico acaba. A estrutura concebida para crescer transforma-se, assim, no limite que estabiliza a identidade territorial e reorganiza a intensidade urbana no seu interior.

A urbanidade espinhense emerge da articulação entre contingência ambiental e regimes de intensificação que atravessam o território em escalas distintas. O mar introduz instabilidade estrutural, a ferrovia e o jogo amplificam a intensidade urbana e produzem novas centralidades de fluxo e sociabilidade. A grelha converte essas forças heterogêneas num sistema territorial operável, coordenando contingência e intensidade através de um dispositivo técnico de organização espacial. Espinho forma-se, assim, na interação permanente entre forças que excedem o cálculo e um sistema que as torna legíveis, comparáveis e territorialmente estruturadas. É nessa tensão, entre excesso e coordenação, que se encontra a lógica operativa da cidade.

Espinho é evidenciado, nesta dissertação, como laboratório urbano. Não enquanto caso exemplar ou excecional, mas como território onde se tornam visíveis, em estado concentrado, mecanismos estruturais de produção urbana. A formação recente da cidade, a relação permanente com o mar, a implantação regular da grelha, a inserção precoce na rede ferroviária e a centralidade histórica do jogo configuram um contexto propício à observação da articulação entre forças ambientais, dispositivos técnicos, infraestruturas e práticas sociais. Contudo, o laboratório constitui-se a partir da análise e não previamente a ela. Ou seja, a própria análise é o gesto analítico que separa regimes de força, identifica dispositivos e reconstrói as suas interdependências no interior do território.

A leitura desenvolvida ao longo desta dissertação conduz à formulação de um modelo operativo de análise territorial. A urbanidade espinhense revela-se estruturada pela interação entre três regimes fundamentais de força: a contingência ambiental, a intensificação infraestrutural e a intensificação social, coordenados por um dispositivo técnico específico: a grelha urbana. Estes regimes não constituem categorias fixas nem conteúdos invariáveis. Ao longo da história urbana da cidade, assumem diferentes configurações e produzem efeitos distintos. Contudo, o sistema de leitura permanece estável porque assenta num dispositivo material que organiza a articulação entre essas forças. O modelo analítico não depende da permanência dos conteúdos, mas da estabilidade do meio técnico que os torna territorialmente operáveis.

A grelha urbana é um medium territorial. É através dela que forças heterogêneas: ambientais, infraestruturais ou sociais, se tornam legíveis, comparáveis e coordenáveis no interior do território. O medium não determina o conteúdo que nele se inscreve, mas estabelece as condições de possibilidade da sua inscrição. A contingência do mar, a intensificação produzida pela ferrovia ou a densidade social gerada pelo jogo tornam-se territorialmente estruturantes porque encontram um sistema técnico capaz de as articular, distribuir e hierarquizar.

Esta leitura encontra fundamentação teórica na noção de técnicas culturais formulada por Bernhard Siegert. As técnicas culturais descrevem sistemas operativos que precedem e condicionam aquilo que neles se inscreve. O território deixa, assim, de ser entendido apenas como realidade física e passa a ser compreendido como meio técnico de inscrição. A grelha urbana constitui, neste contexto, uma tecnologia cultural que produz legibilidade territorial. Através do endereçamento, do registo e da diferenciação, transforma a continuidade espacial num campo estruturado de posições comparáveis e operáveis. A cidade torna-se operativa porque se torna endereçável e a decisão territorial adquire eficácia porque se inscreve num sistema prévio de diferenciação espacial.

A leitura de Reinhold Martin permite aprofundar esta perspectiva ao compreender a cidade como aparato mediapolítico. A infraestrutura suporta atividades urbanas, organiza fluxos, filtra acessos e produz regimes de visibilidade e concentração. O aparato urbano emerge como a camada relacional que se instala sobre essa infraestrutura: práticas sociais, intensidades simbólicas e formas de copresença. A infraestrutura e o aparato urbano estabelecem um diálogo entre regimes materiais e imateriais, definindo níveis complementares de operação: a infraestrutura cria condições materiais de circulação e distribuição, enquanto o aparato produz densidade social, simbólica e política.

A articulação entre estas duas perspectivas permite compreender a grelha como medium territorial capaz de coordenar regimes de força heterogêneos. Os três regimes, o mar, a ferrovia e o jogo, podem alterar-se, deslocar-se ou adquirir novas configurações históricas. Contudo, o sistema de leitura permanece estável porque assenta na existência de um dispositivo técnico que organiza a sua articulação territorial. O medium mantém-se enquanto estrutura operativa, mesmo quando os conteúdos que nele se inscrevem se transformam.

A dissertação propõe, assim, um modelo analítico que permite compreender o território como um sistema de coordenação entre forças heterogêneas mediadas por dispositivos técnicos. A sua construção resulta diretamente da leitura histórica desenvolvida ao longo do trabalho. Espinho funciona como laboratório porque constitui o campo de experimentação que torna visível esta estrutura operativa. A análise da sua formação urbana permitiu identificar regimes de força distintos – a contingência ambiental, intensificação infraestrutural – e intensificação social e reconhecer o papel da grelha como meio técnico capaz de os articular territorialmente. O caso espinhense passa, desta forma, a funcionar como um sistema de observação a partir do qual se tornam legíveis mecanismos mais amplos de produção urbana.

A contribuição desta dissertação situa-se precisamente na interseção entre reconstrução histórica e formulação teórica. O aprofundamento da história urbana de Espinho fornece a base empírica a partir da qual se torna possível estruturar um modelo de leitura territorial. A teoria emerge da própria análise histórica e regressa a ela como instrumento crítico. Neste movimento, o caso espinhense torna-se, simultaneamente, um objeto de estudo e um modelo de análise alargado: um território concreto cuja leitura permite formular um sistema analítico capaz de reconhecer, em diferentes contextos urbanos, a articulação entre forças distintas que, a partir de meios e dispositivos técnicos, estruturam a urbanidade contemporânea.

CONSCIÊNCIA E ESTRATÉGIA

6.3

A explicitação da estrutura urbana espinhense e do método que permitiu identificá-la desloca esta dissertação para um plano de operatividade contemporânea. A leitura histórica desenvolvida ao longo deste trabalho requalifica o presente como campo de intervenção territorial. Espinho revelou uma organização urbana produzida na interação contínua entre ambiente, técnica, infraestrutura e práticas sociais. Esta leitura torna visível um problema recorrente nas práticas atuais de governação urbana: a substituição progressiva da estratégia territorial por regimes de codificação normativa.

Os instrumentos contemporâneos de planeamento territorial operam, em grande medida, por parametrização: índices, classes de uso, categorias funcionais, perímetros e condicionantes. Este regime técnico prolonga a lógica administrativa de classificação e endereçamento do território, estruturando a sua representação normativa. Contudo, a história urbana analisada nesta dissertação restitui uma dimensão que permanece ativa para lá desse plano regulamentar. O território reorganiza continuamente valor, intensidade e vulnerabilidade através de processos que ultrapassam qualquer sistema de categorias previamente definidas. A cidade forma-se na interação entre cálculo técnico e indeterminação social, produzindo transformações que nenhum catálogo de parâmetros consegue antecipar ou esgotar.

A governação que se limita à estabilização jurídica do território tende a confundir ordenação com compreensão. A norma define limites formais de atuação, mas não descreve o regime de forças que reorganiza permanentemente o interior desses limites. A eficácia da decisão territorial depende da capacidade de reconhecer a estrutura dinâmica do território e de atuar estrategicamente a partir dela. Nesta perspetiva, o planeamento urbano assume uma dimensão mais ampla do que a simples regulamentação: constitui uma prática estratégica de leitura e coordenação das intensidades que atravessam o território.

A estratégia territorial emerge precisamente desta capacidade de leitura integrada. O território apresenta-se como sistema ativo de mediações, onde condições ambientais, dispositivos técnicos, infraestruturas e práticas sociais se reorganizam continuamente. A decisão administrativa ganha consistência quando reconhece estas interdependências e orienta as transformações urbanas a partir delas. A ausência de estratégia territorial consistente resulta, com frequência, de um acúmulo de dispositivos normativos que multiplicam categorias sem recompor o sistema que lhes dá sentido. O território torna-se objeto de gestão fragmentada e não campo integrado de mediações. A análise desenvolvida nesta dissertação propõe o deslocamento do modelo de governação normativo para um mecanismo simbiótico que permita articular uma leitura estratégica capaz de compreender as dinâmicas que efetivamente produzem a cidade.

Este novo sistema propõe ler a cidade como composição dinâmica de forças heterogêneas, onde infraestrutura e aparato operam em simultâneo e onde a técnica reorganiza o conjunto material e imaterial de condições e condicionantes ativas no território. Esta leitura não dissolve a necessidade de regulamentar. Mecanismos como o PDM são essenciais na estruturação de uma operatividade territorial enquanto enquadramento jurídico e técnico da ação pública. Redefine, contudo, o problema urbano e reposiciona a decisão num plano estratégico. Isto é, propõe adicionar um novo layer de informação e decisão alargada nas estruturas administrativas, capaz de acompanhar as mutações do território e de orientar as suas transformações.

Pensar a cidade e, neste caso Espinho, a partir desta estrutura, implica articular operadores e complexidades que ultrapassam as condições morfológicas internas. A estratégia urbana ganha consistência quando traduz estas interdependências numa decisão integrada. Reconhece a forma, não apenas como resultado, mas também como um meio. Assume que a governabilidade não deve eliminar a condição humana, mas integrá-la nas decisões territoriais internas. A operatividade desta dissertação reside precisamente neste reposicionamento do território: de suporte regulamentar para sistema ativo de produção urbana.

A reconstrução dos mecanismos que estruturaram Espinho permite agir com maior lucidez sobre as suas continuidades e sobre as suas fraturas, sobre os seus gradientes de valor e sobre as suas zonas de vulnerabilidade. A cidade opera como processo histórico em recomposição permanente e onde a governação se torna consequente apenas quando reconhece essa condição e a toma como fundamento estratégico. Esta continuidade estrutural torna-se particularmente evidente em situações de exceção, quando o funcionamento quotidiano da cidade é temporariamente interrompido. O apagão que afetou a Península Ibérica em abril de 2025 produziu, em Espinho, um momento de revelação particularmente claro dessa organização urbana. A interrupção da rede elétrica suspendeu grande parte das atividades económicas e administrativas, suspendendo o regime habitual de trabalho e circulação.

Nesse dia, contudo, a cidade revelou aquilo que continua a sustentar a sua urbanidade. O casino manteve-se plenamente operacional através dos sistemas autónomos de geradores instalados na sua infraestrutura técnica. As luzes permaneceram acesas e as máquinas continuaram a funcionar enquanto grande parte do tecido urbano permanecia encerrado. O litoral concentrou a vida social da cidade através do lazer, desde banhos à prática desportiva. Os centros de consumo, como bares e cafés, ainda que sem eletricidade, permaneceram abertos, principalmente os da linha de costa. E manteve-se a prática da pesca, profissional e de lazer. A suspensão involuntária parcial do trabalho revelou a persistência de uma economia balnear baseada no lazer, no consumo e no jogo, enquanto as práticas piscatórias mantiveram a sua estrutura base.

Este episódio oferece uma síntese inesperadamente clara da estrutura urbana que esta dissertação procurou compreender. Num momento em que a infraestrutura energética central falhou, aquilo que permaneceu ativo foram precisamente os regimes e estruturas sociais que organizaram a formação da cidade. A situação excepcional tornou visível a continuidade de uma lógica territorial que atravessa diferentes momentos históricos e que permanece operativa no presente.

A principal contribuição deste trabalho reside neste reconhecimento. A história urbana de Espinho demonstra que, para lá dos regulamentos, a cidade constrói-se através da interação contínua entre ambiente, técnica, infraestrutura e práticas sociais. Compreender essa estrutura permite agir sobre o território com maior clareza e responsabilidade. A cidade forma-se na interação contínua entre forças que atravessam o território e que a governação necessita de reconhecer, interpretar e promover. É nesse gesto de leitura, simultaneamente histórico, técnico e estratégico, que começa verdadeiramente o projeto urbano.

B I B L I O G R A F I A

- Anselmo, A. J. (1923). Bibliografia das bibliografias portuguesas (Vol. 3). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Aureli, P. V. (2023). Architecture and abstraction. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts.
- Banham, R. (2016). Los Ángeles: La arquitectura de cuatro ecologías. Puente Editores.
- Barreira, Hugo Daniel da Silva. (2013). Improvisos de Progresso: Arquiteturas em Espinho (1900–1943), FLUP, Dissertação de Mestrado em História de Arte Portuguesa.
- Benjamin, W. (2010). O anjo da história (J. Barrento, Trad.). Assírio & Alvim. (Obra original publicada em [1940])
- Benjamin, W. (2017). A modernidade (J. Barrento, Trad.). Assírio & Alvim. (Obras originais publicadas entre 1928 e 1940)
- Bouçon, Armando. (2015). Sociabilidades e Marginalidades em Espinho. Chiado Editora
- Brandão, F. A. (1991). Anais da história de Espinho (185–1926). Porto: Gráfica Firmeza.
- Brandão, Francisco Azevedo (Dir.). (1980). Figuras Ilustres: Comendador Joaquim de Sá Couto. Espinho, Boletim Cultural n.º 5–6, CME.
- Brenner, N. (Ed.). (2013). Implosions/Explosions: Towards a study of planetary urbanization. Jovis Verlag.
- Cacciari, M. (2010). A cidade. Editorial Gustavo Gili.
- Castro, Carla Marina Gonçalves de. (2005). Morfologia Urbana Espinhense (1863–1913), FLUP, Dissertação de Mestrado
- Cayer, A., Deamer, P., Korsh, S., Peterson, E., & Shvartzberg, M. (Eds.). (2016). Asymmetric labors: The economy of architecture in theory and practice. The Architecture Lobby.
- Colomina, B., & Wigley, M. (2016). Are we human? Notes on an archaeology of design. Lars Müller Publishers.
- Corbin, A. (Ed.). (1996). L'invenzione del tempo libero (1850–1960). Laterza.
- Corbin, A. (Ed.). (1996). L'invenzione del tempo libero 1850–1960. Editori Laterza.
- Costa, Américo. (1938). Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular.
- Costa, António da. (1980). A Beira-Mar. Espinho, Boletim Cultural n.º 7, CME.
- Gaio, C. M. (1999). A génese de Espinho: Histórias e postais. Campo das Letras.
- Gomes, J. Maia. (2022). Espinho, um cisne negro. J. Maia Gomes. Lisboa
- Hegel, G. W. F. (2021). Fenomenologia do espírito (J. Barata-Moura, Trad.). Almedina. (Obra original publicada em 1807)
- Jaque, A., Otero Verzier, M., & Pietroiusti, L. (Eds.). (2020). More-than-human. Het Nieuwe Instituut.
- Kittler, F. A. (1996). The city is a medium. New Literary History, 27(4), 717–729.
- Kostof, S. (1991). The city shaped: Urban patterns and meanings through history. Bulfinch Press.
- Latour, B. (2005). Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory. Oxford University Press.
- Lefebvre, H. (1991). The production of space (D. Nicholson–

- Smith, Trad.). Blackwell.
- Lefebvre, H. (2014). From the city to urban society. In N. Brenner (Ed.), *Implosions/explosions: Towards a study of planetary urbanization*. Jovis Verlag
 - Lefebvre, H. (2014). *O direito à cidade* (J. Barrento, Trad.). Almedina.
 - Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº1, CME
 - Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº2, CME
 - Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº3, CME
 - Lima, André de. (1979). Espinho, Breves apontamentos para a sua história. Espinho, Boletim Cultural nº4, CME
 - Lopes, António José Teixeira. (2013). *O Nascimento de um aglomerado urbano: Espinho no limiar do século XX*, Editame
 - Martin, R. (2016). *The urban apparatus: Mediapolitics and the city*. University of Minnesota Press.
 - Martin, R., Moore, J., & Schindler, S. (Eds.). (2015). *The art of inequality: Architecture, housing, and real estate: A provisional report*. Columbia University, Temple Hoyne Buell Center for the Study of American Architecture
 - Moore, R. (2023). *Property: The myth that built the world*. Faber & Faber.
 - Müller, M. (2015). Assemblages and actor-networks: Rethinking socio-material power, politics and space. *Geography Compass*, 9(1), 27–41.
 - Ortigão, Ramalho. (1943). *As Praias de Portugal*. Livraria Clássica Editora. Lisboa
 - Ortigão, Ramalho. (1948). *As Farpas*. Livraria Clássica Editora. Lisboa
 - Pereira, Álvaro. (1970). Espinho, Monografia
 - Pereira, Álvaro. (1983). Espinho de ontem. Espinho, Boletim Cultural nº19/20, CME
 - Portas, N. (2005). *Arquitectura(s)* (Vols. 1–2; M. Mendes, Ed.). FAUP Publicações.
 - Rancière, J. (2014). *Nas margens do político* (V. Brito & J. P. Cachopo, Trans.). KKYM.
 - Rancière, J. (2020). *Estética e política: A partilha do sensível* (V. Brito, Trad.; 2a ed. rev.). KKYM.
 - Siegert, B. (Ed.). (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real*. Fordham University Press.
 - Tafuri, M. (2022). *Projet et utopie*. Éditions Entremonde.
 - Tato, Joaquim. (1980). O Vareiro de Espinho – O homem e o pescador. Espinho, Boletim Cultural nº7, CME
 - Teixeira, Abel. (1980). As Invasões do Mar em Espinho, através dos tempos. Espinho, Boletim Cultural nº7, CME
 - Teixeira, Abel. (1980). “As invasões do mar em Espinho através dos tempos”. Boletim Cultural, Vol. 2, N.º 7. Espinho: CME.
 - White, H. (1973). *Metahistory: The historical imagination in nineteenth-century Europe*. Johns Hopkins University Press.
 - Worringer, W. (1997). *Abstraction and empathy: A contribution to the psychology of style* (M. H. H. Mitchell, Trad.). University of Chicago Press.
 - Žižek, S. (2020). *Sexo e o absoluto falhado*. Edições 70.